

PLANO DE DESENVOLVIMENTO

INSTITUCIONAL

2012 2016



Ficha Catalográfica

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2003-). Pró-Reitoria de Planejamento.

U58 PDI : Plano de Desenvolvimento Institucional : 2012-2016 / coordenação e elaboração Pró-Reitoria de Planejamento. – Rio de Janeiro : UNIRIO, 2011.

105p. : Il.

Bibliografia: p. 101-104.

1. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2003-) – Planejamento. 2. Universidades e faculdades – Rio de Janeiro.

CDD – 378.8153



ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Reitor

Luiz Pedro San Gil Jutuca

Vice-Reitor

José da Costa Filho

Chefe de Gabinete da Reitoria

Maria das Graças Madeira

Pró-Reitora de Graduação

Loreine Hermida da Silva e Silva

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Ricardo Silva Cardoso

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Diógenes Pinheiro

Pró-Reitor de Planejamento

Astério Kiyoshi Tanaka

Pró-Reitora de Administração

Núria Mendes Sanchez

Procurador Geral

Francisco José Feliciano

Chefe da Auditoria Interna

Ana Lucia Pires Lobo Barreto

Coordenador do Plano de Reestruturação e Expansão da UNIRIO

Sérgio Ricardo dos Santos

Diretora do Departamento de Assuntos Comunitários e Estudantis

Mônica Valle de Carvalho

Coordenadora de Comunicação Social

Renata Cunha da Silva

Coordenadora de Educação a Distância

Giane Moliari Amaral Serra

Coordenadora de Relações Internacionais

Liliana Angel Vargas

ÓRGÃOS SUPLEMENTARES

Diretor Geral do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle

Antonio Carlos Ribeiro Garrido Iglesias

Diretora da Biblioteca Central

Márcia Valeria da Silva de Brito Costa

Diretora do Arquivo Central

Sonia Helena da Costa Kaminitz

CENTROS ACADÊMICOS

Decana do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde

Lucia Marques Alves Vianna

Decano do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia

Luiz Amâncio Machado de Souza Junior

Decano do Centro de Ciências Humanas e Sociais

Luiz Cleber Gak

Decano do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas

Fernando Daniel Quintana

Decano do Centro de Letras e Artes

Angel Custodio Jesus Palomero

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Coordenação

Cibeli Reynaud

Maria Cristina de Souza Lima

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO

Pró-Reitor

Asterio Kiyoshi Tanaka

Departamento de Avaliação e Informações Institucionais

Astride Izabel Costa Pais Rangel

Departamento de Orçamento

Jair Cláudio Franco de Araújo

Diretoria de Tecnologia de Informação e Comunicação

Maximiliano Martins de Faria

Coordenadoria de Gestão Corporativa de Processos

Cláudia Cappelli Aló

Comissão de Elaboração

José da Costa Filho – Vice-Reitor (Presidente)

Asterio Kiyoshi Tanaka (Coordenador Executivo)

Alessandra da Silva Souza Ávila Amaral

Astride Izabel Costa Pais Rangel

Camilla Pinto Luna

Cláudia Cappelli Aló

Fábio de Almeida Soares

Márcio Ferreira Bezerra

Maria do Rosário Villarino Soares Leão

Patrícia Ferreira Domingos

Paulo Roberto Pereira dos Santos

Talita Almeida de Campos Nascimento

Wanise Lins Guanabara

Colaboração

Maria Lúcia de Oliveira Dias

Selma de Fátima Ribeiro de Souza

Vanessa Batista de Oliveira

LISTA DE SIGLAS

BC – Biblioteca Central
BSC – *Balanced Score Card*
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCBS – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
CCET – Centro de Ciências Exatas e Tecnologia
CCH – Centro de Ciências Humanas e Sociais
CCJP – Centro de Ciências Jurídicas e Políticas
CEAD – Coordenadoria de Educação a Distância
CEDERJ – Centro de Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro
CFE – Conselho Federal de Educação
CIAC – Comissão Interna de Autoavaliação de Curso
CLA – Centro de Letras e Artes
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMSO – Coordenação de Comunicação Social
COMUT – Comutação Bibliográfica
CONSEPE – Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUNI – Conselho Universitário
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CPD – Centro de Processamento de Dados
CTAA – Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação
CTIC – Comitê de Tecnologia de Informação e Comunicação
DACE - Departamento de Assuntos Comunitários e Estudantis
DINTER – Doutorado Interinstitucional
DRH – Departamento de Recursos Humanos
EAD – Educação a Distância
EEAP – Escola de Enfermagem Alfredo Pinto
EGTI – Estratégia Geral de Tecnologia de Informação
EMC – Escola de Medicina e Cirurgia
e-MEC – Sistema de Informações da Educação Superior do MEC
EN – Escola de Nutrição
ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
FEFIEG – Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara
FEFIERJ – Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro
GEAI – Grupo de Estudos em Avaliação Institucional
GEPLANES – Sistema de Gestão do Plano Estratégico
HUGG – Hospital Universitário Gaffrée e Guinle
IB – Instituto Biomédico
IBIO – Instituto de Biociências
IES – Instituição de Ensino Superior
IFES – Instituição Federal de Ensino Superior
IGC – Índice Geral de Cursos
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IQCD – Índice de Qualificação do Corpo Docente
IVL – Instituto Villa- Lobos
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
MINTER – Mestrado Interinstitucional
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NDE – Núcleo Docente Estruturante

PCCTAE – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTIC – Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação
PET – Programa de Educação Tutorial
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PingIFES – Plataforma de Integração de Informações das IFES
PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE – Plano Nacional de Educação
PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação
PPA – Plano Plurianual
PPC – Projeto Pedagógico do Curso
PPI – Projeto Pedagógico Institucional
PROAD – Pró-Reitoria de Administração
PROExC – Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação
PROPG – Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento
QRSTA – Quadro de Referência de Servidores Técnico-Administrativos
REHUF – Programa de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais
RENEX – Rede Nacional de Extensão
REUNI – Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SESU – Secretaria de Educação Superior
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIE – Sistema de Informação para Ensino
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISP – Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia de Informação
SiSU – Sistema de Seleção Unificada
SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SPG – Serviço de Protocolo Geral
TA – Técnico-Administrativo
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia de Informação
TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação
TSG – Taxa de Sucesso na Graduação
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIBIBLI – Sistema de Bibliotecas da UNIRIO
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de Cursos de Graduação e Pós-Graduação por Centro Acadêmico.....	18
Tabela 2 – Cursos de Graduação oferecidos pela UNIRIO.....	19
Tabela 3 – Cursos de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> oferecidos pela UNIRIO	22
Tabela 4 – Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> oferecidos pela UNIRIO	23
Tabela 5 – Avaliação Institucional da UNIRIO (2010-2011).....	26
Tabela 6 – Matriz de Responsabilidades da Elaboração do PDI.....	31
Tabela 7 – Perspectivas, Objetivos e Iniciativas	32
Tabela 8 – Objetivos Estratégicos, Indicadores e Metas	37
Tabela 9 – Cursos de Mestrado e Doutorado UNIRIO entre período 1979 – 2004.....	55
Tabela 10 – Novos Cursos de Mestrado e Doutorado UNIRIO entre período 2004 – 2008.....	56
Tabela 11 – Novos Cursos de Mestrado e Doutorado UNIRIO entre período 2008 – 2011.....	56
Tabela 12 – Programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> por Grandes Áreas	56
Tabela 13 – Crescimento de matrículas na graduação.....	63
Tabela 14 – Programação de Abertura de Cursos Novos de Pós-Graduação	64
Tabela 15 – Classes de Docentes por Centro Acadêmico.....	65
Tabela 16 – Titulação de Docentes por Centro Acadêmico	65
Tabela 17 – Regimes de Trabalho de Docentes por Centro Acadêmico	66
Tabela 18 – Previsão de Expansão do Corpo Docente	68
Tabela 19 – Quadro de Distribuição de Cargos de Direção e Funções Gratificadas	69
Tabela 20 – Quadro de Referência de Servidores Técnico-Administrativos em Educação.....	75
Tabela 21 – Ocupação de Vagas do QRSTA – Nível E	76
Tabela 22 – Ocupação de Vagas do QRSTA – Nível D.....	76
Tabela 23 – Ocupação de Vagas do QRSTA – Nível C	77
Tabela 24 – Quadro Técnico-Administrativo por Classe	78
Tabela 25 – Quadro Técnico-Administrativo por Titulação.....	78
Tabela 26 – Quadro Técnico-Administrativo por Regime de Trabalho	79
Tabela 27 – Previsão de Expansão do Quadro Técnico-Administrativo	79
Tabela 28 – Área Física em m ² – Total UNIRIO	83
Tabela 29 – Obras em Andamento.....	83
Tabela 30 – Quantidade Acervo Biblioteca UNIRIO	85
Tabela 31 – Quantidade Títulos em Formato Digital / Eletrônico UNIRIO	85
Tabela 32 – Espaço Físico em m ²	86
Tabela 33 – Horário de Funcionamento das Bibliotecas	86
Tabela 34 – Quantitativo de Pessoal em Exercício – Lotado nas Bibliotecas.....	87
Tabela 35 – Quantitativo de Pessoal Lotado nas Bibliotecas – Resumo	87
Tabela 36 – Expansão dos Acervos Digital e Tridimensional (Papel)	88
Tabela 37 – Lotação de Arquivistas por Unidade de Arquivo e Protocolo.....	89
Tabela 38 – Diagnósticos Realizados em Metros Lineares.....	90
Tabela 39 – Resumo da Atuação do Arquivo Central em 2010.....	90
Tabela 40 – Laboratórios de Pesquisa da UNIRIO	91
Tabela 41 – Plano de Expansão Física 2012-2016	93
Tabela 42 – Matriz de Responsabilidades do Monitoramento e Revisão do PDI	98
Tabela 43 – Previsão das receitas para o período de 2012 a 2016	100
Tabela 44 – Previsão das despesas para o período de 2012 a 2016	100

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
1. PERFIL INSTITUCIONAL	16
1.1 HISTÓRICO	16
1.2 MISSÃO, VISÃO, PRINCÍPIOS E OBJETIVOS GERAIS	16
1.3 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA	18
1.4 OBJETIVOS E METAS.....	25
1.4.1 DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO.....	25
1.4.2 PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	30
1.4.3 PERSPECTIVAS, OBJETIVOS E INICIATIVAS	32
1.4.4 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E METAS.....	36
1.4.5 MAPA ESTRATÉGICO DA UNIRIO	44
2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPI	46
2.1 INTRODUÇÃO	46
2.2 OBJETIVOS GERAIS DA UNIRIO COM INCIDÊNCIA NO PPI.....	46
2.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PPI	47
2.4 A SOCIEDADE, A EDUCAÇÃO SUPERIOR E A UNIVERSIDADE QUE ALMEJAMOS	48
2.5 PERFIL DO PROFISSIONAL E CIDADÃO PROJETADOS PELO PPI.....	50
2.6 POLÍTICAS DE ENSINO	50
2.7 POLÍTICAS DE EXTENSÃO.....	53
2.8 POLÍTICAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA.....	55
2.9 OPÇÃO METODOLÓGICA	60
2.10 ARTICULAÇÃO DO PPI COM OS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS (PPC)	60
2.11 AVALIAÇÃO DA CONCRETIZAÇÃO DO PPI	61
3. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	63
4. PERFIL DO CORPO DOCENTE.....	65
4.1 COMPOSIÇÃO	65
4.2 PLANO DE CARREIRA.....	66
4.3 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO	66
4.4 PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO	67
4.5 PLANO DE EXPANSÃO	68
5. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	69
5.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	69
5.2 ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL	70
5.3 ÓRGÃOS COLEGIADOS	71

5.4	ÓRGÃOS DE APOIO E UNIDADES SUPLEMENTARES	73
5.5	QUADRO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	75
6.	POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES	80
7.	INFRAESTRUTURA	83
7.1	INFRAESTRUTURA FÍSICA	83
7.2	BIBLIOTECAS	84
7.2.1	ACERVO POR ÁREA DE CONHECIMENTO	85
7.2.2	ESPAÇO FÍSICO	86
7.2.3	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO	86
7.2.4	SERVIÇOS OFERECIDOS	86
7.2.5	QUADRO DE PESSOAL DAS BIBLIOTECAS	87
7.2.6	FORMAS DE ATUALIZAÇÃO E CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO ACERVO	87
7.3	ARQUIVO CENTRAL	88
7.4	LABORATÓRIOS.....	90
7.5	RECURSOS TECNOLÓGICOS	91
7.6	PLANO DE EXPANSÃO FÍSICA.....	93
8.	AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	94
8.1	O PAPEL DA AVALIAÇÃO PARA O APRIMORAMENTO DO FAZER UNIVERSITÁRIO	94
8.2	OBJETIVOS E METAS PARA A AVALIAÇÃO NA UNIRIO	95
8.3	MONITORAMENTO E REVISÃO DO PDI.....	97
9.	ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS	99
	BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS	101
	NOTA FINAL SOBRE A APROVAÇÃO DO PDI	105

APRESENTAÇÃO

Aperfeiçoamento institucional e construção em comum

O conjunto das políticas institucionais de caráter participativo, adotadas pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), notadamente a partir de 2004 e até os dias atuais, conclama a que se assumam a responsabilidade complexa que as recentes mudanças históricas na condução da educação superior pública colocam diante de gestores, técnicos-administrativos, docentes e discentes.

Os ótimos resultados alcançados, mensurados através dos inúmeros índices institucionais divulgados nesse período, ratificam a constatação de que tanto os progressos obtidos como a consonância da UNIRIO com as políticas e estratégias adotadas nacionalmente são motivo de encorajamento para a comunidade universitária.

Concepções e práticas de direção político-institucional não emergem e não se consolidam, exclusivamente, por meio das ideias de um grupo gestor, mas são efetivamente amadurecidas através dos contextos históricos específicos em que a instituição universitária se insere, seja em níveis mais locais e regionais, seja em níveis mais amplos, de abrangência nacional e internacional. Sob esta perspectiva, a universidade não está imune às imposições e limitações de origem exógena; não pode ignorar pressões advindas e constituídas a partir de diversos tipos de interesses; nem, tampouco, deve ignorar novas demandas sociais legitimamente constituídas.

Neste sentido, a universidade deve proceder às suas escolhas, respondendo às cobranças, exercendo suas funções críticas, sem se eximir à responsabilidade histórica de renovar e produzir saberes que venham ao auxílio da construção de novas realidades sociais, mais solidárias e mais justas.

Uma universidade inclusiva, aberta a estabelecer formas de acesso mais abrangentes e democráticas do que as observáveis em passado recente, uma universidade que se recusa a manter participação no perverso processo de estratificação social historicamente instituído e consolidado em nosso país, deve ser capaz de enfrentar os desafios à absorção, em seu coletivo discente, de cidadãos advindos de setores sociais menos favorecidos em termos econômicos. A construção do conhecimento na Universidade – seja no ensino, na pesquisa ou na extensão universitária – deve ser autônoma, independente de injunções econômicas e/ou ideológicas.

Uma universidade que amplie suas concepções de espaços formativos e que agregue à integralização dos currículos de seus estudantes as horas dedicadas à leitura em bibliotecas, as experiências culturais e de extensão vivenciadas, as atividades políticas e promotoras da cidadania desenvolvidas dentro e fora da instituição corresponde também à mesma compleição de universidade que não pode perder de vista – em seus posicionamentos, concepções e práticas efetivas – a necessidade de preservar, democratizar e otimizar o espaço tradicional e presencial da aula. Do mesmo modo, não pode desconsiderar a necessidade de fazer frente às imensas demandas educacionais de setores da população que não podem realizar cursos presenciais e que merecem toda a atenção para que a educação a distância seja aperfeiçoada, garantindo-se a sua qualidade efetiva, tanto em termos de pedagogia e de metodologia, quanto nos aspectos

tecnológicos, propiciando ao seu usuário participar de práticas educacionais não discriminatórias, mas, ao contrário, merecedoras de toda a atenção e estímulo dentro das políticas institucionais.

É a partir de perspectivas essencialmente democráticas e de caráter amplamente participativo que a UNIRIO enfrentará os grandes desafios institucionais que se anunciam, como, por exemplo, a implantação e o acompanhamento de seu Plano de Desenvolvimento Institucional, a desejável descentralização administrativa, a consecução da reforma estatutária e organizacional da instituição. Pretende-se consolidar o horizonte nuclear de uma universidade cada vez mais democrática e socialmente referenciada. É preciso dar continuidade aos importantes projetos em fase de implantação ou em desenvolvimento; buscando novos níveis de qualidade, de eficiência acadêmica e administrativa; propiciando a atualização e o redesenho de funções e responsabilidades; garantindo a participação de todos os interessados nas deliberações mais importantes a propósito dos processos em curso, da dinâmica institucional e de seu fundamento social no contexto do presente.

É sinal de amadurecimento institucional que, em nossa convivência interna, possamos, neste momento, reunir lado a lado pessoas que tenham adotado, em vários aspectos e em distintos períodos, posicionamentos díspares ou perspectivas divergentes de análise da Universidade. O vigoroso confronto de opiniões e a entusiástica participação no debate político-institucional têm caráter afirmativo e construtivo, devendo levar ao fortalecimento da Universidade em sua missão social e pública. A diferença e mesmo o dissídio são fundamentais para o crescimento de uma instituição como a universidade, cuja matéria principal é o conhecimento – sua produção, seu armazenamento, sua classificação, seu tratamento, sua transmissão, sua socialização, seu aproveitamento a serviço de condições sociais mais justas e igualitárias, a favor da tolerância entre os diferentes, da aprendizagem em comum e por meio precisamente da diferença.

Nada disso se realiza como repetição do mesmo, como corroboração do idêntico. Mas se processa por meio da desestabilização das certezas iniciais, do confronto das hipóteses de partida, do atrito, do dissenso, do contraditório. Essa é a única forma de produzir inovação, tanto no campo da pesquisa aplicada e dos saberes para uso imediato, quanto no âmbito da pesquisa básica e dos conhecimentos puros e abstratos, tanto no plano do entendimento mais objetivo da vida e dos fenômenos físicos, quanto no terreno do ordenamento social e jurídico, da subjetividade, da sensibilidade e da expressão estética e cultural dos indivíduos e das coletividades.

Essa percepção do conhecimento como algo que se dá por meio do confronto e do dissenso, ao invés de nos deixar defendidos como se estivéssemos numa guerra permanente, pode, ao contrário, não só nos fazer mais capazes para a pesquisa interdisciplinar e para a prática das trocas no âmbito do saber como também nos capacitar para a convivência política e institucional produtiva e em diferença, para a afirmação das múltiplas singularidades de que se compõem os coletivos, sem prejuízo da construção em comum.

Qualidade e Cidadania

É preciso associar atitude crítica e disposição colaborativa em prol do processo contínuo de realização de uma universidade cada vez mais forte e solidária. Importa encontrar os parâmetros cada vez mais qualificados de universidade produtiva, referenciais que permitam ampliar o acesso à educação superior para as classes sociais antes afastadas, garantindo sustentabilidade à permanência dos estudantes dessas classes na Universidade. Indeclinável é a capacidade das instituições de alargarem sua incidência de ação formativa e cultural para regiões afastadas, por meio de processos de interiorização dos campi, do uso das novas tecnologias e da modalidade da educação a distância.

Não é necessário que cada uma das instituições de educação superior pratique todas as ações socializadoras possíveis. Mas é preciso que cada uma dessas instituições tenha como norte a visão complexa da realidade do presente, o entendimento da função da universidade em realidades socioculturais como a do Brasil, em sua atual condição de país emergente, mas também em seu histórico de país dependente. Histórico esse que insere o país, estruturalmente, no quadro de uma distribuição desigual das riquezas em nível planetário, de uma divisão internacional injusta do trabalho e da educação, de uma partilha desequilibrada das possibilidades de justiça social e de felicidade dos povos.

A prática da docência e a da administração universitária ensinam que a noção de qualidade da educação superior não pode mais ser vista de um único modo. Ao contrário, há vários parâmetros possíveis. O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) que a UNIRIO elaborou em 2006 valorizava, destacadamente, o senso de justiça social e a atitude cidadã na orientação formativa dos estudantes de nossa Universidade.

De fato, a qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e das ações no âmbito da cultura não é algo neutro, que só dependa de conteúdos de conhecimento supostamente objetivos e que se associe apenas a certos fazeres a serem dominados pelo aprendiz em seu percurso na Universidade. A qualidade da educação superior não se dissocia dessa dimensão de transmissão de saberes e de capacitação profissional. Mas a qualidade da formação tem a ver também com as opções políticas que embasam as disciplinas, com o senso crítico a ser desenvolvido no discente em relação ao campo profissional em que atuará, com a capacidade dos cursos para flexibilizar seus currículos, de modo a aproveitar o conjunto das experiências dos estudantes na extensão, na pesquisa, na vida política e cultural da Universidade e da sociedade, como parte do percurso formativo e da integralização curricular.

Com a redemocratização da vida política e das instituições públicas no Brasil a partir dos anos 1980, começamos pouco a pouco a praticar os processos de consulta às comunidades universitárias para a escolha de seus gestores. Na UNIRIO, vivemos um processo gradativo de aprendizagem e de amadurecimento da prática democrática de eleição de nossos reitores e de dirigentes de unidades.

Mas a luta pelo aperfeiçoamento da democracia não é apenas algo interno a cada Universidade. Diz respeito ao conjunto das universidades públicas e privadas, à relação das instituições de ensino superior entre si, à relação dessas instituições com os órgãos nacionais, estaduais e municipais responsáveis pelas políticas públicas associadas à Educação. O processo de

fortalecimento de uma perspectiva democrática na escolha dos dirigentes das universidades federais se insere na dinâmica e no contexto histórico da busca de qualificação da democracia, entendida como ampliação de direitos para os vários setores da população. A democracia na livre escolha de dirigentes não se dissocia da democracia como visão de sociedade, de universidade, de comunidade universitária, de solidariedade social e humana que desenvolvemos no plano nacional e regional.

Eficiência, resultados e avaliação

É imprescindível o fortalecimento gerencial da UNIRIO e a melhora progressiva da capacidade da instituição para alcançar resultados, a partir de diretrizes claras, formuladas em documentos como o Plano de Desenvolvimento Institucional. Verificar se as metas e os objetivos livremente programados são efetivamente cumpridos é a matéria dos processos de autoavaliação das universidades por meio de suas Comissões Próprias de Avaliação (CPA). Essa verificação é também o objeto da avaliação externa da instituição, bem como da avaliação dos cursos e do desempenho dos estudantes, em conformidade com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Essa orientação visa, em primeiro lugar, à maior eficiência na obtenção de resultados, mas cria também o ambiente amplamente favorável à construção e revisão permanente de nossos planos e de nossos procedimentos de ação coletiva, de nossa prática de interlocução entre os vários segmentos (discentes, técnicos-administrativos e docentes), entre os vários grupos de opinião. Essa cultura pode nos levar a enxergar coletivamente e de modo sistemático as dificuldades e demandas dos vários centros acadêmicos, das várias escolas, dos diversos setores da administração e dos órgãos suplementares.

Sabemos que inúmeras razões podem explicar as dificuldades enfrentadas pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) para executar orçamentos novos e altos, como os do Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Isso ocorreu porque as instituições não estavam estruturadas e preparadas para a agilidade administrativa e gerencial que teriam que ter tido num contexto de crescimento intensificado. Essas dificuldades não devem e não podem nos fazer esmorecer, mas devem nos levar a reunir forças para avançar a cada dia, reencontrando sempre em nossas ações o sentido histórico, social e solidário da luta em que nos empenhamos.

Considerando os aspectos mais gerais da Universidade e de sua gestão, há na UNIRIO hoje parâmetros mais claros do que em outros tempos para a nossa discussão interna, para que possamos nos posicionar quanto a princípios e pressupostos adotados. A UNIRIO como coletividade universitária e a sua administração central fizeram opções políticas, programáticas, educacionais, no campo da graduação, da extensão, da cultura, da pós-graduação, da pesquisa, da internacionalização, da mobilidade acadêmica, da educação a distância e da sustentabilidade do estudante na Universidade. É claro que as opções podem ser mais ou menos criticadas. É claro também que as críticas e as diferenças de avaliação são fundamentais para o sentido mesmo da convivência universitária e para nosso crescimento comum, para nossa capacitação progressiva para o cumprimento de nossa função social. Mas o que importa é que orientações e parâmetros,

opções políticas, pedagógicas e culturais claras sejam assumidas, explicitadas, defendidas pela Universidade e por seus gestores. É a partir desse referencial que os debates podem-se dar, os ajustes de rumo podem-se fazer. Nesse sentido, a comunidade da UNIRIO entende seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) como um compromisso, uma direção e uma plataforma dinâmica na qual se reúnem propósitos, planos de ação e princípios a serem sempre revistos e reelaborados, com a segurança de quem tem pontos de vista e pontos de partida sólidos.

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 HISTÓRICO

A UNIRIO originou-se da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG). Esta Federação apresentava como objetivo reunir e integrar estabelecimentos isolados de ensino superior que anteriormente pertenciam a três ministérios: Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria (Escola Central de Nutrição), Ministério da Saúde (Escola de Enfermagem Alfredo Pinto) e Ministério da Educação e Cultura (Conservatório Nacional de Teatro, Instituto Villa-Lobos, Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional).

Com a fusão do Estado da Guanabara e do Rio de Janeiro em 1975, a FEFIEG teve nome e sigla alterados passando a denominar-se Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ). A partir desse ano, teve início o processo de transformação da estrutura da Federação, visando adaptá-la aos preceitos do seu Estatuto aprovado em 07 de Novembro de 1975 (Parecer CFE nº 4.529/75), tornando-a “um todo orgânico, constituído por departamentos reunidos em centros, com estrutura para coordenação do ensino e da pesquisa”.

Legislação de criação da UNIRIO:

- Decreto-Lei nº 773, de 20/08/1969 » cria a Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara - FEFIEG.
- Decreto-Lei nº 7.683, de 17/12/1975 » altera a denominação de FEFIEG para Federação das Escolas Isoladas do Estado do Rio de Janeiro - FEFIERJ.
- Lei nº 6.655, de 05/06/1979 » transforma a FEFIERJ em Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO.
- Lei nº 10.750, de 24/10/2003 » altera a denominação para Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO.

1.2 MISSÃO, VISÃO, PRINCÍPIOS E OBJETIVOS GERAIS

Missão

Produzir e disseminar o conhecimento nos diversos campos do saber, contribuindo para o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanista, crítica e reflexiva, preparando profissionais competentes e atualizados para o mundo do trabalho e para a melhoria das condições de vida da sociedade ⁽¹⁾.

Visão

Ser reconhecida como referência na produção e difusão de conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, comprometida com as transformações da sociedade e com a transparência organizacional.

Princípios

A UNIRIO rege-se pelos seguintes princípios ⁽¹⁾:

- I. Conduta ética;
- II. Humanismo;
- III. Democracia e participação;
- IV. Pluralismo teórico-metodológico;
- V. Universalidade do conhecimento;
- VI. Interdisciplinaridade do conhecimento;
- VII. Excelência;
- VIII. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- IX. Natureza pública;
- X. Gratuidade do ensino de graduação.

Objetivos Gerais

São objetivos gerais da UNIRIO ⁽¹⁾:

- I. Produzir, difundir e preservar o saber em todos os campos do conhecimento;
- II. Formar cidadãos com consciência humanista, crítica e reflexiva, comprometidos com a sociedade e sua transformação, qualificados para o exercício profissional;
- III. Propiciar e estimular o desenvolvimento de pesquisas de base e aplicada, especialmente as vinculadas aos programas de Pós-Graduação *stricto sensu*;
- IV. Estender à sociedade os benefícios da criação cultural, artística, científica e tecnológica gerada na instituição;
- V. Manter intercâmbio com entidades públicas, privadas, organizações e movimentos sociais.

(1) – Fonte: Portaria MEC nº 2.176, de 04/10/2001 – Aprova alterações no Estatuto da UNIRIO, publicado no Diário Oficial de União (DOU) de 05/10/2001.

1.3 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

A UNIRIO atua nas áreas de Ensino de Graduação nas modalidades Presencial e a Distância, Pós-Graduação *Stricto Sensu* e *Lato Sensu*, Pesquisa e Extensão.

Tabela 1 – Número de Cursos de Graduação e Pós-Graduação por Centro Acadêmico

CURSOS POR CENTRO ACADÊMICO				
Centro Acadêmico	Graduação		Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>
	Presencial	Educação a Distância		
CCBS	10	0	8	47
CCET	3	1	2*	2
CCH	14	3	7	4**
CCJP	3	0	1	2***
CLA	13	0	4	1
TOTAL	43	4	22	56

* Um curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional

** Dois cursos de Especialização na modalidade a distância

*** Dois cursos de Especialização na modalidade a distância

Fonte: Sistema de Informações e-MEC e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Tabela 2 – Cursos de Graduação oferecidos pela UNIRIO

GRADUAÇÃO										
Centro Acadêmico	Ord	Código e-MEC	Nome	Turno	Ano de Início	Vagas Anuais	Alunos Matriculados			
							1º Sem	2º Sem	Anual	
CCBS (10)	1	15789	Biomedicina	Bacharelado	Integral	1975	70	178	186	182
	2	1101775	Ciências Ambientais	Bacharelado	Noturno	2010	100	43	80	62
	3	15786	Ciências Biológicas	Bacharelado	Integral	1982	70	237	234	236
	4	100207	Ciências Biológicas	Licenciatura	Integral	2006	30	113	118	116
	5	1163653	Ciências Biológicas	Licenciatura	Noturno	2010	30	16	30	23
	6	1103343	Ciências da Natureza	Licenciatura	Noturno	2010	60	19	42	31
	7	15782	Enfermagem	Bacharelado	Integral	1890	120	441	434	438
	8	15783	Medicina	Bacharelado	Integral	1912	154	865	872	869
	9	15784	Nutrição	Bacharelado	Integral	1943	114	403	405	404
	10	1160031	Nutrição	Bacharelado	Noturno	2009	60	26	42	34
CCBS Total							808	2.341	2.443	2.395
CCET (04)	11	1101776	Engenharia de Produção - Produção em Cultura	Bacharelado	Noturno	2010	50	24	47	36
	12	1101770	Matemática	Licenciatura	Noturno	2010	60	17	34	26
	13	108734	Matemática – EAD	Licenciatura	Não se aplica	2006	365	828	764	796
	14	20065	Sistemas de Informação	Bacharelado	Integral	1999	72	259	278	269
CCET Total							547	1.128	1.123	1.127
CCH (17)	15	15779	Arquivologia	Bacharelado	Noturno	1911	80	262	262	262
	16	15780	Biblioteconomia	Bacharelado	Matutino	1911	100	320	335	328

	17	1164822	Biblioteconomia	Bacharelado	Noturno	1911	100	386	377	382
	18	1101761	Biblioteconomia	Licenciatura	Noturno	2010	80	25	42	34
	19	1101762	Filosofia	Bacharelado	Integral	2009	30	33	19	26
	20	1101763	Filosofia	Licenciatura	Integral	2009	30	35	26	31
	21	20064	História	Bacharelado	Matutino	2000	60	186	174	180
	22	320064	História	Licenciatura	Matutino	2000	60	25	48	37
	23	119100	História - EAD	Licenciatura	Não se aplica	2009	450	410	534	472
	24	15781	Museologia	Bacharelado	Integral	1932	100	339	329	334
	25	5000550	Museologia	Bacharelado	Noturno	2010	30	0	0	0
	26	15785	Pedagogia	Licenciatura	Noturno	1987	100	356	393	375
	27	1128934	Pedagogia	Licenciatura	Vespertino	2011	100	0	0	0
	28	57278	Pedagogia - EAD	Licenciatura	Não se aplica	2003	1.220	3.622	3.870	3.746
	29	1101758	Serviço Social	Bacharelado	Noturno	2010	60	34	40	37
	30	60936	Turismo	Bacharelado	Integral	2002	50	178	167	173
	31	Em processo	Turismo - EAD	Licenciatura	Não se aplica	2011	80	0	0	0
CCH Total							2.730	6.211	6.616	6.417
CCJP (03)	32	115472	Administração Pública	Bacharelado	Integral	2009	100	115	184	150
	33	115474	Ciências Políticas	Bacharelado	Integral	2009	100	106	161	134
	34	15788	Direito	Bacharelado	Noturno	1991	142	685	697	691
	CCJP Total							342	906	1.042
CLA (13)	35	1101759	Letras	Bacharelado	Noturno	2010	30	9	17	13
	36	1101760	Letras	Licenciatura	Noturno	2010	30	17	21	19
	37	28499	Artes Cênicas - Cenografia	Bacharelado	Integral	1975	20	82	85	84

	(15776)								
38	30327 (15776)	Artes Cênicas - Direção	Bacharelado	Integral	1975	-	10	9	10
39	35622 (15776)	Artes Cênicas - Interpretação	Bacharelado	Integral	1978	50	220	211	216
40	35623 (15776)	Artes Cênicas - Teoria do Teatro	Bacharelado	Integral	1978	20	77	75	76
41	15778	Teatro	Licenciatura	Integral	1985	20	107	125	116
42	26665 (15777)	Música - Canto	Bacharelado	Integral	1967	5	17	17	17
43	32015 (15777)	Música - Composição	Bacharelado	Integral	1967	6	19	19	19
44	35624 (15777)	Música - Instrumento	Bacharelado	Integral	1967	64	93	96	95
45	24792 (15777)	Música - Música Popular Brasileira	Bacharelado	Integral	1997	20	71	63	67
46	33869 (15777)	Música - Regência	Bacharelado	Integral	1967	2	4	3	4
47	15790	Música	Licenciatura	Integral	1967	60	229	222	226
CLA Total						327	955	963	962
Graduação Presencial - Total						2.639	6.681	7.019	6.862
Graduação a Distância - Total						2.115	4.860	5.168	5.014
Graduação - Total						4.754	11.541	12.187	11.876

Fonte: Relatório de Gestão 2010 e Sistema e-MEC

Tabela 3 – Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* oferecidos pela UNIRIO

PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i>					
Centro Acadêmico	Ord	Código CAPES	Nome	Modalidade	Vagas 2011
CCBS (08)	1	31021018017P1	Alimentos e Nutrição	Mestrado	6
	2	31021018014P2	Ciências Biológicas (Biodiversidade Neotropical)	Mestrado	10
	3	31021018001P8	Enfermagem	Mestrado	41
	4	31021018016P5	Genética e Biologia Molecular	Mestrado	10
	5	31021018006P0	Neurologia	Mestrado	18
	6	31021018012P0	Medicina	Mestrado Profissional	18
	7	31021018013P6	Enfermagem e Biociências	Doutorado	10
	8	31021018006P0	Neurologia	Doutorado	9
CCET (02)	9	31021018009P9	Informática	Mestrado	41
	10	Não Disponível	Matemática em Rede Nacional	Mestrado Profissional	20
CCH (07)	11	31021018007P6	Educação	Mestrado	36
	12	31021018010P7	História	Mestrado	25
	13	31021018002P4	Memória Social	Mestrado	29
	14	31021018008P2	Museologia e Patrimônio	Mestrado	20
	15	31021018018P8	Biblioteconomia	Mestrado Profissional	0
	16	31021018002P4	Memória Social	Doutorado	16
	17	31021018008P2	Museologia e Patrimônio	Doutorado	10
CCJP (01)	18	31021018015P9	Direito	Mestrado	0
CLA (04)	19	31021018003P0	Artes Cênicas	Mestrado	15
	20	31021018004P7	Música	Mestrado	17
	21	31021018003P0	Artes Cênicas	Doutorado	10
	22	31021018004P7	Música	Doutorado	8

Fonte: CAPES

Tabela 4 – Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* oferecidos pela UNIRIO

PÓS-GRADUAÇÃO <i>LATO SENSU</i>		
Centro Acadêmico	Ord	Descrição Curso
CCBS	1	Residência Médica - Anestesiologia
	2	Residência Médica - Cirurgia do Aparelho Digestivo
	3	Residência Médica - Cirurgia Geral
	4	Residência Médica - Cirurgia Torácica
	5	Residência Médica - Cirurgia Vascular
	6	Residência Médica - Clínica Médica
	7	Residência Médica - Dermatologia
	8	Residência Médica - Endocrinologia
	9	Residência Médica - Endoscopia
	10	Residência Médica - Gastroenterologia
	11	Residência Médica - Homeopatia
	12	Residência Médica - Medicina do Tráfego
	13	Residência Médica - Nefrologia
	14	Residência Médica - Neurocirurgia
	15	Residência Médica - Neurologia
	16	Residência Médica - Obstetrícia e Ginecologia
	17	Residência Médica - Oftalmologia
	18	Residência Médica - Ortopedia e Traumatologia
	19	Residência Médica - Otorrinolaringologia
	20	Residência Médica - Patologia
	21	Residência Médica - Pediatria
	22	Residência Médica - Pneumologia
	23	Residência Médica - Reumatologia
	24	Residência Médica - Urologia
	25	Residência em Enfermagem - Enfermagem nos Moldes de Residência
	26	Especialização - Alergia e Imunologia
	27	Especialização - Biologia Aquática
	28	Especialização - Cancerologia Clínica
CCBS	29	Especialização - Cardiologia

	30	Especialização - Cirurgia Geral
	31	Especialização - Cirurgia Vascular e Angiologia
	32	Especialização - Clínica Médica
	33	Especialização - Dermatologia
	34	Especialização - Endocrinologia
	35	Especialização - Enfermagem Neonatal
	36	Especialização - Gastroenterologia
	37	Especialização - Ginecologia
	38	Especialização - Homeopatia
	39	Especialização - Nefrologia
	40	Especialização - Neurologia
	41	Especialização - Nutrição Clínica e Pediátrica
	42	Especialização - Obstetrícia
	43	Especialização - Otorrinolaringologia
	44	Especialização - Pediatria
	45	Especialização - Pneumologia Pediátrica
	46	Especialização - Psiquiatria
47	Especialização - Reumatologia	
CCET	48	Gestão de Negócios e Inteligência Competitiva - MBA
	49	Gestão de Processos de Negócios
CCH	50	História Militar Brasileira
	51	Gestão Escolar - EAD
	52	Educação Especial - EAD
	53	Organização do Conhecimento para a Recuperação da Informação
CCJP	54	Gestão de Organização Pública de Saúde - EAD
	55	Gestão Pública Municipal - EAD
CLA	56	Teatro Musicado

Fonte: Relatório de Gestão 2010

1.4 OBJETIVOS e METAS

1.4.1 DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

O planejamento estratégico da UNIRIO segue as tendências recentes da Administração Pública Federal no esforço de adotar metodologias e ferramentas de uso consagrado nas organizações em âmbito global. Ao mesmo tempo, busca revisitar o Plano de Desenvolvimento Institucional anterior, vigente de 2006 a 2011, e alinhar os objetivos estratégicos, indicadores e iniciativas da UNIRIO às metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020), do Plano Plurianual Mais Brasil (PPA 2012-2015), do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020).

Como em todo processo de planejamento estratégico, os objetivos e metas foram estabelecidos tendo como base um diagnóstico da situação atual.

A análise ambiental (levantamento das Forças, Fraquezas, Oportunidades, Ameaças) foi facilitada pela recente avaliação institucional pela qual passou a UNIRIO em 2010, para credenciamento da Instituição. Aquela avaliação, cujo resultado preliminar foi amplamente contestado pela UNIRIO em recurso ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), revelou as fragilidades institucionais assim como os pontos fortes, e oportunizou uma mobilização da gestão para o enfrentamento das ameaças e o aproveitamento das oportunidades. A argumentação apresentada no recurso e a aceitação parcial dos argumentos pelo INEP complementaram o processo, como uma legítima análise ambiental interna e externa raramente praticada com tamanho realismo. A avaliação institucional foi um dos pilares da construção do presente PDI.

A Tabela 5 apresenta o resultado da avaliação institucional, realizada em 2010 por Comissão de Avaliação do INEP, e depois consolidada pela Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação (CTAA) após interposição do recurso, em 2011. O conceito institucional da UNIRIO é atualmente 3,35 numa escala de 1,00 a 5,00. Na tabela, além do conceito final em cada dimensão, estão resumidos os comentários extraídos do Relatório de Avaliação do INEP.

A tabela mostra, claramente, os pontos fortes e fracos da UNIRIO como instituição pública de educação superior, assim como as oportunidades e as ameaças ao seu desenvolvimento institucional. A avaliação contrasta a sua excelência na responsabilidade social da Instituição com a fragilidade da sua infraestrutura física. Nas suas atividades-fim, a adesão ao Programa REUNI, em dezembro de 2007, provocou um redirecionamento das iniciativas estratégicas previstas no PDI 2006-2011. Na prática, o Plano REUNI tornou-se um novo PDI 2008-2012, com a diferença essencial de conter metas e prazos para os indicadores apontados nas diretrizes do programa.

Tabela 5 – Avaliação Institucional da UNIRIO (2010-2011)

DIMENSÃO	Peso	Conceito	PxC	Comentários no Relatório Final do INEP
1. A missão e o plano de desenvolvimento institucional	5	4	20	Como está em processo a elaboração de um novo PDI, a IES fez uma análise de cumprimento das metas em cada um dos eixos. A partir dessas informações e com a visita <i>in loco</i> , foi possível avaliar a execução e cumprimento de forma clara. Percebe-se que, apesar de não terem sido totalmente alcançadas, algumas metas foram além do projetado. Citou-se o eixo 1 que ganhou grande impulso com a adesão ao REUNI e à UAB, sobrepujando as metas inicialmente estabelecidas. Houve um conjunto de ações significativas que envolvem recuperação, modernização, otimização, democratização e expansão, compatíveis com uma situação além do referencial mínimo de qualidade.
2. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.	35	4	140	As políticas institucionais, no que tange ao ensino, pesquisa e extensão, e as respectivas normas de operacionalização estão implantadas e acompanhadas, portanto, coerentes com o PDI inserido na plataforma do e-MEC.
3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.	5	5	25	As ações de responsabilidade social na IES são contempladas por meio de projetos que beneficiam grande parcela da população de seu entorno. Nos documentos disponibilizados à comissão e nas reuniões com os diversos segmentos que compõem o complexo universitário, observou-se que a IES atua positivamente tanto na comunidade interna quanto na externa.
4. A comunicação com a sociedade	5	2	10	A despeito dos benefícios trazidos pela estruturação da Coordenação de Comunicação Social da UNIRIO, este órgão não vem atuando como uma ouvidoria, que responde por 1/3 da avaliação da dimensão 4.
5. As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.	20	3	60	O corpo docente da UNIRIO tem qualificação necessária. Entretanto, o fato de os avaliadores terem constatado deficiência na documentação, sem dúvida, interfere no conceito, na medida em que toda IES deve preparar-se adequadamente para o momento da visita e manter o arquivo documental atualizado.

6. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.	5	3	15	O funcionamento, a composição e a atribuição dos órgãos colegiados estão devidamente indicados no Estatuto e Regimento da IES e preveem a participação de todos os setores, com representantes eleitos por seus pares. A organização e a gestão da UNIRIO são coerentes com os referenciais mínimos de qualidade. Não há nenhum aspecto inovador que se destaque na gestão.
7. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.	10	1	10	De forma geral, os prédios que abrigam os centros e departamentos visitados não estão ainda adequados com rampas e nem possuem banheiros adaptados. Os prédios também não possuem extintores de incêndio. Com relação às salas de aulas visitadas, todas possuem climatização e dimensão adequadas para turmas de aulas teóricas com até 50 alunos. Os laboratórios de ensino são pequenos e não possuem equipamentos de segurança. As instalações sanitárias dos prédios visitados de forma geral são precárias. A grande maioria dos departamentos é composta de uma secretaria de atendimento aos alunos, uma sala para chefia e uma sala mais ampla, com espaço coletivo para os professores. Os docentes mesmo em tempo integral não possuem gabinetes individuais de trabalho. Existem laboratórios de pesquisa em todos os prédios. A IES não possui restaurante universitário, mas apenas cantinas terceirizadas, que fornecem alimentação e se apresentam em condições inadequadas.
8. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.	5	3	15	A UNIRIO possui planejamento e autoavaliação coerentes com o especificado no PDI. A CPA está de acordo com a Lei 10.851 de 14 de abril de 2004. O relatório de resultados da avaliação da CPA é divulgado para seus pares e as ações consequentes às avaliações interna e externa estão de acordo com os documentos oficiais da IES. Os resultados das avaliações são divulgados no site da UNIRIO.
9. Políticas de atendimento aos estudantes	5	4	20	A UNIRIO desenvolve atendimento aos discentes em coerência com o que se propôs no PDI: programas de apoio psicopedagógico e financeiro, programa de bolsa de estudo de iniciação científica e programa de monitoria, além de estímulos diversos para a permanência do discente na instituição. Tais ações estão em sintonia com as políticas públicas voltadas para o acesso e a permanência dos discentes no ensino superior.

<p>10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.</p>	5	4	<p>A sustentabilidade financeira da UNIRIO, como IFES, é determinada, principalmente por recursos do Tesouro, através do orçamento anual; é acrescida pela captação de recursos próprios, de recursos de Convênios e de recursos pelas emendas parlamentares ao orçamento inicial, sendo coerentes com o PDI e ajustando-se à capacidade da IES. A política de expansão está contemplada no Programa REUNI/MEC, que prevê aporte orçamentário para implementação dos novos cursos e ampliação de vagas para outros; outros recursos são acrescentados por meio de incentivos das agências de fomento para apoio a grupos de pesquisa e de formação de recursos humanos. As políticas de expansão são coerentes com as perspectivas de crescimento da cidade e da região onde está localizada a IES, e são adequadas ao que foi estabelecido como metas para a oferta de ensino, assim como para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão. Constatou-se que existe sustentabilidade financeira capaz de garantir a continuidade das ações planejadas e a manutenção dos compromissos na oferta da educação superior.</p>
<p>Fonte: Sistema e-MEC</p>	100	3,35	

Como se percebe nas constatações resumidas da Dimensão 1, algumas metas do Plano REUNI foram sobrepujadas, conforme demonstram o Relatório de Gestão de 2010, encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU), e o Relatório de Gestão 2004-2010, elaborado como material de divulgação institucional no final de 2010. A UNIRIO ampliou sua oferta de vagas na graduação presencial em 70%, oferecendo, em 2011, 2.469 vagas nesta modalidade. No âmbito do Plano REUNI, foram criados 16 novos cursos de graduação presencial, aumentando a oferta de vagas no turno noturno em 105%, o que atende a um anseio da sociedade moderna nos grandes centros: o ensino superior público para a população que trabalha. A adesão ao Sistema de Seleção Unificada democratizou o acesso e elevou a relação candidato/vaga da UNIRIO, de uma média histórica de 11 até 2004 para 50,33 em 2011.

A Educação a Distância foi iniciada em 2003 na UNIRIO, com a adesão ao consórcio do Centro de Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro (CEDERJ), e mais tarde impulsionada com a adesão ao sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) desde o seu início. A oferta de vagas chega em 2011 a 2.115 vagas em quatro cursos de Licenciatura, além de quatro cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* em áreas estratégicas como Gestão Pública e Educação Especial.

A Pós-Graduação *Stricto Sensu* também cresceu substancialmente nos últimos anos, impulsionando a pesquisa e a qualidade dos cursos de graduação que lhe deram origem. De 6 cursos de mestrado e doutorado em 2004, a UNIRIO passou a oferecer 22 cursos em 2011.

A Assistência Estudantil aumentou a sua área de atuação, iniciada com algumas dezenas de bolsas permanência, em 2006, para um amplo programa que contempla, em 2011, 300 bolsas permanência, 600 auxílios-alimentação, 60 auxílios-moradia, além de projetos específicos como transporte interunidades, apoio psicossocial, apoio à participação em eventos e atividades esportivas e culturais.

A extensão, tradicional referência histórica da UNIRIO, como denota a dimensão 3 da avaliação institucional, tem avançado quantitativa e qualitativamente. A partir de 2009, consolidou-se em outra área de ação, através do Programa de Bolsas de Iniciação Artística e Cultural, com 25 bolsas em 2011, além das tradicionais bolsas de extensão, no total de 130. Um aumento para 40 e 200 bolsas, respectivamente, está previsto no Orçamento 2012.

Outro avanço institucional é a internacionalização, que se traduz em acordos de cooperação com 23 instituições internacionais em quatro continentes.

Para planejar o futuro, entretanto, há de se reconhecerem as fragilidades da Instituição e as ameaças ao seu desenvolvimento. Uma delas está evidente na dimensão 7 da avaliação institucional, em que se percebe o descompasso do crescimento da infraestrutura física em relação ao crescimento acadêmico. Os principais problemas de infraestrutura são a falta de novos espaços físicos e a inadequação dos espaços existentes, assim como a escassez de serviços básicos de informação e comunicação. As causas desse descompasso estão na ausência de processos organizacionais sistematizados, que permitam realizar a gestão adequada dos recursos orçamentários disponibilizados principalmente pelo Plano REUNI. Este problema, que é comum em outras IFES em franco crescimento acadêmico, agrava-se na UNIRIO pela sua distribuição geográfica limitada, decorrente da sua própria origem na FEFIERJ. O novo PDI busca tratar este problema na raiz, racionalizando os processos organizacionais que permitirão executar as obras que não foram finalizadas no tempo devido.

No aspecto acadêmico, o crescimento da oferta de vagas na graduação agravou um problema que já existia antes do Plano REUNI: a elevada taxa de evasão. Com a adesão da UNIRIO ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU), desde a sua primeira edição, e as progressivas adesões das outras instituições públicas do Estado, diminuiu a chamada “evasão na entrada”, que ocorria em grande percentual devido à possibilidade de múltiplas matrículas dos candidatos aprovados em processos seletivos isolados de instituições públicas. O fim do vestibular melhorou este aspecto, porém o problema da evasão na graduação é, ainda, um desafio a ser vencido pela UNIRIO.

Outra grande fragilidade está nos recursos humanos. No corpo docente, o retardo na liberação de contratações programadas no Plano REUNI, que chega a um ano de atraso no final de 2011, cria uma situação que ameaça o êxito do crescimento acadêmico com o aumento de oferta de cursos e vagas. Tal retardo coloca em questão a eficácia de um mecanismo inteligente de gestão do corpo docente criado com o Programa REUNI, o banco de professores equivalentes, o qual, usado inicialmente com certa euforia e pouca clareza, passa por uma situação de engessamento com a inexistência de vagas docentes para a Instituição exercer a pretendida autonomia. Quanto ao corpo técnico-administrativo, o Quadro de Referência de Servidores Técnico-Administrativos (QRSTA), instituído em 2010, não constitui uma ferramenta de gestão de pessoas adequada, no caso da UNIRIO. Apesar da autonomia concedida na reposição de vagas, o QRSTA apenas

fotografou uma situação em junho de 2010, que já mostrava a UNIRIO como um dos menores quadros técnico-administrativos entre as IFES, excluindo o Hospital Universitário, por qualquer métrica utilizada nos indicadores do TCU, conforme o mapa comparativo dos Relatórios de Gestão de 2010. Neste caso, nem mesmo a aprovação dos provimentos atrasados do Programa REUNI resolverá a questão, cabendo um estudo mais profundo junto aos órgãos competentes do Governo Federal, para adequar o quadro às demandas atuais e futuras da Universidade. Alternativamente, enquanto esta questão não avançar neste rumo, esta fragilidade deverá ser compensada por reforço orçamentário de custeio para contratação de serviços que deveriam estar sendo executados pelo quadro técnico-administrativo deficiente.

O PDI 2012-2016 propõe abordar a questão da gestão de pessoas através de iniciativas específicas para o objetivo estratégico de adequar os quadros de servidores às necessidades institucionais.

1.4.2 PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O processo de formulação do PDI valeu-se da experiência simultânea da elaboração do Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação (PDTIC), em fase de elaboração pelo Comitê de Tecnologia de Informação e Comunicação (CTIC) para posterior submissão ao Conselho Universitário (CONSUNI). Neste, o CTIC seguiu as diretrizes da Estratégia Geral de Tecnologia de Informação (EGTI) para a Administração Pública Federal, a qual adota o *Balanced Score Card* (BSC) como modelo teórico do processo de elaboração, aliado a um método prático de acompanhamento focado no Gerenciamento por Diretrizes.

Assim, a elaboração do PDI da UNIRIO seguiu um processo misto “de dentro para fora” e “de fora para dentro”, no sentido de utilizar o método “de dentro para fora” do BSC, partindo de perspectivas e objetivos estratégicos, e, ao mesmo tempo, ter captado metas e ações das unidades organizacionais num estilo “de fora para dentro”. Na confluência das duas vertentes, foram descobertas as iniciativas estratégicas resultantes do desdobramento dos objetivos e do agrupamento das ações propostas. Os indicadores dos objetivos estratégicos foram estabelecidos como uma consequência do entendimento das metas provenientes das ações e das possibilidades da Instituição de medir o desempenho dos seus objetivos e monitorá-los.

A captação de ações e metas das unidades organizacionais se deu através de um formulário eletrônico aberto em 28 de junho e encerrado em 30 de setembro de 2011. Através dele, 21 unidades diretamente subordinadas à Reitoria, incluindo os cinco Centros Acadêmicos e três Órgãos Suplementares, formularam os seus planos de ações para os próximos anos, propondo ações alinhadas com as estratégias das metas 12 a 16 do PNE e ações próprias desvinculadas daquelas metas. Desta captação, resultaram 574 ações propostas que foram compiladas pela Comissão de Elaboração do PDI.

Por outro lado, a gestão, através da PROPLAN, elaborava a vertente “de dentro para fora” do processo de planejamento com BSC, derivando 14 objetivos estratégicos nas três perspectivas adotadas.

Todo o processo de elaboração do PDI e os documentos resultantes encontram-se registrados na página da Comissão:

<http://www2.unirio.br/unirio/pdi>

A Tabela 6 estabelece a matriz de responsabilidades do PDI da UNIRIO.

Tabela 6 – Matriz de Responsabilidades da Elaboração do PDI

Conselhos Superiores	Art. 11 do Estatuto da UNIRIO: Compete aos Conselhos Superiores deliberar, conjuntamente, sobre II - Plano de Desenvolvimento Institucional
Administração Central e Unidades Organizacionais	Estabelecem objetivos, metas, iniciativas e ações, de forma participativa e em consonância com os interesses da UNIRIO e da sociedade.
Comissão de Elaboração do PDI	Produz os documentos técnicos, publica as informações e presta suporte às atividades de elaboração.
Pró-Reitoria de Planejamento	Coordena o processo de elaboração, apoiando com a metodologia e com a sistematização e consolidação dos documentos produzidos.

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento

As perspectivas são aquelas já consagradas no planejamento estratégico do setor público:

- **PESSOAS E RECURSOS**, contemplando a infraestrutura e o orçamento necessários para o cumprimento da missão;
- **PROCESSOS INTERNOS**, assim como no BSC convencional, incluindo a identificação dos recursos e das capacidades necessárias para elevar o nível interno de qualidade;
- **RESULTADOS INSTITUCIONAIS**, contemplando as entregas para a sociedade do conhecimento produzido, que apontam para a visão de futuro da Instituição.

Os 14 objetivos estratégicos, dos quais 5 são objetivos permanentes estabelecidos em Estatuto, resultaram desse processo “de dentro para fora” de construção do plano.

RESULTADOS INSTITUCIONAIS

1. Garantir a produção, difusão e preservação do saber em todos os campos do conhecimento (Estatuto)
2. Formar cidadãos com consciência humanista, crítica e reflexiva, comprometidos com a sociedade e sua transformação, qualificados para o exercício profissional (Estatuto)
3. Estender à sociedade os benefícios da criação cultural, artística, científica e tecnológica gerada na Instituição (Estatuto)
4. Garantir a transparência organizacional

PROCESSOS INTERNOS

5. Garantir o desenvolvimento de pesquisas de base e aplicada, especialmente as vinculadas aos programas de Pós-Graduação *stricto sensu* (Estatuto)
6. Manter intercâmbio com entidades públicas, privadas, organizações e movimentos sociais (Estatuto)
7. Promover melhorias na estrutura organizacional
8. Promover melhorias no processo organizacional
9. Melhorar condições de estudo e convivência dos alunos de Graduação e Pós-Graduação

PESSOAS E RECURSOS

10. Melhorar condições de trabalho de servidores docentes e técnico-administrativos
11. Fomentar política de qualificação e capacitação de servidores docentes e técnico-administrativos
12. Assegurar a execução dos projetos de otimização da infraestrutura física
13. Assegurar o desenvolvimento de soluções de Tecnologia de Informação e Comunicação
14. Adequar o quadro dos servidores às necessidades institucionais

Com base no diagnóstico realizado, e da convergência dos objetivos estratégicos provenientes do processo “de dentro para fora” com as ações captadas no processo “de fora para dentro”, resultaram 56 iniciativas estratégicas, que, ao final das contribuições colhidas nas Audiências Públicas e na Reunião dos Conselhos Superiores, totalizaram 62. Os objetivos estratégicos e suas iniciativas estão apresentados na Tabela 7. Os indicadores e metas por objetivo estratégico estão apresentados na seção 1.4.4.

A seção 1.4.5 apresenta o Mapa Estratégico da UNIRIO, como instrumento de comunicação gráfica da estratégia resultante do PDI, gerado pela ferramenta GEPLANES, que a UNIRIO pretende utilizar para acompanhamento e controle das ações do PDI.

1.4.3 PERSPECTIVAS, OBJETIVOS E INICIATIVAS

Tabela 7 – Perspectivas, Objetivos e Iniciativas

Perspectiva RESULTADOS INSTITUCIONAIS (4 Objetivos, 21 Iniciativas)

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS
1. Garantir a produção, difusão e preservação do saber em todos os campos do conhecimento.	1.1 Fomentar a produção acadêmica.
	1.2 Produzir instrumentos de difusão da produção acadêmica.
	1.3 Apoiar a realização de eventos de promoção e integração da produção acadêmica em todas as áreas do conhecimento.
	1.4 Promover a organização e acesso à produção científica da UNIRIO em meio digital de forma a elevar a sua visibilidade e

	impacto.
2. Formar cidadãos com consciência humanista, crítica e reflexiva, comprometidos com a sociedade e sua transformação, qualificados para o exercício profissional.	2.1 Fomentar ações voltadas para o incentivo de inserção dos discentes no mundo do trabalho.
	2.2 Fomentar Programas de Nivelamento e Aprimoramento do processo de construção do conhecimento.
	2.3 Ampliar o preenchimento de vagas na graduação de modo a consolidar os cursos existentes, em todas as modalidades.
	2.4 Gerir a implantação e a permanente atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação.
	2.5 Aumentar a oferta de bolsas para discentes.
	2.6 Fomentar ações visando à formação e à qualificação de professores para a Educação Básica.
	2.7 Incentivar a Mobilidade Estudantil.
	2.8 Fomentar a atuação acadêmica no Hospital Universitário Gaffrée e Guinle (HUGG).
	2.9 Melhorar os indicadores dos cursos de graduação.
	2.10 Combater a evasão de alunos durante os cursos de graduação, com ações inclusivas que visem a diminuir as suas causas.
3. Estender à sociedade os benefícios da criação cultural, artística, científica e tecnológica gerada na Instituição.	3.1 Dar visibilidade às ações da Universidade.
	3.2 Fomentar programas, projetos e cursos de extensão.
	3.3 Criar fóruns de discussão entre a Universidade, a comunidade universitária e a sociedade.
	3.4 Ampliar os serviços oferecidos à sociedade.
4. Garantir a transparência organizacional.	4.1 Desenvolver ações de Transparência Organizacional e de estímulo ao Controle Social.
	4.2 Promover a transparência das informações institucionais para a sociedade.
	4.3 Construir políticas e práticas para comunicação organizacional.

Perspectiva PROCESSOS INTERNOS (5 Objetivos, 22 Iniciativas)

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS
5. Garantir o desenvolvimento de pesquisas de base e aplicada, especialmente as vinculadas aos programas de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> .	5.1 Incentivar a criação de linhas de pesquisa e o fortalecimento das existentes.
	5.2 Fomentar a criação de cursos de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> e a consolidação dos cursos existentes.
	5.3 Internacionalizar os cursos de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> .
	5.4 Melhorar indicadores de pós-graduação e pesquisa.
6. Manter intercâmbio com entidades	6.1 Fomentar parcerias, acordos e convênios a fim de subsidiar as atividades de ensino, de pesquisa, científicas e inovação

públicas, privadas, organizações e movimentos sociais.	tecnológica.
	6.2 Firmar acordos, convênios e ajustes de diversas espécies com instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras.
	6.3 Fomentar a política de internacionalização, fortalecendo as parcerias existentes com excelência acadêmica, assim como as relações com a África e a América do Sul.
7. Promover melhorias na estrutura organizacional.	7.1 Definir as áreas necessárias à execução dos processos organizacionais.
	7.2 Revisar os documentos regulatórios da Universidade (Estatuto, Regimento Geral e Regimentos Internos).
	7.3 Adequar cargos e funções à nova estrutura organizacional.
8. Promover melhorias no processo organizacional.	8.1 Aperfeiçoar a gestão do processo orçamentário.
	8.2 Automatizar processos através do uso de sistemas de informação.
	8.3 Aperfeiçoar os processos arquivísticos.
	8.4 Aperfeiçoar a gestão dos processos acadêmicos.
	8.5 Aperfeiçoar a gestão dos processos administrativos.
	8.6 Aperfeiçoar o processo de avaliação institucional.
	8.7 Consolidar a implantação de Comitês e comissões similares de âmbito institucional, previstos na legislação vigente para órgãos da Administração Pública Federal.
9. Melhorar condições de estudo e convivência dos alunos de Graduação e Pós-Graduação.	9.1 Ampliar o acervo bibliográfico, com programa de manutenção permanente.
	9.2 Implantar programa para atendimento às pessoas com deficiência.
	9.3 Criar áreas de convivência.
	9.4 Ampliar programa de assistência estudantil.
	9.5 Criar programa de incentivo às atividades de cultura, esporte, lazer e saúde.

Perspectiva PESSOAS E RECURSOS (5 Objetivos, 19 Iniciativas)

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS
10. Melhorar condições de trabalho de servidores docentes e técnico-administrativos.	10.1 Equipar adequadamente os ambientes de trabalho.
	10.2 Adequar os espaços físicos dos ambientes de trabalho de acordo com as necessidades funcionais.
	10.3 Desenvolver ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos servidores, inclusive aposentados, pensionistas e familiares, intensificando as ações de política de desenvolvimento de pessoas.

	10.4 Promover uma relação integrada e não discriminatória entre as unidades organizacionais e as entidades representativas dos diferentes segmentos da comunidade universitária.
11. Fomentar política de qualificação e capacitação de servidores docentes e técnico-administrativos.	11.1 Consolidar programas de capacitação permanente para servidores.
	11.2 Consolidar programas de qualificação permanente para servidores.
12. Assegurar a execução dos projetos de otimização da infraestrutura física.	12.1 Implantar laboratórios temáticos de ensino, pesquisa e extensão.
	12.2 Adequar o espaço físico existente à nova realidade institucional, garantindo a sua devida manutenção preventiva e a sustentabilidade ambiental.
	12.3 Adequar as instalações físicas das unidades à acessibilidade de pessoas com deficiência.
	12.4 Adequar a infraestrutura do HUGG para melhorar suas condições de atuação acadêmica.
	12.5 Ampliar o espaço físico para atender às demandas do crescimento da Universidade, com o devido cuidado urbanístico e paisagístico.
	12.6 Dotar os espaços físicos de mobiliário e outros materiais permanentes adequados à sua destinação.
	12.7 Adequar a frota de veículos oficiais para atender à nova realidade institucional.
13. Assegurar o desenvolvimento de soluções de Tecnologia de Informação e Comunicação.	13.1 Implantar serviços informatizados compatíveis com as demandas administrativas e acadêmicas.
	13.2 Adequar a infraestrutura de tecnologia de informação e comunicação à nova realidade institucional.
14. Adequar o quadro dos servidores às necessidades institucionais.	14.1 Promover estudos quanto às reais necessidades de redimensionamento e redistribuição dos recursos humanos da classe dos servidores técnico-administrativos, diante do crescimento da Universidade.
	14.2 Promover estudos de alocação do quadro docente visando a uma distribuição compatível com as necessidades das unidades acadêmicas.
	14.3 Promover, junto aos órgãos competentes do governo federal, a fundamentação e argumentações técnicas para a reposição das vagas necessárias para adequar o quadro de servidores técnico-administrativos às demandas atuais e futuras para o bom desempenho da Universidade, obtendo os códigos de vagas e autorizações para os concursos públicos necessários.
	14.4 Promover, junto aos órgãos competentes do governo federal, as gestões necessárias visando a adequar a quantidade de docentes às demandas atuais e futuras da Universidade, para concessão de vagas e abertura dos concursos públicos.

1.4.4 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E METAS

A Tabela 8 mostra os indicadores de desempenho da Instituição por objetivo estratégico, com as respectivas unidades de medida ou fórmula de cálculo, e as fontes de dados que compõem cada indicador. As metas estabelecidas para os anos de vigência do PDI estão assinaladas na mesma tabela.

O processo de monitoramento e revisão do PDI, descrito na seção 8.3, incluirá o acompanhamento e controle dos indicadores e metas, e a sua revisão anual.



Tabela 8 – Objetivos Estratégicos, Indicadores e Metas

Perspectiva RESULTADOS INSTITUCIONAIS

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADORES	Unidade de medida ou Fórmula de cálculo	Fontes de dados	Base 2011	2012	2013	2014	2015	2016
1. Garantir a produção, difusão e preservação do saber em todos os campos do conhecimento.	Taxa de crescimento da produção científica	Percentual de crescimento em relação ao ano anterior	PROPG	550	10%	10%	10%	10%	10%
2. Formar cidadãos com consciência humanista, crítica e reflexiva, comprometidos com a sociedade e sua transformação, qualificados para o exercício profissional.	Taxa de sucesso da graduação (TSG) - indicador REUNI	Conforme fórmula do TCU	Relatório de Gestão	50,19	52,70	55,33	60,87	66,95	73,65
	Crescimento de matrícula na graduação presencial (indicador PNE/PPA)	Número de matrículas na graduação presencial	Censo da Educação Superior	7.409	8.187	9.047	9.996	11.046	12.349
	Crescimento de matrícula na graduação a distância (indicador PNE/PPA)	Número de matrículas na graduação a distância	Censo da Educação Superior	5.671	6.266	6.924	7.651	8.455	9.312
	Índice Geral de Cursos (IGC)	Conforme fórmula do INEP – IGC contínuo	Portaria do INEP	334	347	361	376	391	406
	Eficácia do Programa de Mobilidade Estudantil	Número de estudantes em programas de mobilidade	PROGRAD	31	34	38	41	45	50
	Eficácia do Programa de Bolsas Acadêmicas	Número de discentes de graduação com bolsa	Relatório de gestão	755	960	1.008	1.058	1.111	1.167
	Eficácia do Programa de Bolsas Permanência	Número de discentes de graduação com bolsa	Relatório de gestão	300	360	378	397	417	438

	Eficácia do Programa de Bolsas de Alimentação	Número de discentes de graduação com bolsa	Relatório de gestão	600	600	450	450	450	360
	Eficácia do Programa de Bolsas de Moradia	Número de discentes de graduação com bolsa	Relatório de gestão	60	60	72	86	104	124
	Subvenção de refeições nos Restaurantes-Escola	Percentual no valor das refeições	DACE	0	50%	50%	50%	50%	50%
	Eficácia da gestão de Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação	Número de Projetos Pedagógicos de Cursos revisados	PROGRAD	47	10%	10%	10%	10%	10%
	Eficácia do fomento à formação e qualificação de professores para a Educação Básica	Número de graduados em Licenciatura presencial	Relatório de gestão	516	568	624	687	755	831
	Relação Aluno de Graduação por Professor (indicador PNE)	Número de Alunos Matriculados / Número de Professores	Relatório de gestão	13,52	14	15	16	17	18
3. Estender à sociedade os benefícios da criação cultural, artística, científica e tecnológica gerada na Instituição.	Eficácia dos Projetos de extensão	Público atingido (milhares de pessoas)	PROExc	115	135	150	170	200	230
	Grau de envolvimento dos alunos de graduação com a extensão	Percentual de alunos envolvidos em relação ao número total	PROExc	8,3%	10%	12%	15%	18%	20%
	Percentual de cursos de graduação que certificam atividades de extensão	Percentual de cursos de graduação com pelo menos 10% de carga horária de extensão, em relação ao total de cursos	PROExc	95%	100%	100%	100%	100%	100%

	Eficácia da Relação com os Meios de Comunicação de Massa	Percentual de matérias positivas relacionadas à produção cultural, artística, científica e tecnológica da UNIRIO	COMSO		30%	40%	50%	60%	70%
	Eficácia do fomento à extensão	Número de novos programas, projetos e cursos de extensão	PROExC	166	249	323	387	400	430
4. Garantir a transparência organizacional.	Eficácia da comunicação organizacional	Percentual de respondentes satisfeitos	COMSO		40%	60%	70%	80%	90%
	Eficácia da Ouvidoria	Percentual de respostas finalizadas aos questionamentos do público interno e externo	Ouvidoria		0%	50%	60%	65%	70%
	Eficácia da transparência organizacional	Percentual de respondentes satisfeitos	COMSO		40%	60%	70%	80%	90%

Perspectiva PROCESSOS INTERNOS

5. Garantir o desenvolvimento de pesquisas de base e aplicada, especialmente as vinculadas aos programas de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> .	Eficácia dos Projetos de pesquisa	Percentual de projetos concluídos com produto em relação ao total de projetos concluídos	PROPG		80%	85%	90%	95%	100%
	Eficácia do fomento à pesquisa	Número de projetos de pesquisa	PROPG	500	550	600	650	700	750

	Índice de projetos de pesquisa com financiamento externo	Percentual de projetos de pesquisa financiados por órgãos de fomento em relação ao total de projetos de pesquisa	PROPG		8%	10%	12%	14%	16%
	Taxa de crescimento de matrícula na pós-graduação <i>stricto sensu</i> (indicador PNE/PPA)	Número de matrículas na Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	Relatório de gestão	685	745	805	870	940	1010
	Índice de internacionalização da Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	Percentual de cursos de Mestrado & Doutorado com mobilidade internacional	PROPG	25%	30%	40%	50%	55%	60%
6. Manter intercâmbio com entidades públicas, privadas, organizações e movimentos sociais.	Taxa de crescimento da cooperação externa	Percentual de crescimento de instrumentos de cooperação vigentes em relação ao ano anterior	Relatório de gestão		10%	10%	10%	10%	10%
7. Promover melhorias na estrutura organizacional.	Índice de unidades com Regimento Interno aprovado	Percentual de unidades com Regimento Interno em relação ao total de unidades organizacionais	PROPLAN		30%	50%	70%	90%	100%
8. Promover melhorias no processo organizacional.	Eficácia da visão por processos	Número de Processos Organizacionais revisados no ano	PROPLAN	1	6	8	10	10	10
	Taxa de automatização de processos	Percentual de Processos automatizados no ano em relação ao número de Processos revisados	PROPLAN		50%	60%	70%	80%	90%

		no ano							
	Conceito institucional	Resultado da Avaliação Institucional na escala 100 a 500	Portaria do INEP	335	335	335	400	400	400
9. Melhorar condições de estudo e convivência dos alunos de Graduação e Pós-Graduação	Expansão do acervo digital	Crescimento Percentual do Número de Títulos Digitais Disponibilizados em relação ao ano anterior	BC	3.342	25%	15%	10%	15%	25%
	Expansão do acervo tridimensional (papel)	Crescimento Percentual do Número de volumes disponibilizados em relação ao ano anterior	BC	80.364	5%	5%	5%	5%	5%
	Expansão de Áreas de convivência	Número de Áreas de convivência	DACE	8	11	12	13	14	15
	Expansão de salas de estudo	Número de salas de estudo	DACE	1	2	3	4	5	6
	Expansão de restaurantes-escola	Número de restaurantes- escola implantados	Relatório de gestão	0	1	0	1	0	1
	Índice de satisfação do estudante	Percentual de respondentes satisfeitos	COMSO		40%	50%	70%	80%	90%

Perspectiva PESSOAS E RECURSOS

10. Melhorar condições de trabalho de servidores docentes e técnico-administrativos.	Expansão do equipamento de ambientes de trabalho	Percentual de ambientes de trabalho equipados	PROAD		10%	10%	10%	10%	10%
	Expansão de adequação física de ambientes de trabalho	Percentual de ambientes de trabalho reformados	PROAD		10%	10%	10%	10%	10%
	Eficácia do programa de atendimento a pessoas com deficiência	Percentual de espaços adaptados para pessoas com deficiência	PROAD		10%	10%	10%	10%	10%
	Índice de satisfação do servidor	Percentual de respondentes satisfeitos	COMSO		40%	50%	70%	80%	90%
11. Fomentar política de qualificação e capacitação de servidores docentes e técnico-administrativos.	Eficácia do programa de capacitação de servidores	Percentual de servidores capacitados no ano em relação ao quadro	DRH	30%	40%	50%	60%	60%	60%
	Eficácia do programa de qualificação de servidores	Percentual de servidores qualificados no ano em relação ao quadro	DRH	50%	70%	80%	80%	80%	80%
	Investimento anual em capacitação e qualificação de servidores	Valor de orçamento anual em capacitação e qualificação de servidores (em R\$ 1.000,00)	PROPLAN	1.200	1.200	1.200	1.500	1.500	1.500
	Índice de investimento anual em capacitação e qualificação	Percentual do orçamento de capacitação e qualificação de	PROPLAN	40%	75%	95%	95%	95%	95%

		servidores executado no ano							
	Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) (indicador PNE)	$IQCD = \frac{5D+3M+2E+1G}{D+M+E+G}$	Relatório de gestão	3,69	3,84	3,99	4,15	4,32	4,49
12. Assegurar a execução dos projetos de otimização da infraestrutura física.	Expansão da infraestrutura física	Número de projetos de infraestrutura física executados no ano	REUNI	1	2	2	2	1	0
	Ampliação de instalações físicas existentes	Número de instalações físicas ampliadas no ano	REUNI		2	1	0	0	0
	Reformas de instalações físicas existentes	Número de instalações físicas reformadas para fins diversos	REUNI	8	15	10	0	0	0
13. Assegurar o desenvolvimento de soluções de Tecnologia de Informação e Comunicação.	Expansão de infraestrutura de TIC	Número de projetos de infraestrutura de TIC executados no ano	PROPLAN	2	3	3	2		
	Expansão de serviços de TIC	Número de serviços de TIC disponibilizados no ano	PROPLAN	4	5	5	5	5	5
14. Adequar o quadro dos servidores às necessidades institucionais.	Expansão do corpo docente	Número total de docentes no ano	Relatório de gestão	783	878	945	*	*	*
	Expansão do corpo técnico-administrativo	Número total de servidores Técnico-Administrativos no ano	Relatório de gestão	1078	1154	1205	*	*	*
	Índice de adequação do corpo técnico-administrativo	Percentual de unidades organizacionais com corpo Técnico-	PROAD		50%	60%	70%	80%	90%

		Administrativo adequado							
--	--	----------------------------	--	--	--	--	--	--	--

* A previsão de expansão do corpo docente e técnico-administrativo até 2013 está baseada na programação prevista no Plano REUNI. A partir de 2014, dependerá do resultado das ações decorrentes das iniciativas 14.3 e 14.4

1.4.5 MAPA ESTRATÉGICO DA UNIRIO

O mapa estratégico mostra como a UNIRIO pretende alcançar sua **VISÃO** de futuro

“Ser reconhecida como referência na produção e difusão de conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, comprometida com as transformações da sociedade e com a transparência organizacional.”,

a partir da sua **MISSÃO** estatutária

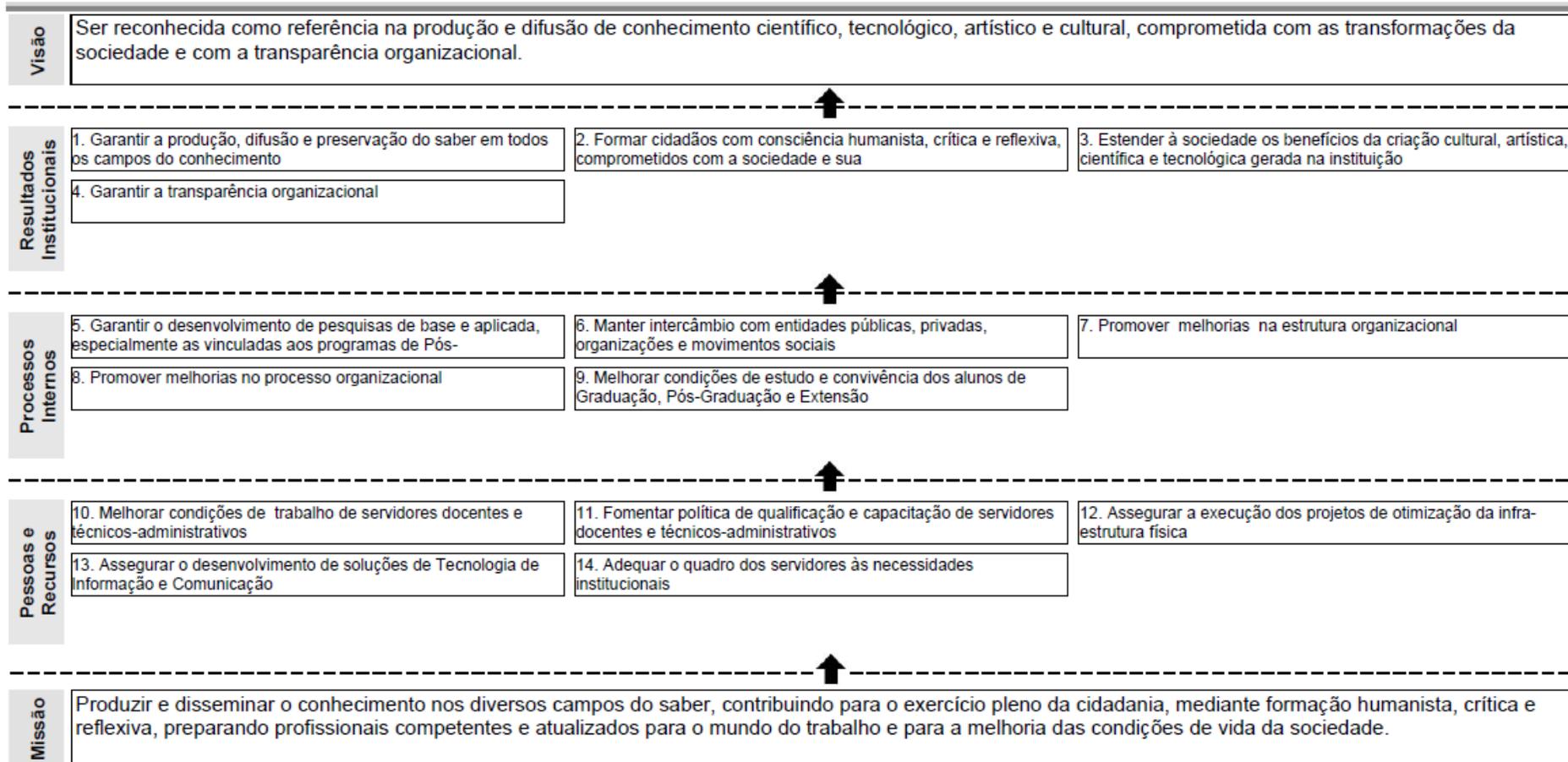
“Produzir e disseminar o conhecimento nos diversos campos do saber, contribuindo para o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanista, crítica e reflexiva, preparando profissionais competentes e atualizados para o mundo do trabalho e para a melhoria das condições de vida da sociedade.”

O caminho a ser trilhado pela UNIRIO passará pelos 14 objetivos estratégicos organizados segundo as perspectivas de Pessoas e Recursos, Processos Internos e Resultados Institucionais.

Ano da Gestão: 2012

Unidade Gerencial: Reitoria - Reitoria

Responsável:



2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPI

2.1 INTRODUÇÃO

O PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI) da UNIRIO constitui-se num instrumento de trabalho nuclear da Universidade e tem o propósito de reunir as demandas e projetos da Instituição no campo pedagógico, dotando-os tanto de sentido interno sistemático, quanto de função dinâmica como norteador das ações acadêmicas das várias unidades, Pró-Reitorias e Reitoria.

Considerando que a memória de uma instituição é elaborada pouco a pouco por redes que se vão constituindo a partir das práticas, do imaginário, das visões, das falas, isto é, das concepções dos que vivem o cotidiano institucional ao longo do tempo, decidiu-se tomar como ponto de partida o espírito e mesmo o texto do PPI de 2006, para operar, sobre essa base inicial transformada, a explicitação dos pontos novos e a inserção das novas perspectivas de futuro. Esta decisão metodológica preliminar para a construção do atual PPI deve-se à percepção de que aquele documento ainda expressa, em boa medida, as perspectivas político-pedagógicas fundamentais da Instituição, perspectivas essas que foram amadurecidas paulatinamente no último decênio e no início do atual, tendo sido também redesenhadas parcialmente em decorrência do novo contexto de expansão das universidades federais e de crescimento da UNIRIO.

Outro documento que fundamentou a construção do PPI foi o Estatuto da Universidade (2001), no qual se encontram descritos a missão da Universidade, os seus princípios e objetivos.

Este PPI apresenta uma visão de mundo delineada, uma postura de educação superior assumida, isto é, um ideal de Universidade que a Instituição pretende ver concretizado e amadurecido. Descreve o perfil de profissional que a UNIRIO pretende formar em seus diferentes cursos, a partir da inserção dos estudantes nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. O PPI orienta ainda as práticas pedagógicas, em especial os projetos pedagógicos dos cursos, estabelecendo, de um modo global, as políticas institucionais para o ensino, a pós-graduação, a pesquisa e a extensão.

2.2 OBJETIVOS GERAIS DA UNIRIO COM INCIDÊNCIA NO PPI

Os principais objetivos da UNIRIO estão definidos em seu Estatuto (2001) e são eles, acrescidos de novos aspectos, que embasam os propósitos deste PPI. Seguem, então, os objetivos gerais da UNIRIO com incidência direta no atual PPI:

- a) produzir, difundir e preservar o saber em todos os campos do conhecimento;
- b) formar cidadãos com consciência humanista, crítica e reflexiva, comprometidos com a sociedade e sua transformação, qualificados para o exercício profissional;

- c) propiciar e estimular o desenvolvimento de pesquisas de base e aplicada, especialmente as vinculadas aos programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- d) consolidar programas com vistas a incentivar a institucionalização de práticas acadêmicas que respeitem a diversidade cultural e a pluralidade;
- e) garantir o acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais, fortalecendo, dessa forma, a política de inclusão educacional;
- f) promover a interdisciplinaridade, a multidisciplinaridade e a transdisciplinaridade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e em todos os níveis de formação;
- g) consolidar e implantar políticas de assistência estudantil que promovam o acesso, a permanência e o desempenho acadêmico dos estudantes em geral;
- h) ampliar o número de cursos de pós-graduação e consolidar os cursos de graduação existentes;
- i) implantar novas modalidades de cursos de graduação e pós-graduação, atendendo às demandas do desenvolvimento tecnológico e à evolução da ciência;
- j) desenvolver políticas de qualificação do pessoal docente e técnico-administrativo da Universidade;
- k) adotar uma ativa política de comunicação e divulgação (interna e externa) acerca das realizações na busca da construção da imagem institucional;
- l) melhorar a infraestrutura física, laboratorial e tecnológica da Universidade.
- m) expandir o diálogo com a Sociedade através de projetos, programas e cursos de extensão universitária, promovendo o intercâmbio entre saberes eruditos e populares como base da construção de um conhecimento acadêmico plural e socialmente referenciado.
- n) Promover políticas de ações afirmativas que permitam o acesso e a permanência de estudantes em risco social e que, ao mesmo tempo, garantam a excelência de sua formação acadêmica.

2.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PPI

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) é a demonstração político-educacional da UNIRIO, que busca apresentar, de maneira objetiva, as perspectivas para a graduação, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão universitária, as quais devem estar articuladas, visando a assegurar a autonomia no desenvolvimento da Universidade por meio de uma formação humanista, crítica e reflexiva, preparando seus educandos para a cidadania plena.

Os objetivos deste Projeto são:

- Viabilizar a missão da UNIRIO;

- Aperfeiçoar de modo permanente a política de formação discente mediante a avaliação do perfil acadêmico e profissional do formado de graduação e pós-graduação, e do perfil da demanda de formação nas diversas instâncias da sociedade;
- Contextualizar o perfil do profissional e cidadão que a UNIRIO pretende formar;
- Alcançar níveis superiores de qualidade para a graduação, implementando o sistema de gestão e de acompanhamento adequado ao projeto de flexibilização curricular;
- Proporcionar uma melhor condição para os laboratórios de pesquisa, por meio de aquisição de equipamentos e material de consumo, através de editais, a fim de ampliar a produção científica, tecnológica, cultural e de inovação;
- Fornecer apoio administrativo para atingir o conceito máximo determinado pela CAPES para os cursos *stricto sensu* pela ampliação de lançamentos de editais direcionados às demandas das pesquisas universitárias e da pós-graduação;
- Sensibilizar os programas de pós-graduação, que tenham conceito compatível, para participar de editais de Mestrado Interinstitucional (MINTER) e Doutorado Interinstitucional (DINTER) a fim de colaborar para a diminuição das assimetrias regionais;
- Evidenciar e publicar a relação do PPI com os projetos pedagógicos dos cursos;
- Estruturar e estimular a realização de práticas acadêmico-profissionais na Universidade;
- Aprimorar os instrumentos voltados para a avaliação da qualidade do ensino de graduação, nas modalidades presencial e a distância;
- Sensibilizar a comunidade da UNIRIO para a necessidade permanente da autoavaliação institucional no contexto do SINAES;
- Garantir que, pelo menos, 10% das atividades de formação dos estudantes de graduação da UNIRIO sejam realizadas através da prática de extensão universitária.

2.4 A SOCIEDADE, A EDUCAÇÃO SUPERIOR E A UNIVERSIDADE QUE ALMEJAMOS

Tendo como base uma perspectiva de sociedade mais justa, igualitária, com maiores perspectivas de inclusão social e com possibilidade de transformação da realidade, a UNIRIO entende que a educação superior brasileira necessita ser amplamente analisada e discutida no âmbito nacional, com o propósito de encontrar soluções inovadoras que permitam superar as atuais dificuldades a partir de questionamentos sobre a realidade.

Parte desse processo foi instaurado, em nível nacional, com a implantação e a consolidação de programas como UAB, REUNI, REHUF, SiSU e ENADE. Também o SINAES vem ao encontro da necessidade de avaliação permanente, de revisão de rumos e de aperfeiçoamento socialmente referenciado das instituições de ensino superior. A todas as políticas expressas por esses programas e sistemas a eles associados, a UNIRIO tem aderido de modo entusiástico, sem eludir nunca o dissenso e a crítica, como motores internos do amadurecimento e do desenvolvimento institucional.

A educação superior brasileira necessita formar massa crítica de pessoas qualificadas, a fim de assegurar o desenvolvimento da pesquisa nas ciências e artes, bem como o desenvolvimento sustentável do país.

Precisa-se de um país que tenha políticas socioeconômicas cada vez mais eficazes para que se amplie o acesso ao ensino superior e se melhore a sua qualidade. Assim, os processos de democratização do acesso à educação superior e de inclusão social precisam ser privilegiados na direção do que vem sendo trilhado em nível federal pelos órgãos governamentais competentes.

Busca-se um ensino com maior autonomia, com condições de livre iniciativa, em que haja maior participação da sociedade na responsabilidade de promover um autêntico desenvolvimento humano, com a expansão da educação pública e gratuita.

Há de se promoverem ações inovadoras, objetivando a projeção desse caminho por meio de práticas inclusivas e da interiorização. Uma de tais ações diz respeito às novas modalidades de educação a distância tanto no âmbito da graduação como no da pós-graduação, campo no qual a UNIRIO já consolidou importante experiência e resultados positivos nos últimos anos.

É preciso, também, prosseguir com o investimento que a Instituição tem realizado no estabelecimento de acordos de cooperação entre instituições nacionais e internacionais. Desse modo, poderemos estimular e viabilizar a mobilidade acadêmica dos estudantes, o intercâmbio de servidores professores e técnico-administrativos, por meio de ações conjuntas entre as universidades públicas e de convênios internacionais, que resultarão em inovação curricular.

Faz-se necessário valorizar os processos de investigação, ensino e extensão da Universidade, comprometendo-os com as demandas sociais e com os saberes populares, a fim de exercitar o seu confronto crítico com o saber científico, visando ao levantamento de alternativas de transformação social. Do mesmo modo, é preciso ter sempre em mente a importância de incentivar e valorizar as pesquisas puras e a construção de conhecimentos que não se destinam à aplicabilidade imediata, mas que são dotados de função epistemológica própria.

Deve ficar claro que toda atividade desenvolvida na Universidade integra o currículo, construído no dia a dia do ato pedagógico pelo estudante, pelo professor e, se for o caso, com a participação da comunidade. O currículo desenvolvido no ensino superior é, pois, consequência do convívio e encontro com a diversidade e com a pluralidade de conhecimento.

É preciso destacar ainda que este PPI integra-se organicamente à missão, aos princípios e aos pressupostos expressos tanto no Estatuto em vigor, quanto no PDI do qual este Projeto Pedagógico é uma parte constitutiva. Assim, aspectos como a gratuidade do ensino de graduação e de pós-graduação; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; e, ainda, a promoção da inclusão com igualdade de oportunidades são norteadores importantes da visão de sociedade e de educação superior abraçada por este PPI.

2.5 PERFIL DO PROFISSIONAL E CIDADÃO PROJETADOS PELO PPI

Justiça social e senso de cidadania são princípios que devem nortear a formação e qualificação dos discentes, docentes e técnicos-administrativos. Cabe, portanto, à Universidade projetar o futuro, considerando tais princípios. Para isso, é preciso utilizar dois importantes desafios: o da imaginação e o da liberdade.

De acordo com o relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 1997), a educação precisa ser concebida a partir de quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, indicando que a função de uma instituição de ensino, em qualquer uma das suas modalidades, deve estar voltada à realização plena do ser humano.

As instituições educacionais, historicamente, preocuparam-se, predominantemente, com as duas primeiras formas de aprendizagem. De acordo com o tipo de sociedade e de educação superior que se quer hoje, faz-se necessário que a UNIRIO, como Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), preocupe-se com o aprender a conviver e o aprender a ser.

Assim, cabe uma educação em que, tanto no ensino quanto na pesquisa e extensão, todos participem de projetos comuns, os quais envolvam a descoberta progressiva do outro, convivendo com a diversidade, a pluralidade e o multiculturalismo.

É imprescindível, ainda, o estímulo ao pensamento autônomo e crítico do discente, à elaboração de julgamentos de valores próprios, aliando tais características à sua sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, capacidade de comunicação, isto é, vindo a viabilizar que o estudante alcance o desenvolvimento total como pessoa.

Torna-se necessário entender que a formação e qualificação obtidas na Universidade são apenas o início de uma longa e permanente caminhada de aprendizagem e aquisição de novos conhecimentos, criados, hoje, de maneira tão acelerada.

2.6 POLÍTICAS DE ENSINO

A UNIRIO tem como compromisso proporcionar o ensino voltado para a produção e difusão do conhecimento científico, sociopolítico e cultural, com vistas à formação do cidadão e do profissional qualificado e comprometido com o desenvolvimento sustentável da sociedade.

A curto e médio prazos, a UNIRIO tem como desafios a serem enfrentados:

- I. Expandir em áreas do conhecimento inovadoras as matrículas nos cursos de graduação, atendendo a demandas sociais relevantes e criando oportunidades de inclusão social;
- II. Ampliar as possibilidades de participação estudantil em ações que contribuam para a sua formação com relevância acadêmica e social;

- III. Intensificar as relações de cada curso com a respectiva área do conhecimento e de atuação profissional, tendo em vista a introdução de práticas cada vez mais adequadas para a formação discente;
- IV. Superar, de modo criativo e articulado, as dificuldades que se interponham à efetivação da proposta pedagógica de flexibilização curricular;
- V. Melhorar e modernizar as condições físicas considerando as normas técnicas e legislação vigentes de acessibilidade: salas de aula, laboratórios (de ensino, de pesquisa e de extensão), biotérios e anatômico, áreas de convivência e lazer, sala de professores, auditórios, anfiteatros, teatros, enfermarias, salas multimídia e de exposição e estúdios;
- VI. Modernizar o acervo bibliográfico, em conformidade com a reformulação contínua dos projetos pedagógicos dos cursos;
- VII. Apresentar ações de melhoria na informatização das bibliotecas;
- VIII. Propor metodologias inovadoras didático-pedagógicas;
- IX. Otimizar a gestão dos cursos de graduação;
- X. Melhorar o sistema de controle e registro acadêmico;
- XI. Melhorar a gestão acadêmica;
- XII. Propor ações de expansão cautelosa e responsável, visando sempre ao aperfeiçoamento da qualidade e ao sentido social da educação para os cursos de graduação na modalidade a distância; considerando também que tal modalidade traz ainda, para além da realização de seus fins específicos, um suplemento de contribuições e de ensinamentos metodológicos importantes para a modalidade presencial.

As diretrizes da UNIRIO para o ensino de graduação são as que se seguem:

A. Reestruturação e desenvolvimento acadêmico:

- I. Refletir participativamente e de forma continuada sobre o PPI em conformidade com as novas diretrizes do ensino, com o PDI e fóruns específicos;
- II. Promover a construção de PPCs em conformidade com as novas diretrizes do ensino e a nova realidade institucional, buscando uma formação integral do aluno para as transformações científicas, tecnológicas e culturais;
- III. Desenvolver projetos de formação para uso de novas tecnologias aplicadas ao ensino e utilização de novas metodologias de ensino, inclusive a distância e em rede por meio de oferta de disciplinas nos cursos de graduação, sob a forma de educação a distância, observado o limite de 20% da carga horária total do curso.

B. Modernização das bibliotecas

- I. Proporcionar um atendimento-padrão, moderno, informatizado, interligando o sistema de bibliotecas da UNIRIO;
- II. Atualizar o acervo bibliográfico, tanto impresso quanto digital.

C. Aperfeiçoamento discente:

- I. Criar e implantar programas que contribuam para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem;
 - II. Garantir a implementação de programas e projetos nacionais que buscam a melhoria do ensino de graduação;
 - III. Implantar e aperfeiçoar programas e projetos no âmbito do sistema federal de educação (PET, PIBID, PIBIC e outros);
 - IV. Promover políticas de melhoria do acesso e permanência dos estudantes na Universidade, incluindo ações afirmativas.
- D. Reestruturação do sistema de controle e registro acadêmico:
- I. Aprimorar o sistema de serviços acadêmicos por meio de implantação de política específica;
 - II. Propor uma nova estrutura dos setores de registro de diplomas e de controle acadêmico;
 - III. Normatizar, por meio de procedimentos administrativos, as secretarias acadêmicas;
 - IV. Implementar o Sistema Integrado de Informações para o Ensino (SIE) em sua plenitude.
- E. Gestão acadêmica:
- I. Promover a articulação plena do ensino, pesquisa, extensão e cultura em todas as práticas pedagógicas dos cursos;
 - II. Consolidar uma política de estágios que permita instituir centrais de estágio nos cursos de graduação, de acordo com as especificidades dos cursos;
 - III. Desenvolver um sistema informatizado de banco de oportunidades acessível a discentes e empresas;
 - IV. Subsidiar os gestores dos cursos de graduação com análises e estudos específicos;
 - V. Criar e consolidar estruturas adequadas à realização de práticas acadêmico-profissionais;
 - VI. Propor fóruns de discussão dos cursos de licenciatura, de bacharelado e de pedagogia e dar suporte aos mesmos;
 - VII. Criar o fórum de discussões de práticas pedagógicas para os cursos de graduação;
 - VIII. Apresentar novos modelos de formação para os cursos de graduação com respectivas interfaces na pós-graduação.
- F. Implantação de programa de avaliação interna de cursos:
- I. Sensibilizar a comunidade universitária para a importância da avaliação dos cursos e programas como instrumento de autoconhecimento e aperfeiçoamentos das ações institucionais;
 - II. Implantar um processo de avaliação contínua, formativo, flexível e democrático, em todos os segmentos dos cursos;

- III. Promover a permanente melhoria da qualidade das atividades acadêmicas dos cursos de graduação por meio de análise e reflexão dos dados obtidos nos processos avaliativos.
- G. Graduação na modalidade a distância:
- I. Promover a articulação do ensino, pesquisa, extensão e cultura como princípio norteador dos cursos de graduação a distância;
 - II. Identificar áreas do conhecimento e demandas regionais para a proposição de cursos a distância, tendo como referência a qualidade acadêmica;
 - III. Implementar um sistema de avaliação contínua para os cursos a distância;
 - IV. Formar grupos de estudos e aprofundamento de temas relativos à inserção das tecnologias nos cursos de graduação;
 - V. Implantar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação a distância em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior;
 - VI. criar um núcleo de pesquisa e produção de materiais didáticos/novas mídias e de ferramentas de comunicação, com a criação de normas e procedimentos para funcionamento do núcleo;
 - VII. Implantar uma Ouvidoria.

2.7 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A política da UNIRIO para a extensão e cultura fundamenta-se em um modelo político pedagógico participativo, que prima pela busca da qualidade social, integrando as ações de extensão ao ensino e à pesquisa, contribuindo, assim, para a formação integral de nossos estudantes. A PROExC é a unidade responsável pela formulação de políticas, gerência e avaliação de ações, projetos e programas da Extensão Universitária, bem como pela definição de uma política cultural para a Universidade.

A extensão universitária apresenta-se como um espaço de construção do conhecimento, de preservação e recriação da cultura e de promoção do bem-estar da comunidade universitária, reafirmando o compromisso social da UNIRIO e interligando-a com as demandas de sua comunidade e da sociedade. É, portanto, um local que proporciona a reflexão, o debate de ideias, o surgimento de soluções conjuntas, guardando a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa.

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura vem contribuir, junto com outras instâncias da Universidade, para a instalação de um ambiente universitário estimulador, favorecendo o surgimento de condições propícias para o desenvolvimento do trabalho dos profissionais que atuam na UNIRIO, e para uma formação acadêmica crítica e socialmente referenciada dos alunos, a partir do diálogo com os vários saberes produzidos, valorizando o diálogo entre a cultura erudita e popular na construção do conhecimento acadêmico.

A Extensão é entendida, portanto, como processo acadêmico, definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação dos estudantes, na qualificação dos

professores e no intercâmbio com a sociedade, implicando relações multi, inter e transdisciplinares e interprofissionais, tornando o ambiente universitário vivo, estimulante e criativo.

OBJETIVOS

- Implementar na UNIRIO as políticas dos Fóruns de Extensão, de acordo com o seu PPI.
- Coordenar as políticas da UNIRIO de Extensão Universitária, visando à relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade.
- Participar criticamente da elaboração de planos e da efetivação de ações de extensão, em intercâmbio com outras Instituições, voltadas para o desenvolvimento econômico, social, político e cultural das comunidades local, regional e nacional, visando à autossustentabilidade.
- Democratizar o conhecimento acadêmico, comprometendo a comunidade universitária com questões de relevância social.
- Ampliar o acesso da comunidade universitária, bem como de todos os segmentos sociais, aos bens culturais e aos instrumentos de sua produção.
- Definir mecanismos que possibilitem a permanência qualificada na Universidade de estudantes de origem popular.
- Contribuir para o fortalecimento da organização livre, consciente, responsável e participativa do estudante e a sua integração na vida universitária.
- Promover a integração da comunidade universitária, viabilizando atividades acadêmicas, literárias, esportivas, recreativas, culturais e de lazer, tendo em vista a busca da melhoria da qualidade de vida no *campus* e no entorno socioeconômico da UNIRIO.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A ideia de que o conhecimento elaborado pela Universidade não é único, que existem outras formas de perceber e sentir o mundo, e que elas surgem dos inúmeros segmentos sociais, é o princípio que orienta a extensão universitária. Portanto, cabe à Universidade abrir e ampliar o diálogo com os diferentes segmentos da sociedade, colocando seus profissionais e estudantes em contato com outras formas de conhecimento.

Nesse sentido, o trabalho do extensionista se baseia no diálogo não hierarquizado com todas as formas de conhecimento, saberes e práticas sociais voltadas para o enfrentamento de sérios problemas nacionais e regionais, contribuindo para o aprimoramento do ensino e da pesquisa. A extensão, por suas características atuais, pode ser uma das estratégias utilizadas no processo de flexibilização curricular, pois possibilita o olhar da Universidade para as transformações que ocorrem no cotidiano.

A PROExC articula, coordena e avalia as ações de extensão universitária das diversas unidades da UNIRIO, apoiando programas, projetos, atividades e publicações de extensão. Sua política vem

sendo desenvolvida em conformidade com o Plano Nacional de Extensão, elaborado em conjunto pelas universidades públicas do país.

As ações de extensão cadastradas na PROExC são referidas às Áreas Temáticas de Extensão, definidas pelo Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras, e destacadas no Plano Nacional de Extensão (Rede Nacional de Extensão [RENEX]: <http://www.renex.org.br>):

- I. COMUNICAÇÃO
- II. CULTURA
- III. DIREITOS HUMANOS
- IV. EDUCAÇÃO
- V. MEIO AMBIENTE
- VI. SAÚDE
- VII. TECNOLOGIA
- VIII. TRABALHO

EXTENSÃO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

- I. Implantar, desenvolver e ampliar cursos de extensão.
- II. Criar uma política de incentivo à implantação de programas e projetos de extensão que atendam às demandas sociais das localidades dos polos.

2.8 POLÍTICAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

A pesquisa científica encontrou nos programas de pós-graduação das universidades públicas brasileiras o ambiente no qual preferencialmente se abrigou, se desenvolveu e alcançou níveis internacionais de produção e qualidade. O mesmo se passou – e se passa – na UNIRIO. Entre 1979 (ano de sua transformação em Universidade) e 2004, a UNIRIO possuía quatro cursos de Mestrado e dois de Doutorado.

Tabela 9 – Cursos de Mestrado e Doutorado UNIRIO entre período 1979 – 2004

Programa	Curso	Início
Enfermagem	Mestrado	1982
Memória Social e Documento (atual Memória Social)	Mestrado	1987
Teatro (atual Artes Cênicas)	Mestrado	1991
	Doutorado	2000
Música	Mestrado	1993
	Doutorado	1998

Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

A partir de 2004 começaram a ser colhidos os primeiros resultados do processo institucional de estímulo ao crescimento da pesquisa e da pós-graduação *stricto sensu*. Entre 2004 e 2008 passaram a funcionar mais cinco cursos de Mestrado e dois de Doutorado.

Tabela 10 – Novos Cursos de Mestrado e Doutorado UNIRIO entre período 2004 – 2008

Programa	Curso	Início
Educação	Mestrado	2004
Neurologia	Mestrado	2004
	Doutorado	2007
Memória Social	Doutorado	2005
Museologia e Patrimônio	Mestrado	2006
Informática	Mestrado	2007
História	Mestrado	2007

Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Entre 2008 e 2011, novo impulso foi dado a este processo, resultado do amadurecimento institucional da gestão da pós-graduação e da execução do Plano REUNI. Por conseguinte, foram aprovados pela CAPES mais dois cursos de Doutorado e sete de Mestrado, sendo, entre os últimos, três Mestrados Profissionais.

Tabela 11 – Novos Cursos de Mestrado e Doutorado UNIRIO entre período 2008 – 2011

Programa	Curso	Início
Enfermagem e Biociências	Doutorado	2010
Direito	Mestrado	aprovado em 2010 início previsto para 2012
Museologia e Patrimônio	Doutorado	2011
Alimentos e Nutrição	Mestrado	2011
Biblioteconomia	Mestrado Profissional	aprovado em 2011 início previsto para 2012
Ciências Biológicas (Biodiversidade Neotropical)	Mestrado	2011
Genética e Biologia Molecular	Mestrado	2011
Matemática – PROFMAT	Mestrado Profissional	2011
Medicina	Mestrado Profissional	2011

Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

No total, a pós-graduação *stricto sensu* da UNIRIO possui 17 programas de pós-graduação que mantêm 22 cursos: seis cursos de Doutorado, 13 cursos de Mestrado Acadêmico e três cursos de Mestrado Profissional.

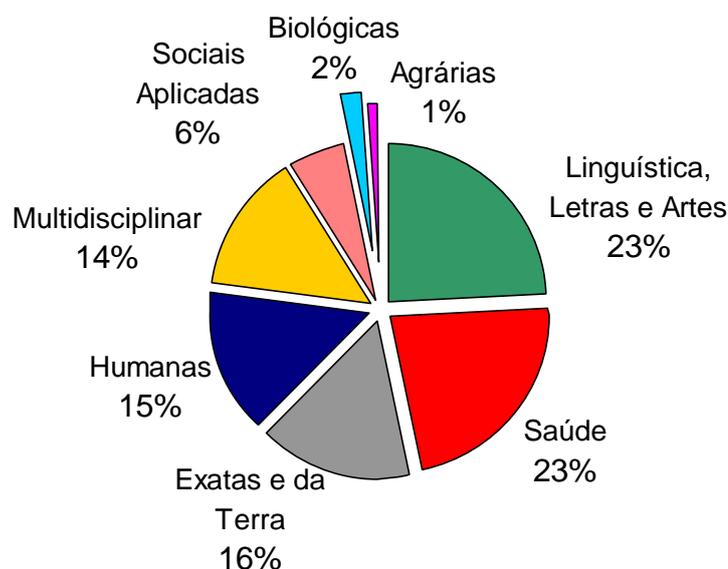
Tabela 12 – Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* por Grandes Áreas

Total de Programas da UNIRIO por grande área		
Grande Área	Programa	Total
Ciências da Saúde	Enfermagem	4

	Enfermagem e Biociências Medicina Neurologia	
Ciências Sociais Aplicadas	Biblioteconomia Direito Museologia e Patrimônio	3
Ciências Humanas	Educação História	2
Linguística, Letras e Artes	Artes Cênicas Música	2
Ciências Biológicas	Ciências Biológicas (Biodiversidade Neotropical) Genética e Biologia Molecular	2
Ciências Exatas e da Terra	Informática Matemática	2
Ciências Agrárias	Alimentos e Nutrição	1
Multidisciplinar	Memória Social	1
Engenharias	–	–

Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

A distribuição por grande área dos alunos matriculados nos cursos de Mestrado e Doutorado se dá conforme o gráfico que se segue:



Alunos matriculados (Mestrado e Doutorado) por grande área em outubro de 2011

Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

À vista deste quadro, constata-se que a UNIRIO realizou importante expansão de sua pós-graduação, consolidando seus quatro primeiros Programas e ingressando em novas áreas de forma equilibrada, ressaltando-se, no momento, as Engenharias. Portanto, é com base neste estado de coisas institucional que se abre a reflexão sobre a política de pesquisa e pós-graduação da Universidade para o próximo decênio. Esta reflexão resulta, antes de tudo, do compromisso e das responsabilidades sociais da UNIRIO com a sociedade brasileira na pesquisa e no ensino, da interação crítica com o contexto geral do mundo globalizado – especificamente as políticas e os discursos emanados dos países globalizantes – e, por fim, com o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020) publicado pela CAPES em dezembro de 2010.

A centralidade assumida pela produção e pelo progresso do conhecimento científico na chamada “sociedade do conhecimento” reforçou o papel da Universidade na formação de profissionais e de pesquisadores altamente qualificados e na elevação de escala e do traço inovador de sua produção científica. No caso brasileiro, exigiu também a ampliação do seu alcance social. Neste contexto, concebe-se a política de pesquisa da UNIRIO com o objetivo maior de adensar e consolidar uma cultura de pesquisa na Instituição.

Na pesquisa, a bem dizer, a tendência multi e interdisciplinar deve ser preponderante para, desse modo, favorecer a aproximação produtiva entre docentes de diferentes disciplinas, departamentos e grupos de pesquisa assim como entre alunos de graduação e de pós-graduação, estimular a circulação de ideias e permitir, em suma, a utilização compartilhada e otimizada de recursos físicos (espaços e equipamentos) e intelectuais durante a execução de projetos. Ademais, a pesquisa deve contemplar as grandes questões do mundo contemporâneo e seu produto deve ser socializado junto à sociedade brasileira, ter qualidade e capacidade de diálogo internacional.

Com efeito, a UNIRIO se propõe a:

- estimular a participação de alunos de graduação em projetos de pesquisa em estreita cooperação com a Pró-Reitoria de Graduação e as unidades acadêmicas;
- induzir experiências e ações de ensino e pesquisa que ampliem e aprofundem a visão multi e interdisciplinar na formação integrada de pessoas;
- desenvolver as linhas de pesquisa dos grupos certificados da Universidade de forma integrada com os projetos pedagógicos dos cursos de graduação (presenciais e a distância) e com as atividades de extensão universitária;
- ampliar o programa de iniciação científica, abrangendo também os alunos matriculados no ensino a distância;
- criar e apoiar ambientes de inovação;
- prestar apoio administrativo, técnico e financeiro, conforme as possibilidades, para elaboração e gestão de projetos de pesquisa;
- priorizar a utilização compartilhada dos espaços físicos, das instalações e dos equipamentos de pesquisa;
- apoiar a circulação nacional e internacional de pesquisadores, de alunos de graduação e de alunos de pós-graduação para a execução conjunta de projetos;

- ampliar a cooperação científica com universidades brasileiras, institutos de pesquisa, escolas públicas, institutos tecnológicos, governo e empresas;
- ampliar a cooperação científica com universidades e instituições internacionais de ensino e pesquisa;
- qualificar os periódicos científicos da UNIRIO (indexação internacional);
- priorizar a implantação e consolidação dos novos programas de pós-graduação;
- estimular a criação de cursos de pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*, presenciais e a distância, a partir de avaliação institucional baseada: (a) na produção científica do corpo docente; (b) no caráter multi e interdisciplinar da proposta cujas áreas de concentração e linhas de pesquisa promovam a convergência de temas e o compartilhamento de problemas em vez de sua mera agregação ou justaposição; (c) na diversidade e flexibilidade curricular em moldes supradepartamental; (d) na existência de pesquisadores com boa ancoragem disciplinar e formação diversificada; (e) no uso social do conhecimento;
- desenvolver programas específicos para o aprimoramento dos programas de pós-graduação com conceitos 3 e 4 da CAPES;
- ampliar a interação dos programas de pós-graduação com a Universidade Aberta do Brasil e com os cursos de licenciatura para a promoção da melhoria da qualidade da formação de professores;
- estimular a participação e/ou criação de cursos de pós-graduação de outras áreas do conhecimento além da Educação nas questões relativas à formação e aprimoramento de professores e à melhoria da qualidade da educação básica;
- estimular o desenvolvimento de estudos sobre modelos educacionais inovadores que promovam na educação básica a curiosidade dos estudantes, o aprendizado de ciências inspirado na investigação experimental e a valorização da diversidade ambiental e cultural;
- apoiar as iniciativas dos programas de pós-graduação que contemplem a integração aprimorada entre universidades, governo e empresas por meio da construção de redes de produção de conhecimento baseadas na interdisciplinaridade, na aplicabilidade e na responsabilidade social do conhecimento;
- criar um programa especial de bolsas de técnicos de apoio à pesquisa científica com o objetivo duplo de preparar recursos humanos qualificados e apoiar o desenvolvimento de projetos multi e interdisciplinares que envolvam e integrem a pesquisa na graduação e na pós-graduação;
- promover a visibilidade nacional e internacional dos programas de pós-graduação com páginas atualizadas na Internet, inclusive em inglês;
- incentivar a internacionalização da produção científica;
- elevar de duas vezes e meia a três vezes a titulação anual de mestres e doutores e a produção de conhecimento técnico, artístico e científico da Universidade.

2.9 OPÇÃO METODOLÓGICA

É preciso definir que alternativa buscar para organizar o trabalho pedagógico em uma perspectiva crítica e democrática como se pretende, visando à formação de um indivíduo autônomo, reflexivo, sem a perda dos laços de solidariedade social.

Para que se efetivem o exercício da Universidade desejada e o perfil de profissional e cidadão que a UNIRIO projeta, é imprescindível adotar uma metodologia que possibilite o convívio de saberes tanto no ensino como na pesquisa e na extensão; possibilite a análise crítica da realidade brasileira, parta da análise coletiva da prática social existente, da experiência já adquirida pelos estudantes e dos conhecimentos de cada participante efetivo do processo.

Tal metodologia requer que os educadores se voltem para a investigação das possibilidades e necessidades da sociedade, a fim de que estabeleçam uma estrutura curricular interdisciplinar, que articule o trinômio teoria-prática-teoria ou prática-teoria-prática e que se comprometa com a flexibilização curricular, possibilitando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como a produção de conhecimento e inovação.

Entende-se que a sala de aula deve ser sempre valorizada como importante espaço das relações pedagógicas. Mas se compreende também que ela não é o único local em que se constroem e se desenvolvem conhecimentos na Universidade. Assim, a formação e qualificação do profissional e cidadão tornam-se fruto de observação das práticas sociais ou experiências vividas, das ações reflexivas e análises críticas, que levam ao diálogo, ao confronto de saberes, estabelecendo sempre com a sala de aula uma relação de questionamentos e enriquecimentos múltiplos e recíprocos entre o dentro e o fora do âmbito estritamente acadêmico.

2.10 ARTICULAÇÃO DO PPI COM OS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS (PPC)

Faz-se necessário repensar os currículos dos diferentes cursos, a fim de definir quais conhecimentos e habilidades básicas caracterizam o profissional competente em sua área de conhecimento, tendo em vista as necessidades sociais do país bem como o perfil do profissional e cidadão que a UNIRIO pretende formar em consonância com o perfil do profissional e cidadão projetados neste PPI, para que esteja apto a atuar na sociedade em constantes transformações.

É necessário, ainda, refletir sobre a opção metodológica feita pela Instituição no PPI, a fim de contemplá-la na organização dos PPCs.

Para tanto, cabe aos que vivenciam cada curso procurar analisar o mundo contemporâneo, relacionando-o com as demandas dos estudantes, necessidades, condições, ideais, intenções, desejos, sonhos, vivências, suas práticas sociais e/ou profissionais. É a partir daí que se poderá começar a construir o curso de graduação e/ou pós-graduação que se pretende realizar, isto é, planejá-lo ou concebê-lo, coletivamente, elaborando o seu projeto pedagógico, que será a forma de concretizar aquelas aspirações que referenciaram a sua definição.

Neste sentido, o PPC deve basear-se em três atos: o ato situacional, o ato conceitual e o ato operacional. O ato situacional descreve a realidade na qual desenvolvemos nossa ação, (vírgula) é o desvelamento da realidade sociopolítica, econômica, educacional e ocupacional (Compreensão da Sociedade Atual, População-alvo do Curso, Papel e Relação da Universidade/Curso com a Sociedade e o Mundo do Trabalho, Contexto Situacional e a Prática Pedagógica); o ato conceitual delinea a concepção ou visão de sociedade, homem, educação, currículo, ensino e aprendizagem que será contemplada no projeto pedagógico (Referencial teórico, Aprender a aprender, Aprender a ser, Aprender a fazer, Aprender a viver junto e Aprender a conhecer, Provisoriedade da verdade científica); e o ato operacional orienta sobre como realizar nossa ação. É o momento de nos posicionarmos com relação às atividades a serem assumidas para transformar a realidade do curso.

2.11 AVALIAÇÃO DA CONCRETIZAÇÃO DO PPI

Tal qual o PDI, o PPI baseia-se em uma avaliação criteriosa, participativa, diagnóstica, que visa a aprimorar, aperfeiçoar o trabalho no campo pedagógico.

Sabe-se que a avaliação institucional é parte integrante do projeto pedagógico da Universidade, ao mesmo tempo em que se constitui no objeto da avaliação. Para tanto, o PPI e o PDI são marcos referenciais necessários ao processo de avaliação.

Assim, a avaliação do PPI, em consonância com as orientações do MEC Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), considera os seguintes eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a ação desenvolvida pelo corpo docente, a infraestrutura da Universidade, entre outros.

Entendendo que não interessa apenas ao Estado, porém muito mais à população, uma avaliação concernente com os ideais de uma sociedade justa e democrática, a UNIRIO envolve, nesta avaliação, além da sua comunidade interna, representantes dos demais níveis de ensino e outros órgãos da sociedade civil, assim como é feito na avaliação institucional da Universidade.

Cabe a cada curso promover sua autoavaliação, por meio de sua Comissão Interna de Autoavaliação de Curso (CIAC), subsidiando o Núcleo Docente Estruturante (NDE), visando ao desenvolvimento e ao aprimoramento de seu PPC, a fim de fornecer dados à Universidade quanto aos seus resultados e detectar os pontos que vêm obtendo resultados positivos e devem ser incrementados, assim como apontar os aspectos com possibilidades de melhora e que necessitam de transformações no âmbito do próprio curso. Ainda devem ser feitas indicações à Universidade dos aspectos de amplitude geral, cuja ação, visando à melhoria, cabe a um nível superior da estrutura.

Com os resultados da autoavaliação, será possível traçar um panorama da qualidade dos cursos oferecidos pela Universidade bem como analisar se sua missão está de fato se realizando, tendo em vista aproximar a Universidade dos ideais pretendidos.

É dessa forma que a avaliação dos PPCs e do PPI, em estreita relação com a avaliação do PDI e, conseqüentemente, com a avaliação institucional realizada pela Comissão Própria de Avaliação da Universidade (CPA), contribuirá para que a UNIRIO repense sua ação na área pedagógica, no que diz respeito ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Estará a UNIRIO verificando e repensando até que ponto desenvolve o perfil do profissional e cidadão que pretende formar, aquele que demonstra que aprendeu a conviver assim como aprendeu a ser, voltado à busca de sua educação permanente.

Estará verificando se a Instituição, no campo pedagógico, contribui para a inclusão social, para a transformação da atual realidade da sociedade e para o desenvolvimento sustentável do país.

3. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO e DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Em face das fragilidades apontadas no diagnóstico da situação atual, especialmente no que tange à defasagem da infraestrutura física em relação ao avanço ocorrido na área acadêmica com o Plano REUNI e, também, às incertezas geradas pela situação dos quadros docente e técnico-administrativo, o PDI 2012-2016 não contempla, a princípio, a criação de novos cursos de graduação. A ampliação das matrículas na graduação permanece crescendo em função dos cursos criados de 2009 a 2011, nas modalidades presencial e a distância, ainda em fase de integralização, e também em função das iniciativas estratégicas estabelecidas para o preenchimento de vagas ociosas e consolidação dos cursos existentes com o combate à evasão. Desta forma, mesma sem a criação de novos cursos de graduação, o crescimento do número de matrículas na graduação representará um aumento de 67% na modalidade presencial e 64% na modalidade a distância, conforme mostra o quadro de metas da Tabela 13, derivada dos indicadores da seção 1.4.4.

Tabela 13 – Crescimento de matrículas na graduação

Número de matrículas na graduação	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Modalidade Presencial	7.409	8.187	9.047	9.996	11.046	12.349
Modalidade a distância	5.671	6.266	6.924	7.651	8.455	9.312

Assim como o Plano REUNI, em 2007, redirecionou o PDI então vigente com as possibilidades de reestruturação e expansão da graduação, a UNIRIO estará pronta a propor e participar de novas iniciativas e metas de crescimento do ensino de graduação, com a abertura de novos cursos, inclusive com novos *campi* no interior do Estado do Rio de Janeiro, onde já existe a presença da UNIRIO nos polos de educação a distância. Para que isto ocorra, é preciso, inicialmente, que a defasagem da infraestrutura física seja vencida com as medidas internas previstas no PDI e que o aporte previsto de recursos orçamentários seja garantido para a sua execução. É preciso, também, que as incertezas hoje existentes em relação à consolidação do Plano REUNI sejam sanadas com o decorrer da realização da programação prevista no campo dos recursos humanos. Desta forma, a UNIRIO estará pronta a participar, como o fez em primeira hora no Programa REUNI, de um novo programa de expansão que venha a ser demanda pelo Governo.

Com a consolidação esperada dos cursos de graduação criados pelo Plano REUNI, acompanhada da crescente disponibilidade de infraestrutura para a área acadêmica ao longo do período de vigência do PDI e da estabilização do corpo docente, será possível expandir a Pós-Graduação *Stricto e Lato Sensu*, esta como embrião de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em áreas de conhecimento articuladas com os cursos de graduação, sendo alguns cursos com áreas de concentração inovadoras, seguindo a tradição já estabelecida pela UNIRIO na Pós-Graduação.

A programação de abertura de cursos novos de Pós-Graduação está apresentada a seguir.

Tabela 14 – Programação de Abertura de Cursos Novos de Pós-Graduação

Ano de Início	Nome do Curso	Nível	Número de vagas anuais
2012	Gestão de Documentos (Arquivologia)	Mestrado Acadêmico	20
2012	História	Doutorado	15
2012	Saúde Hospitalar	Mestrado Profissional	20
2013	Administração	Mestrado Profissional	100*
2013	Educação Especial	Mestrado Profissional	100*
2013	Ensino de Artes Cênicas	Mestrado Profissional	10
2013	Filosofia	<i>Lato Sensu</i>	20
2013	Música e Educação	Mestrado Profissional	100*
2013	Turismologia	Mestrado Acadêmico	20
2014	Engenharia de Produção	Mestrado Acadêmico	20
2014	Filosofia	Mestrado Acadêmico	20
2015	Ciências Sociais	Mestrado Acadêmico	20
2016	Agentes Infecciosos e Parasitários	Mestrado Acadêmico	20
2016	Arte, Críticas e Culturas Contemporâneas	Mestrado Profissional	100*
2016	Diagnóstico de agentes parasitários	<i>Lato Sensu</i>	20
2016	Informática	Doutorado	10
2016	Letras, Artes e Midia	Mestrado Acadêmico	20
2016	Matemática	Mestrado Acadêmico	20
2016	Serviço Social	Mestrado Acadêmico	20

* Cursos na Modalidade a Distância

Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa / Coordenação de Educação a Distância

4. PERFIL DO CORPO DOCENTE

4.1 COMPOSIÇÃO

O corpo docente da UNIRIO é formado por Professores Titulares e Substitutos, Auxiliares, Assistentes, Adjuntos e Associados; assegurada a observância do princípio da isonomia salarial e a uniformidade de critérios tanto para ingresso mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, quanto para a promoção e ascensão funcional, com valorização do desempenho e da titulação do servidor docente.

A partir do ano de 2007, quando da criação do banco de professores equivalentes, a Universidade passou a gerenciar a composição de seu corpo docente da carreira do Magistério Superior, assumindo a competência para efetuar as nomeações e contratações no limite estabelecido pelo banco de vagas gerenciado pela Secretaria de Ensino Superior – SESU/MEC.

As Tabelas seguintes contêm o demonstrativo do Corpo Docente referentes às classes, titulações e regime de trabalho por Centro Acadêmico.

Tabela 15 – Classes de Docentes por Centro Acadêmico

Classe de Docente por Centros Acadêmicos							
Centros Acadêmicos	Titular	Associado	Adjunto	Assistente	Auxiliar	Substituto	TOTAL
CCBS	14	78	181	77	17	2	369
CCET	0	8	36	6	2	0	52
CCH	0	40	96	40	7	0	183
CCJP	2	4	28	14	2	0	50
CLA	4	24	65	23	4	2	122
Total	20	154	406	160	32	4	776

Fonte: Relatório de Gestão 2010

Tabela 16 – Titulação de Docentes por Centro Acadêmico

Titulação de Docentes por Centro Acadêmico					
Centros Acadêmicos	GRADUADO	ESPECIALISTA	MESTRE	DOCTOR	TOTAL
CCBS	48	33	126	162	369

CCET	3	0	9	40	52
CCH	26	3	56	98	183
CCJP	6	1	12	31	50
CLA	21	2	36	63	122
Total	104	39	239	394	776

Fonte: Relatório de Gestão 2010

Tabela 17 – Regimes de Trabalho de Docentes por Centro Acadêmico

Regime de Trabalho de Docentes por Centro Acadêmico				
Centros Acadêmicos	20h	40h	DE*	Total
CCBS	37	138	194	369
CCET	0	11	41	52
CCH	13	45	125	183
CCJP	14	31	5	50
CLA	5	27	90	122
Total	69	252	455	776

Fonte: Relatório de Gestão 2010

4.2 PLANO DE CARREIRA

O regime jurídico do quadro docente foi instituído pela Lei nº 8.112, de 11/12/1990 e o Plano de Carreira é tratado através do Decreto nº 94.664/1987 e das Leis nº 7.596, de 10/04/1987, nº 11.784, de 22/09/2008, e posteriores alterações.

4.3 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO

Os processos seletivos e de contratação de professores atendem às exigências estabelecidas na Lei nº 8.112, de 11/12/1990, e às suas respectivas atualizações, incluindo as Leis nº 8.745, de 09/12/1993, Lei nº 12.314, de 19/08/2010, e Lei nº 12.425, de 17/06/2011.

O ingresso de Docentes no Serviço Público ocorre mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, e mediante processo seletivo simplificado quando se tratar da seleção de professores substitutos / temporários.

4.4 PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO

Os procedimentos para substituição do Quadro Docente estão definidos na legislação.

- Lei nº 8.112, de 11/12/1990, e suas alterações:

De acordo com esta lei, temos as seguintes situações para o processo de substituição (vacância dos cargos):

- I. Exoneração
- II. Demissão
- III. Promoção
- IV. Readaptação
- V. Aposentadoria
- VI. Posse em outro cargo inacumulável
- VII. Falecimento

- Lei nº 8.745, de 09/12/1993, e suas alterações:

De acordo com a legislação acima, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Federal direta, as autarquias e as fundações públicas poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado.

Como necessidade temporária de excepcional interesse público, considera-se:

- I. Admissão de professor substituto e professor visitante;
- II. Admissão de professor e pesquisador visitante estrangeiro;
- III. Admissão de professor, pesquisador e tecnólogo substitutos para suprir a falta de professor, pesquisador ou tecnólogo ocupante de cargo efetivo, decorrente de licença para exercer atividade empresarial relativa à inovação;
- IV. Admissão de pesquisador, nacional ou estrangeiro, para projeto de pesquisa com prazo determinado, em instituição destinada à pesquisa;
- V. Admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições federais de ensino, respeitados os limites e as condições fixados em ato conjunto dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Educação.

A contratação de professor substituto / temporário poderá ocorrer para suprir a falta de professor efetivo em razão de:

- I. Vacância do cargo;
- II. Afastamento ou licença, na forma do regulamento;
- III. Nomeação para ocupar cargo de direção de reitor, vice-reitor, pró-reitor e diretor de *campus*.

O número total de professores substitutos / temporários de que trata a legislação atual não poderá exceder em 20% (vinte por cento) do total de docentes efetivos em exercício na instituição federal de ensino.

O recrutamento de pessoal a ser contratado será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito à ampla divulgação, inclusive através do Diário Oficial da União, prescindindo de concurso público. Além disso, a contratação nos casos do professor visitante poderá ser efetivada em vista de notória capacidade técnica ou científica do profissional, mediante análise do *curriculum vitae*.

Ainda com relação à contratação de professor substituto / temporário, a lei proíbe a contratação de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas.

- Lei nº 12.425, de 17/06/2011:

De acordo com esta lei, a admissão de docentes poderá ser feita para suprir as necessidades decorrentes da expansão das Instituições Federais de Ensino observados os limites e condições fixados com os Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Educação. Bem como, para suprir a falta de professor efetivo nos casos de:

- ✓ Vacância;
- ✓ Afastamento ou Licença;
- ✓ Nomeação para cargos de direção de reitor, vice-reitor, pró-reitor e diretor de *campus*.

4.5 PLANO DE EXPANSÃO

Tabela 18 – Previsão de Expansão do Corpo Docente

2011	2012	2013	2014	2015	2016
784	878	945	*	*	*

* A previsão de expansão do corpo docente até 2013 está baseada na programação prevista no Plano REUNI. A partir de 2014, dependerá das ações resultantes da iniciativa 14.4

14.4 Promover, junto aos órgãos competentes do governo federal, as gestões necessárias visando a adequar a quantidade de docentes às demandas atuais e futuras da Universidade, para concessão de vagas e abertura dos concursos públicos.

5. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

5.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A UNIRIO, através da Portaria MEC nº 1.984, de 29/10/1991, publicada no D.O.U. em 30/10/1991, teve estabelecido o quantitativo dos Cargos de Direção (CD) e das Funções Gratificadas (FG). Posteriormente, de acordo com a Portaria MEC nº 1.109, de 04/09/2008, estes quantitativos foram aumentados por ocasião da adesão ao Programa REUNI; ao longo do tempo, a UNIRIO tem adaptado sua estrutura de forma a melhor atender às suas necessidades e se adequar à demanda.

A atual Estrutura Organizacional tem como referencial os limites de Cargos de Direção e Funções Gratificadas, estabelecidos de acordo com a seguinte distribuição:

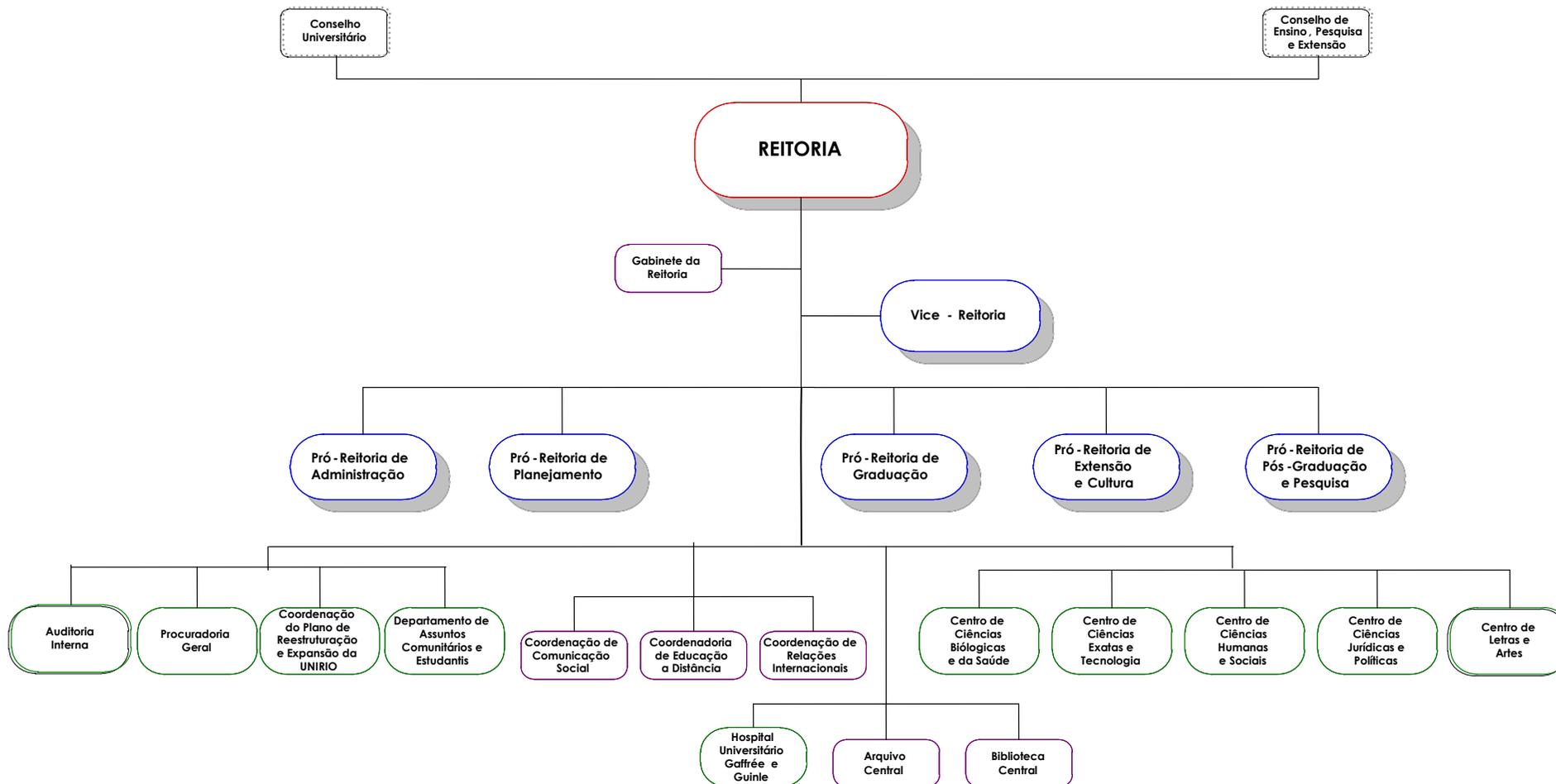
- 65 Cargos de Direção
- 166 Funções Gratificadas

Tabela 19 – Quadro de Distribuição de Cargos de Direção e Funções Gratificadas

CD-FG	Quantitativo			Total
	Portaria nº 1.984, de 29.10.1991	Portaria nº 1.109, de 04.09.2008		
		Anexo I	Anexo II	
CD-1	1	0	0	1
CD-2	6	0	0	6
CD-3	16	1	4	21
CD-4	31	2	4	37
FG-1	37	3	9	49
FG-2	2	0	0	2
FG-3	1	0	0	1
FG-4	9	0	0	9
FG-5	23	0	0	23
FG-6	55	0	0	55
FG-7	27	0	0	27
Total	208	6	17	231

Fonte: Departamento de Avaliação e Informações Institucionais

5.2 ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL



Fonte: Estatuto da UNIRIO

Nota: O Estatuto da UNIRIO, de 2001, encontra-se desatualizado em relação à atual Estrutura Organizacional da UNIRIO, estando prevista a sua revisão neste PDI.

5.3 ÓRGÃOS COLEGIADOS

Os Conselhos Superiores são:

- Conselho Universitário – CONSUNI
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE

O Conselho Universitário – CONSUNI – é o órgão máximo de deliberação coletiva da UNIRIO, observado o princípio da gestão democrática, conforme legislação em vigor. Compõem este órgão:

- I. Reitor, seu Presidente;
- II. Vice-Reitor, seu Vice-Presidente;
- III. Reitor que haja cumprido na íntegra o mandato imediatamente anterior;
- IV. Pró-Reitores;
- V. Decanos dos Centros Acadêmicos;
- VI. Diretores das Unidades Suplementares;
- VII. Três representantes de cada categoria docente do quadro permanente, por Centro Acadêmico, eleitos por seus pares;
- VIII. Seis representantes técnico-administrativos do quadro permanente da UNIRIO, eleitos por seus pares; (Resolução 3.745, de 28/9/2011)
- IX. Um representante estudantil da graduação, por Centro Acadêmico, eleito por seus pares;
- X. Dois representantes estudantis da pós-graduação *stricto sensu*, eleitos por seus pares;
- XI. Três representantes da comunidade externa, vinculados a áreas de interesse da UNIRIO, indicados pelo Reitor e aprovados pelo CONSUNI;
- XII. Um representante da Associação de Docentes da UNIRIO, Seção Sindical – ADUNIRIO/S.Sind.;
- XIII. Um representante da Associação dos Servidores da UNIRIO – ASUNIRIO.

Ao Conselho Universitário compete:

- Deliberar sobre:
 - a. Proposta Orçamentária da UNIRIO e suas alterações;
 - b. Prestação de Contas Anual da UNIRIO e de suas Fundações de Apoio;
 - c. Taxas e Emolumentos;
 - d. Aquisição, alienação, cessão, locação e transferência de bens imóveis;
 - e. Concessão de prêmios, distinções e dignidades universitárias;
 - f. Mérito administrativo para criação, extinção e modificação de órgãos e funções;
 - g. Mérito administrativo para criação, modificação e extinção de projetos intercentros;
 - h. Critérios para ingresso nas carreiras docente e técnico-administrativa;
 - i. Ato do Reitor praticado *ad referendum* do CONSUNI;
 - j. Casos omissos.

- Julgar recursos às decisões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, do Conselho de Centro Acadêmico e da Reitoria.
- Elaborar e aprovar seu Regimento.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE – é o órgão superior em matéria acadêmica, observado o princípio da gestão democrática, conforme legislação em vigor. Compõem este órgão:

- I. Reitor, seu Presidente;
- II. Vice-Reitor, seu Vice-Presidente;
- III. Pró-Reitores;
- IV. Decanos;
- V. Diretores de Escolas e Institutos;
- VI. Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*;
- VII. Um representante de cada categoria docente do quadro permanente, por Centro Acadêmico, eleito por seus pares;
- VIII. Um representante docente de programa de pós-graduação *stricto sensu*, por Centro Acadêmico, eleito por seus pares;
- IX. Seis representantes técnico-administrativos do quadro permanente, que atuem preferencialmente na área acadêmica, eleitos por seus pares;
- X. Um representante estudantil dos cursos de graduação, por Centro Acadêmico, eleito por seus pares;
- XI. Um representante estudantil dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, por Centro Acadêmico, eleito por seus pares;
- XII. Um representante estudantil do Diretório Central dos Estudantes – DCE;
- XIII. Um representante da Associação dos Docentes da UNIRIO, Seção Sindical – ADUNIRIO/S.Sind.;
- XIV. Um representante da Associação dos Servidores da UNIRIO – ASUNIRIO.

Ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, compete:

- I. Deliberar sobre:
 - a. Mérito acadêmico para criação, modificação e extinção de Cursos de Educação Superior, programas e projetos intercentros;
 - b. Mérito acadêmico para criação, modificação e extinção de órgãos e funções;
 - c. Critérios para ingresso nas carreiras docente e técnico-administrativa;
 - d. Normas complementares sobre matéria acadêmica;
 - e. Ato do Reitor praticado *ad referendum* do Conselho;
 - f. Casos omissos.
- II. Julgar recursos das decisões proferidas pelo Conselho de Centro Acadêmico, em matéria acadêmica.
- III. Elaborar e aprovar seu Regimento.

Compete aos Conselhos Superiores deliberar, conjuntamente, sobre:

- I. Estatuto e Regimento Geral da UNIRIO, da Reitoria, dos Centros Acadêmicos e das Unidades Suplementares;
- II. Plano de Desenvolvimento Institucional;
- III. Indicação de Reitor e Vice-Reitor, como Colégio Eleitoral, nos termos da legislação vigente, com consulta prévia à comunidade universitária.

5.4 ÓRGÃOS DE APOIO e UNIDADES SUPLEMENTARES

5.4.1 ÓRGÃOS DE APOIO

Os Órgãos de Apoio realizam a atividade-meio da Instituição, atuando em cumprimento às diretrizes e de acordo com a legislação vigente. Estes órgãos têm como objetivo principal complementar as atividades acadêmicas da UNIRIO e por finalidade racionalizar, tornar eficiente e propiciar condições de melhoria da qualidade dos trabalhos desenvolvidos, atendendo às demandas das atividades de ensino, pesquisa e extensão, buscando sempre a melhor realização do seu papel dentro da Instituição.

A seguir temos as principais unidades de apoio às atividades acadêmicas:

- **Pró-Reitoria de Administração - PROAD**

A Pró-Reitoria de Administração é responsável pela coordenação e superintendência dos serviços da Universidade, supervisionando a administração financeira, patrimonial e de recursos humanos. Tem como principais atribuições acompanhar a execução do orçamento, promover o aperfeiçoamento do corpo técnico-administrativo, avaliar previsões orçamentárias de cursos, convênios e outros serviços, supervisionar e coordenar os órgãos responsáveis pela implantação, reforma, manutenção e ocupação da infraestrutura da Universidade.

- **Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN**

A Pró-Reitoria de Planejamento é responsável por coordenar a elaboração da proposta orçamentária anual e o acompanhamento da sua execução; manter atualizadas e publicar as informações institucionais requeridas pela própria Universidade, pelo MEC e pelos Órgãos de Controle do Governo Federal, fundamentando e encaminhando as solicitações de alterações aos órgãos competentes; elaborar, em conjunto com a Auditoria Interna e através de captação de dados junto às unidades organizacionais, o Relatório de Gestão anual e publicá-lo após a aprovação dos Conselhos Superiores.

- **Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD**

A Pró-Reitoria de Graduação é responsável pela coordenação dos cursos de Graduação, supervisão e controle de sua execução pelos Centros e Unidades Universitárias; supervisão

das atividades didáticas; elaboração de normas e planos concernentes à concessão de bolsas e assistência financeira, relacionadas com o processo de formação profissional.

- **Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – PROPG**

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa é responsável por coordenar a elaboração de políticas de desenvolvimento para suas áreas de atuação, pelos Projetos e Programas institucionais. Além de ter como principais objetivos promover o desenvolvimento das atividades de Pesquisa e da Pós-Graduação da UNIRIO; apoiar a formação de recursos humanos, tendo em vista a especificidade de cada área do conhecimento e a demanda das necessidades nacionais e regionais; incentivar a capacitação e o aprimoramento do corpo docente e técnico institucional; estar em contato permanente com agências de fomento à Pós-Graduação e à Pesquisa, como a CAPES e o CNPq; gerenciar a concessão de bolsas de estudo tanto para os Programas e Cursos de Pós-Graduação – *Stricto e Lato Sensu* – como para os Programas de Iniciação Científica; elaborar termos de convênio com outras instituições que envolvem o desenvolvimento da Pesquisa e da Pós-Graduação universitária; apoiar e cadastrar Projetos de pesquisa e a produção técnico-científica; e estimular e orientar a implantação e a consecução de Programas e Cursos de Pós-Graduação de interesse social, científico e cultural.

- **Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROExC**

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura é responsável por um modelo político-pedagógico participativo, que prime pela busca da qualidade social, integrando as ações de extensão ao ensino e à pesquisa, contribuindo, assim, para a formação integral dos discentes; além de formular políticas, gerenciar e avaliar as ações, projetos e programas da Extensão Universitária, e definir uma política cultural para a Universidade.

5.4.2 UNIDADES SUPLEMENTARES

As Unidades Suplementares são órgãos subordinados diretamente ao Reitor e seus dirigentes, são por ele designados. Estas unidades atendem a vários setores da UNIRIO e às comunidades interna e externa. A criação, modificação ou extinção de órgãos de Unidades Suplementares é da competência dos Conselhos Superiores, por proposta e parecer da Reitoria. Atualmente nós temos as seguintes unidades:

I. Biblioteca Central

- ✓ Cuidar do patrimônio informacional da UNIRIO, selecionando, adquirindo, processando, tornando disponível e garantindo seu acesso e preservação, esteja ele registrado em qualquer tipo de suporte. E, dessa forma, fornecer suporte informacional indispensável ao desenvolvimento dos programas de ensino, pesquisa, extensão considerando todos os campos de atuação da Universidade.

II. Hospital Universitário Gaffrée e Guinle – HUGG

- ✓ Prestar assistência complexa e hierarquizada com excelência; priorizar a prática do ensino para formação e qualificação de recursos humanos para a valorização da vida; produzir conhecimento de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida do cidadão. Tal Missão deve ser levada a cabo valorizando os princípios da ética, do humanismo, da responsabilidade social, do pioneirismo, da inovação, da competência pessoal, do compromisso institucional e da busca perene pela qualidade. A prática da Missão Institucional deve ser feita com austeridade na gestão do patrimônio público por meio da racionalização de recursos e da otimização dos resultados.

III. Arquivo Central

- ✓ Os arquivos que compõem os sistemas de Arquivo Central são o suporte informacional de incentivo ao ensino, à pesquisa e de apoio à máquina administrativa da UNIRIO e aos sistemas de informação cultural, tecnológica, científica e artística, de âmbito nacional e internacional. O acervo geral dos arquivos da UNIRIO constitui-se de toda a informação produzida e adquirida pela Universidade cujo caráter seja privado, de memória cultural e de disseminação técnica, científica e artística.

5.5 QUADRO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Tabela 20 – Quadro de Referência de Servidores Técnico-Administrativos em Educação

Mês de Referência: dezembro de 2011				
QUADRO DE SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS (QRSTA) CONSOLIDADO				
Nível de Classificação	Autorizado Port. MEC 440/2011	Ocupados	Vagos no SIAPE	Total
E *	377	335	55	390
D	450	375	75	450
C **	297	284	10	294
Total	1124	994	140	1134

* 13 a mais no total do SIAPE, para descarte.

** 05 cargos extintos.

Fonte: Departamento de Recursos Humanos

Tabela 21 – Ocupação de Vagas do QRSTA – Nível E

Código	Nome do Cargo	Situação	Ocupado
701001	ADMINISTRADOR	Ativo	17
701004	ARQUITETO E URBANISTA	Ativo	4
701005	ARQUIVISTA	Ativo	7
701006	ASSISTENTE SOCIAL	Ativo	14
701009	AUDITOR	Ativo	3
701010	BIBLIOTECÁRIO-DOCUMENTALISTA	Ativo	15
701011	BIOLOGO	Ativo	4
701015	CONTADOR	Ativo	9
701023	DIRETOR DE PRODUÇÃO	Ativo	1
701024	DIRETOR DE PROGRAMA	Ativo	1
701026	ECONOMISTA	Ativo	3
701029	ENFERMEIRO-ÁREA	Ativo	64
701030	ENFERMEIRO DO TRABALHO	Ativo	2
701031	ENGENHEIRO-ÁREA	Ativo	4
701032	ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	Ativo	0
701033	ESTATÍSTICO	Ativo	0
701034	FARMACÊUTICO-HABILITAÇÃO	Ativo	8
701038	FISIOTERAPEUTA	Ativo	4
701045	JORNALISTA	Ativo	4
701047	MÉDICO-ÁREA (do Trabalho)	Ativo	2
701047	MÉDICO-ÁREA (Reposição)	Ativo	90
701053	MÚSICO	Ativo	2
701055	NUTRICIONISTA-HABILITAÇÃO	Ativo	16
701058	PEDAGOGO-ÁREA	Ativo	4
701060	PSICÓLOGO-ÁREA	Ativo	10
701061	PRODUTOR CULTURAL	Ativo	2
701062	ANALISTA DE TEC DA INFORMAÇÃO	Ativo	10
701063	ODONTÓLOGO - DL 1445-76	Ativo	1
701072	RELAÇÕES PÚBLICAS	Ativo	2
701073	REVISOR DE TEXTOS	Ativo	1
701076	SECRETÁRIO EXECUTIVO	Ativo	6
701079	TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	Ativo	18
701081	TECNÓLOGO-FORMAÇÃO	Ativo	1
701084	TRADUTOR-INTÉRPRETE	Ativo	1
701087	FARMACÊUTICO	Ativo	5
Total			335

Fonte: Departamento de Recursos Humanos

Tabela 22 – Ocupação de Vagas do QRSTA – Nível D

Código	Nome do Cargo	Situação	Ocupado
701200	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	Ativo	208
701200	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO (a ser empossado)		9
701203	DESENHISTA-PROJETISTA	Ativo	1
701207	INSTRUMENTADOR CIRÚRGICO	Ativo	6

701216	TÉCNICO EM ARQUIVO	Ativo	4
701220	TEC EM ANATOMIA E NECROPSIA	Ativo	3
701221	TECNICO EM AUDIOVISUAL	Ativo	1
701224	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	Ativo	6
701226	TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Ativo	6
701230	TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA	Ativo	2
701233	TECNICO EM ENFERMAGEM (Reposição - falta 01)	Ativo	55
701238	TÉCNICO EM FARMÁCIA	Ativo	2
701244	TÉCNICO DE LABORATÓRIO ÁREA	Ativo	51
701252	TEC EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	Ativo	2
701257	TÉCNICO EM RADIOLOGIA	Ativo	24
701258	TEC EM REABILIT OU FISIOTERAPIA	Ativo	1
701259	TÉCNICO EM REFRIGERAÇÃO	Ativo	2
701263	TÉCNICO EM SOM	Ativo	2
701265	TÉCNICO EM TELEFONIA	Ativo	1
701269	VIGILANTE	Extinto	8
701275	TÉCNICO EM SECRETARIADO	Ativo	3
Total			397

Fonte: Departamento de Recursos Humanos

Tabela 23 - Ocupação de Vagas do QRSTA - Nível C

Código	Nome do Cargo	Situação	Ocupado
701400	ADMINISTRADOR DE EDIFÍCIOS	Ativo	7
701402	ASCENSORISTA	Extinto	4
701403	ASSISTENTE DE ALUNO	Ativo	1
701404	ASSIST DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Ativo	1
701405	AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO	Ativo	43
701407	ALMOXARIFE	Extinto	7
701411	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	Ativo	159
701412	AUXILIAR DE SAÚDE	Ativo	7
701417	CENOTÉCNICO	Ativo	1
701418	CONTRARREGRA	Ativo	1
701420	COSTUREIRO DE ESPETÁCULO-CENÁRIO	Ativo	0
701421	CONTÍNUO	Extinto	12
701422	COZINHEIRO	Extinto	8
701427	ELETRICISTA	Extinto	7
701428	ELETRICISTA DE ESPETÁCULO	Extinto	1
701441	MECÂNICO	Extinto	1
701445	MOTORISTA	Extinto	11
701446	OPERADOR DE CALDEIRA	Ativo	1
701458	PORTEIRO	Extinto	8
701459	RECEPCIONISTA	Extinto	1
701464	TELEFONISTA	Extinto	3
Total			284

Fonte: Departamento de Recursos Humanos

Tabela 24 – Quadro Técnico-Administrativo por Classe

Classe de Técnicos-Administrativos por Unidade							
Unidade	A	B	C	D	E	CD	TOTAL
REITORIA E PRÓ-REITORIAS	3	14	46	131	72	2	268
CCBS	1	8	16	39	6	0	70
CCET	0	0	0	6	1	0	7
CCH	0	0	8	17	5	0	30
CCJP	0	0	1	7	1	0	9
CLA	0	4	7	13	4	0	28
HUGG	9	49	227	168	202	4	659
Total	13	75	305	381	291	6	1071

Fonte: Relatório de Gestão 2010

Tabela 25 – Quadro Técnico-Administrativo por Titulação

Titulação de Técnicos-Administrativos por Unidade						
Unidade	SEM TITULAÇÃO	GRADUADO	ESPECIALISTA	MESTRE	DOCTOR	TOTAL
REITORIA E PRÓ-REITORIAS	115	126	14	13	0	268
CCBS	45	22	2	1	0	70
CCET	4	3	0	0	0	7
CCH	15	15	0	0	0	30
CCJP	4	5	0	0	0	9
CLA	11	16	1	0	0	28
HUGG	330	269	45	14	1	659
Total	524	456	62	28	1	1071

Fonte: Relatório de Gestão 2010

Tabela 26 – Quadro Técnico-Administrativo por Regime de Trabalho

Regime de Trabalho de Técnicos-Administrativos por Unidade				
Unidade	20h	30h	40h	TOTAL
REITORIA E PRÓ-REITORIAS	0	3	265	268
CCBS	0	1	69	70
CCET	0	0	7	7
CCH	0	0	30	30
CCJP	0	0	9	9
CLA	0	2	26	28
HUGG	9	7	643	659
Total	9	13	1049	1071

Fonte: Relatório de Gestão 2010

Tabela 27 – Previsão de Expansão do Quadro Técnico-Administrativo

Nível	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Superior	335	366	389	*	*	*
Intermediário	681	726	754	*	*	*

* A expansão do quadro técnico-administrativo até 2013 resulta do Plano REUNI da UNIRIO. A partir de 2014, dependerá das ações decorrentes da iniciativa 14.3

14.3 Promover, junto aos órgãos competentes do governo federal, a fundamentação e argumentações técnicas para a reposição das vagas necessárias para adequar o quadro de servidores técnico-administrativos às demandas atuais e futuras para o bom desempenho da Universidade, obtendo os códigos de vagas e autorizações para os concursos públicos necessários.

6. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

Os Assuntos Comunitários e Estudantis viabilizam um inter-relacionamento dos membros da comunidade universitária, compreendendo o desenvolvimento de ações que partam das demandas apontadas pela própria comunidade da UNIRIO, tornando o ambiente universitário vivo, estimulante e criativo. As suas prioridades compreendem a viabilização da permanência do estudante na Universidade e a integração entre alunos, professores, técnicos e administrativos, a fim de desenvolver uma política de melhoria da qualidade de vida no *campus* universitário.

Para a sistematização e o planejamento de projetos e programas que atendam às demandas dos segmentos internos da comunidade universitária, foi instituída em outubro de 2004, pelos Conselhos Superiores, a Coordenação de Assuntos Comunitários e Estudantis, que a partir de 2009 se tornou uma Direção ligada diretamente a Reitoria.

Esta conquista representa o reconhecimento da comunidade universitária das necessidades e desafios na busca de redução dos efeitos das desigualdades socioeconômicas no desempenho acadêmico, sua influência nas situações de repetência e evasão dos discentes das universidades públicas brasileiras.

Por intermédio do Fórum de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) constituiu-se uma proposta de Plano Nacional de Assistência aos Estudantes das Instituições Públicas de Ensino Superior (IES), baseada nos dados apresentados em pesquisas que traçam o perfil socioeconômico dos discentes destas instituições de ensino e que hoje contam com recursos financeiros específicos estabelecidos pelo Ministério da Educação.

A efetivação de um plano desta natureza estabelece diretrizes para definição de programas, criando uma identidade para ações de assistência estudantil.

A UNIRIO participa do esforço da sociedade brasileira em ampliar as possibilidades de acesso à Universidade para os estudantes pertencentes aos segmentos sociais que historicamente foram pouco representados no ambiente universitário. Portanto, torna-se necessária a adoção de políticas de inclusão que permitam a permanência de estudantes em risco social e, ao mesmo tempo, garantam a excelência de sua formação acadêmica, estimulando também a interlocução do saber sistematizado com a sociedade, pois, muitas vezes, os frutos desta produção permanecem inatingíveis a grande contingente da população.

A política definida para os Assuntos Estudantis da UNIRIO, sempre mediada pela escuta e diálogo, está voltada para oferecer suporte aos discentes. A partir desse princípio fazem parte os seguintes projetos: Bolsa Permanência; Auxílio-Alimentação para estudantes; Projeto de Transporte Intercampi; Projeto de Alimentação para toda comunidade universitária; Núcleo de Apoio Psicossocial, Apoio a participação nos eventos da Política Estudantil; Atividades de Esporte e Culturais.

Vale ressaltar que a efetivação de uma política de assistência aos estudantes não deve se restringir apenas ao atendimento de necessidades básicas referentes à subsistência. Urge o

fortalecimento de uma formação ética, humanista e crítica, condição imprescindível para a inserção e as transformações sociais desejáveis.

A UNIRIO compreende que os avanços para alcançar condições dignas para todos compõem um projeto de construção e conquistas coletivas, por isso reconhece nas representações estudantis seus principais parceiros. Neste sentido, estende suas ações aos projetos de recepção dos estudantes ingressantes, objetivando recebê-los de forma acolhedora; à realização de Fóruns de Debates sobre temas de interesse da comunidade universitária, que incentivem a reflexão e estimulem a participação do Movimento Estudantil em atividades internas e externas na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento de uma política nacional estudantil amadurecida, autônoma e engajada.

Para a realização das ações pertinentes ao desenvolvimento das políticas propostas pela Direção de Assuntos Comunitários e Estudantis, destacamos as seguintes estratégias:

- O Projeto Bolsa Permanência que fornece uma bolsa com contrapartida, por parte dos estudantes, de no máximo 12 horas semanais. Destacamos que os critérios para o recebimento deste benefício são exclusivamente socioeconômicos e, diferentemente de outras modalidades, o estudante escolhe, dentre um elenco de atividades propostas por vários setores da Universidade, aquela que melhor se compatibiliza com a sua formação, ou seja, prioritariamente escolhida pelo aluno.
- Apoio pedagógico realizado por intermédio da análise dos históricos escolares dos Bolsistas Permanência, para encaminhamentos necessários ao atendimento psicológico, social e orientações da pedagoga que compõe a equipe da Direção de Assuntos Comunitários e Estudantis.
- Auxílio-Alimentação em decorrência da impossibilidade de implantação, neste momento, do Restaurante-Escola (hífen) e no conhecimento de que o processo de aprendizagem se concretiza por diversos aspectos, entre eles os das demandas nutricionais.
- Projeto de alimentação através da estruturação de Restaurante-Escola, que se encontra em construção, visando a oferecer refeições balanceadas do ponto de vista nutricional e com valores acessíveis aos estudantes e demais membros da comunidade universitária, estabelecendo seu uso restrito, além de possibilitar também a existência de um local de aplicação prática, supervisionada pedagogicamente, de atividades acadêmicas do Curso de Nutrição e dos demais Cursos que desenvolvam projetos de pesquisa e extensão.
- Implementação do atendimento nutricional individual.
- Planejamento de áreas de convivência.
- Criação do Fórum de Assuntos Comunitários e Estudantis.
- Ampliação do Núcleo de Práticas Esportivas, com construção de quadras poliesportivas e aquisição de equipamentos e apoio para a participação em eventos dessa natureza.
- Transporte Intercampi para diminuir os gastos com transporte contemplando pontos estratégicos da cidade, aumentando a mobilidade dos estudantes que circulam entre os diversos *campi* com ênfase ao transporte dos estudantes dos cursos noturnos.
- Implantação do Serviço de Apoio Psicossocial para discentes, que pretende acolher estudantes em momentos de crise, no sentido de promover sua integração ao ambiente

universitário e realizar encaminhamentos nos casos de necessidade de acompanhamento prolongado.

- Atendimento aos discentes, para diversas formas de orientação, além de funcionar como uma espécie de ouvidoria estabelecendo interface entre os estudantes e a Administração Superior.
- Busca de parceria com o Departamento de Recursos Humanos (DRH) e demais setores para o desenvolvimento de projetos que revertam para a qualidade de vida dos servidores.
- Em parceria com a Coordenação de Assuntos Internacionais e a Direção da Biblioteca Central implementou-se o Curso de Espanhol para a comunidade interna.
- Participação na democratização ao acesso à mobilidade estudantil em nível internacional em conjunto com a Coordenação de Assuntos Internacionais.
- Desenvolvimento de projetos para atendimento dos estudantes da UNIRIO na modalidade a Distância em parceria com a Coordenação de Educação a Distância (CEAD).
- Recepção aos ingressantes com atividades acadêmicas, apresentando a estrutura da Universidade.
- Apoio a participação em Eventos com a finalidade de apoiar e incentivar a participação dos acadêmicos em atividades culturais e políticas através da viabilização de transporte para aqueles que frequentam cursos de graduação. Este programa tem oportunizado a estudantes de todas as áreas dos cursos de graduação a vivenciarem experiências extracurriculares nas diferentes áreas do conhecimento, desde festivais, seminários a atividades político-sociais, que contribuem para enriquecer e ampliar a visão e a perspectiva profissional dos participantes e fortalecer a organização autônoma dos estudantes. Este programa é determinante para que os estudantes, em condições socioeconômicas adversas, possam usufruir de experiências extramuros.
- Implantação do Prêmio Leopoldo De Meis para os bolsistas da modalidade Permanência promovendo o reconhecimento da participação desses discentes no crescimento acadêmico-científico da Universidade.

Pode-se afirmar, enfim, que as ações desenvolvidas pela Direção de Assuntos Comunitários e Estudantis têm como paradigma estimular o comprometimento de estudantes e servidores com o ensino público, gratuito, de qualidade e com as importantes demandas oriundas da sociedade brasileira.

7. INFRAESTRUTURA

7.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA

Tabela 28 – Área Física em m² – Total UNIRIO

Área	Quantidade	Área total (m ²)
Salas de aula	150	6.000
Banheiros	200	2.090
Bibliotecas	5	1.943
Laboratórios	80	4.080
Auditórios	6	1.270
Instalações administrativas	64	3.200
Salas de docentes	60	3.100
Coordenações	62	3.200
Área de lazer	1	3.000
HUGG	1	21.959
Outros *	---	33.795
Área TOTAL		83.637

Fonte: Coordenação de Engenharia

Tabela 29– Obras em Andamento

Obras em Andamento			
Projeto	Data de Início	Previsão Término	Percentual realizado*
Reforma Laboratório Fisiologia IB	29/06/2010	nov/11	95%
Reforma Biblioteca – Núcleo de Metodologia IB	04/11/2010	nov/11	80%
Reforma Prédio Escola de Medicina	03/03/2011	jan/12	60%
Reforma dos Telhados IB	29/03/2011	nov/11	90%
Construção do Restaurante-Escola	11/04/2011	fev/12	20%
Instalação de Elevador CCJP e EMC	22/08/2011	abr/12	15%

* Percentual Realizado em Outubro de 2011

Fonte: Coordenação de Engenharia

7.2 BIBLIOTECAS

A Biblioteca Central da UNIRIO foi criada em 1976 e contava com um acervo inicial de 500 volumes aproximadamente. A data de sua inauguração oficial foi em 11 de Novembro de 1977.

Em 1986 foi criado o Sistema de Bibliotecas da UNIRIO (UNIBIBLI), composto de uma Biblioteca Central e quatro Bibliotecas Setoriais. A Biblioteca Central tem por finalidade principal gerenciar os recursos informacionais indispensáveis ao desenvolvimento dos programas de ensino, pesquisa e extensão em todos os segmentos de atuação da Universidade. As bibliotecas setoriais atuam como suporte informacional de incentivo ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária e de apoio à administração Superior da Universidade, integrando-se à sua estrutura acadêmico-administrativa e aos sistemas de informação cultural, tecnológica, científica e artística, em âmbito nacional e internacional.

O acervo do Sistema de Bibliotecas é composto por cerca de mais de 215.000 itens de livros, folhetos, periódicos, teses, dissertações, monografias, partituras, discos, textos de peças teatrais, programas de teatro, além das bases de dados, abrangendo as áreas Biomédicas, Exatas, Humanas e Artes. Merece destaque, ainda, a coleção de obras raras e especiais da Biblioteca Central.

As coleções das bibliotecas estão à disposição para consulta local, e o empréstimo das coleções didáticas é exclusivo para a comunidade universitária. É facultado, porém, o empréstimo de obras de Literatura e do acervo da Biblioteca Infanto-Juvenil para a comunidade externa.

Através do sistema CARIBE é possível pesquisar o catálogo *on-line*, tanto em terminais da rede local como pela Internet, possibilitando a localização dos documentos disponíveis no acervo da UNIRIO.

O Sistema de Bibliotecas da UNIRIO compreende:

- Conselho Biblioteconômico
- Biblioteca Central (Órgão Coordenador)
- Bibliotecas Setoriais:
 - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS)
 - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCH)
 - Biblioteca Setorial do Centro de Letras e Artes (CLA)
 - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas (CCJP)

7.2.1 ACERVO POR ÁREA DE CONHECIMENTO

Tabela 30 – Quantidade Acervo Biblioteca UNIRIO

ACERVO IMPRESSO E MULTIMÍDIA							
Área de Conhecimento	Livros		Publicações Seriadas Correntes (títulos)		Publicações Seriadas Não Correntes (títulos)		Outros materiais impressos e multimídia
	Títulos	Volumes	Nacionais	Estrangeiros	Nacionais	Estrangeiros	
1. Ciências Exatas e da Terra	351	477	1	-	-	-	-
2. Ciências Biológicas	2.477	4.849	37	9	6	6	-
3. Engenharia / Tecnologia	4	7	16	2	-	-	-
4. Ciências da Saúde	10.071	19.666	430	33	347	123	-
5. Ciências Agrárias	10	13	-	-	-	-	-
6. Ciências Sociais Aplicadas	7.890	12.886	175	3	21	2	-
7. Ciências Humanas	10.439	15.123	885	77	140	71	-
8. Lingüística, Letras e Artes	44.740	70.435	106	46	34	54	9.859
9. Multidisciplinar	-	-	-	-	-	-	-
Total	75.982	123.456	1.650	170	548	256	9.859

Fonte: Relatório de Gestão 2010

Tabela 31 – Quantidade Títulos em Formato Digital / Eletrônico UNIRIO

TÍTULOS EM FORMATO DIGITAL/ELETRÔNICO				
Área de Conhecimento	Propriedade da IES		Licenciado para acesso online da IES	
	Livros	Outro tipo de material	Livros	Outro tipo de material
	Títulos		Títulos	
1. Ciências Exatas e da Terra	-	51	3.291	51
2. Ciências Biológicas	-	28	-	-
3. Engenharia / Tecnologia	-	-	-	-
4. Ciências da Saúde	61	-	-	-
5. Ciências Agrárias	-	-	-	-
6. Ciências Sociais Aplicadas	-	109	-	-
7. Ciências Humanas	132	191	-	-
8. Lingüística, Letras e Artes	-	1.272	-	-
9. Multidisciplinar	-	306	-	-
Total	193	1.957	3.291	51

Fonte: Relatório de Gestão 2010

7.2.2 ESPAÇO FÍSICO

Tabela 32 – Espaço Físico em m²

BIBLIOTECA - ESPAÇO FÍSICO				
Bibliotecas	Área em m ²			
	Construída total	Destinada ao Acervo	Destinada aos Usuários	Destinada ao Administrativo
Biblioteca Central	1.271	409	280	583
Biblioteca Setorial do CCH				
Biblioteca Setorial do CLA				
Biblioteca Setorial do CCBS	534	210	200	125
Biblioteca Setorial do CCJP	138	100	16	22
Total	1.943	718	496	730

Fonte: Biblioteca Central

7.2.3 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Tabela 33 – Horário de Funcionamento das Bibliotecas

Bibliotecas	Dias	Horário de Funcionamento
Central, CCH e CLA	seg a sex	9h às 21h
CCJP	seg a sex	11h às 19h
CCBS	seg a sex	8h às 16h

Fonte Biblioteca Central

7.2.4 SERVIÇOS OFERECIDOS

- Consulta local (aberta ao público interno e ao público em geral);
- Empréstimo domiciliar;
- Empréstimo entre bibliotecas;
- Acesso à Internet, possibilitando a consulta à literatura científica e tecnológica nos mais diversos *sites* especializados;
- Acesso domiciliar a bases de dados bibliográficos (usuários da comunidade universitária);
- Serviço de cópia de documentos, entre bibliotecas (COMUT);
- Orientação e treinamento ao usuário;
- Serviço de alerta (divulgação das obras recém-incorporadas ao acervo);
- Cópia de documentos na Biblioteca;
- Serviços de Intercâmbio com outras entidades (Rede Bibliodata, Catálogo Coletivo Nacional de Publicações, Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias, entre outras).

7.2.5 QUADRO DE PESSOAL DAS BIBLIOTECAS

Tabela 34 – Quantitativo de Pessoal em Exercício – Lotado nas Bibliotecas

BIBLIOTECA - PESSOAL EM EXERCÍCIO - GRAU DE FORMAÇÃO E REGIME DE TRABALHO							
Grau de Formação	Regime de Trabalho	Bibliotecários		Quadro Auxiliar		Estagiários, Bolsistas e Monitores	
		Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Fundamental Incompleto	Estatutário						
	Regime CLT						
	Outros Tipos Contratos						
Fundamental	Estatutário						
	Regime CLT						
	Outros Tipos Contratos						
Médio	Estatutário			1	1		
	Regime CLT						
	Outros Tipos Contratos			2	1		
Graduação	Estatutário	8		4	2		
	Regime CLT						
	Outros Tipos Contratos			2		4	4
Especialização	Estatutário	5					
	Regime CLT						
	Outros Tipos Contratos						
Mestrado	Estatutário	1					
	Regime CLT						
	Outros Tipos Contratos						
Doutorado	Estatutário						
	Regime CLT						
	Outros Tipos Contratos						
Total		14	0	9	4	4	4

Fonte Relatório de Gestão 2010

Tabela 35 – Quantitativo de Pessoal Lotado nas Bibliotecas – Resumo

Quadro Funcional	Feminino	Masculino	Total
Bibliotecários	14	0	14
Quadro Auxiliar	9	4	13
Estagiários, Bolsistas e Monitores	4	4	8
Total	27	8	35

Fonte Relatório de Gestão 2010

7.2.6 FORMAS DE ATUALIZAÇÃO E CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO ACERVO

Tabela 36 – Expansão dos Acervos Digital e Tridimensional (Papel)

Previsão de expansão no período 2012-2016	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Crescimento Percentual do Número de Títulos Digitais Disponibilizados em relação ao ano anterior	3.342	25%	15%	10%	15%	25%
Crescimento Percentual do Número de volumes disponibilizados em relação ao ano anterior	80.364	5%	5%	5%	5%	5%

Fonte: Biblioteca Central

7.3 ARQUIVO CENTRAL

O Arquivo Central da UNIRIO é órgão suplementar, responsável pela coordenação do sistema de arquivo e protocolo de toda a Universidade, e tem a competência de elaborar as políticas relacionadas à gestão documental. Uma política de gestão adequada objetivará subsidiar a administração na tomada de decisões, além de preservar a memória institucional, patrimônio imprescritível e inalienável da sociedade, refletida nos documentos que referenciam a cidadania, a política, a ciência e a cultura.

De acordo com a legislação vigente, mais precisamente o artigo 216, § 2º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, “Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem”, o Arquivo Central estabeleceu as diretrizes necessárias para iniciar, após 20 anos de sua implantação, o processo de Gestão de Documentos em qualquer suporte.

Da mesma forma, a Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, logo em seu artigo 1º define o dever e a responsabilidade da gestão de documentos: “É dever do poder público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação”.

Para cumprir a legislação disposta e aperfeiçoar a estrutura organizacional, a equipe do Arquivo Central criou através da Resolução nº. 3.693, de 19 de agosto de 2011, as seguintes unidades de arquivo e protocolo, subordinadas ao Arquivo Central: Unidade de Arquivo e Protocolo Setorial da Decania do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS, Unidade de Arquivo e Protocolo Setorial da Escola de Medicina e Cirurgia - EMC, Unidade de Arquivo e Protocolo Setorial do Instituto Biomédico - IB, Unidade de Arquivo e Protocolo Setorial do

Instituto de Biociências - IBIO, Unidade de Arquivo e Protocolo Setorial da Escola de Nutrição - EN, Unidade de Arquivo e Protocolo Setorial Escola de Enfermagem Alfredo Pinto - EEAP, Unidade de Arquivo e Protocolo Setorial do Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH, Unidade de Arquivo e Protocolo Setorial do Centro de Letras e Artes - CLA, Unidade de Arquivo e Protocolo Setorial do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas - CCJP, Unidade de Arquivo e Protocolo Setorial do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia - CCET, Unidade de Arquivo e Protocolo Setorial da Biblioteca Central - BC, Unidade de Arquivo e Protocolo Setorial do Serviço de Protocolo Geral - SPG. Além disso, esta direção criou a Gerência de Documentação Permanente, que é responsável pela execução das atividades de processamento técnico e conservação dos documentos arquivísticos em qualquer suporte, de valor permanente, recolhidos ao Arquivo Central e a Gerência de Gestão de Documentos, que é responsável pelo desenvolvimento do conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes aos arquivos correntes e intermediários.

Da mesma forma, o Arquivo Central indicou a contratação de 10 Arquivistas, e obteve a contratação efetiva de 7 Arquivistas, a fim de desenvolverem as atividades que compreendem o conjunto de procedimentos e operações técnicas legais referentes à Gestão de Documentos em qualquer suporte nas diferentes Unidades de Arquivo e Protocolo. Esta equipe vem atuando de acordo com os quadros abaixo:

Tabela 37 – Lotação de Arquivistas por Unidade de Arquivo e Protocolo

Unidade de Arquivo e Protocolo	Quantidade de Arquivista
BC	0
Decania do CCBS	0
CCET	1
CCH	1
CCJP	1
CLA	1
EEAP	1
EMC	1
EM	0
IB	0
IBIO	0
Serviço de Protocolo Geral (Reitoria, Vice-Reitorias e Pró-Reitorias)	1

Tabela 38 – Diagnósticos Realizados em Metros Lineares

Unidades de Arquivo e Protocolo	Metros Lineares
Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH	135
Centro de Ciências Jurídicas e Políticas - CCJP	152
Centro de Letras e Artes – CLA	146
Centro de Ciências Exatas e Tecnologia - CCET	14
Escola de Enfermagem Alfredo Pinto - EEAP	172
Escola de Medicina e Cirurgia - EMC	87
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROExC	40

Fonte: Arquivo Central

Tabela 39 – Resumo da Atuação do Arquivo Central em 2010

Visita Técnica	Classificação de processos administrativos nos arquivos e protocolos	Classificação de Documentos	Atendimento externo
8	4505	1.372 caixas equivalentes a 164 metros lineares	334 usuários

Fonte: Arquivo Central

7.4 LABORATÓRIOS

A UNIRIO conta com mais de uma centena de laboratórios de pesquisa distribuídos pelos cinco Centros Acadêmicos. Muitos desses laboratórios resultam de projetos institucionais financiados por órgãos de fomento como a FAPERJ, o CNPq e a FINEP, através chamadas públicas. Alguns desses laboratórios também servem para apoio ao ensino em disciplinas da graduação e da pós-graduação.

Com o recente crescimento da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, fomentado neste PDI para os próximos anos, e a consequente contratação de docentes doutores, há uma tendência natural de aumento do número de laboratórios de pesquisa.

A Tabela 40 apresenta um resumo dos laboratórios de pesquisa existentes, por Centro Acadêmico.

Tabela 40 – Laboratórios de Pesquisa da UNIRIO

Centro Acadêmico	Área de Conhecimento	Unidade Responsável	Quantidade
CCBS	Biociências	Instituto de Biociências	11
	Biomedicina	Instituto Biomédico	19
	Enfermagem	Escola de Enfermagem Alfredo Pinto	13
	Medicina	Escola de Medicina	3
	Nutrição	Escola de Nutrição	6
CCET	Informática	Escola de Informática Aplicada	1
CCH	Arquivologia	Escola de Arquivologia	3
	Biblioteconomia	Escola de Biblioteconomia	1
	Filosofia	Faculdade de Filosofia	1
	História	Escola de História	7
	Museologia	Escola de Museologia	4
	Pedagogia	Escola de Educação	11
CCJP	Direito	Escola de Ciências Jurídicas	1
CLA	Artes Cênicas	Escola de Teatro	13
	Música	Instituto Villa-Lobos	9

Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

7.5 RECURSOS TECNOLÓGICOS

A UNIRIO adquiriu, no ano de 2010, um conjunto de equipamentos para a revitalização do parque de Tecnologia de Informação, compreendendo os seguintes itens, alguns deles em fase de implantação em 2011-2012:

- 20 estações servidoras de alto desempenho para Data Center Primário e Secundário
- 15 concentradores de rede (*switches*)
- 3 equipamentos para armazenamento de dados (*storages*) totalizando 100 Tera Bytes de capacidade
- 2 sistemas de backup com robôs totalizando 100 Tera Bytes
- 92 pontos de acesso (*Access Point*) para rede sem fio
- 1 estação servidora para criação de salas de videoconferência

- 1 estação servidora para transmissão de videoconferência (*Real Time / On Demand*)
- 980 computadores *desktop* com duas configurações padronizadas
- 258 impressoras a laser, sendo 8 de grande porte
- 200 projetores multimídia
- 10 equipamentos *scanner*
- 10 conjuntos de videoconferência (sala inteligente)

Anteriormente, em 2009, a UNIRIO havia adquirido 400 computadores *notebook*, cujo processo de compra ficou *sub judice* por cerca de um ano, tendo sido recebidos no final de 2010. Em 2011, a UNIRIO adquiriu 100 computadores *netbook*, totalizando assim 500 computadores portáteis disponibilizados principalmente para a área acadêmica (dirigentes, coordenadores e pesquisadores com projetos cadastrados).

Tais equipamentos vieram a substituir um parque de Tecnologia de Informação (TI) que estava próximo da obsolescência. Dos computadores *desktop* existentes antes da revitalização, cerca de 400 ainda estão em operação, totalizando, portanto, o número de 1.380 computadores *desktop*.

No ano de 2010, a UNIRIO reestruturou o setor de TI, passando a incorporar a área de Comunicações (Telefonia Fixa, Móvel e VoIP), transformando o antigo Centro de Processamento de Dados (CPD) em uma Diretoria de Tecnologia de Informação e Comunicação (DTIC).

No ano de 2011, a UNIRIO constituiu o seu Comitê de Tecnologia de Informação e Comunicação (CTIC) para, em conjunto com a DTIC, elaborar o Plano Diretor de TIC (PDTIC), seguindo a orientação da Estratégia Geral de TI (EGTI) do Setor Público Federal. O PDTIC está em fase de conclusão pelo CTIC para submissão ao CONSUNI e entrada em vigor para o período 2012-2013. Com o paralelismo dos trabalhos de elaboração do PDI e do PDTIC, está sendo natural o alinhamento do PDTIC ao PDI.

O PDTIC 2012-2013 enfatiza a melhoria da qualidade dos processos e serviços baseados em tecnologias, conforme os 12 objetivos estratégicos propostos:

1. Melhorar continuamente a prestação de serviços eletrônicos à sociedade
2. Automatizar processos organizacionais relativos às atividades acadêmicas e administrativas
3. Apoiar a comunicação organizacional
4. Atender às demandas institucionais e da sociedade, com qualidade, custos e prazos adequados
5. Adotar padrões tecnológicos do Governo Eletrônico
6. Dar suporte tecnológico à política de transparência de informação
7. Instituir a política de segurança da informação e da comunicação
8. Promover a sustentabilidade ambiental na TIC
9. Aprimorar a gestão de processos de TIC
10. Garantir infraestrutura adequada para os serviços de TIC
11. Desenvolver competências técnicas e de gestão em TIC
12. Garantir a efetividade na realização dos recursos orçamentários alocados à TIC

O Plano de Ações da DTIC, decorrente do PDTIC, estabelecerá a expansão da infraestrutura de TIC em termos de equipamentos, pontos de rede, salas seguras e sistema integrado de telefonia, cujo Termo de Referência para contratação está em fase de elaboração.

7.6 PLANO DE EXPANSÃO FÍSICA

A expansão física da UNIRIO para os anos de 2012 a 2016 está prevista além da expansão programada no Plano REUNI, em função do ajustamento necessário para dar conta do crescimento da Universidade, principalmente com a criação de novos cursos de Pós-Graduação e de laboratórios de pesquisa.

Tabela 41 – Plano de Expansão Física 2012-2016

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Obras de infraestrutura física executadas no ano	Ala Nova do CCET	Restaurante-Escola com quadra poliesportiva na cobertura e Prédio da EMC	Prédio do CCH e do IB	Prédio do IVL e Prédio de Ciências Ambientais	Edifício-Garagem Pasteur 458	
Instalações físicas ampliadas no ano		Quadra do IB e Prédio Anexo da Biblioteca	Lâmina da CEAD			

Fonte: Coordenações do REUNI e de Engenharia

Além da expansão física prevista na Tabela acima, as ações de reformas decorrentes da iniciativa:

“12.2 Adequar o espaço físico existente à nova realidade institucional, garantindo a sua devida manutenção preventiva e a sustentabilidade ambiental”

e programadas como metas do indicador do Objetivo 12:

“Número de instalações físicas reformadas para fins diversos”

permitirão contemplar uma demanda imediata dos novos cursos do Plano REUNI, que não possuam salas de aula próprias para a entrada de novas turmas a partir de 2012.

Paralelamente a essas ações de infraestrutura, a UNIRIO estará buscando, junto às unidades acadêmicas envolvidas no crescimento da graduação pelo Plano REUNI, uma racionalização do uso das salas de aula existentes que, mais do que nunca, devem ser consideradas como espaços institucionais e não, inadequadamente, como espaços de propriedade das unidades.

8. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

8.1 O PAPEL DA AVALIAÇÃO PARA O APRIMORAMENTO DO FAZER UNIVERSITÁRIO

O sistema avaliativo vigente no país se propõe a traçar o perfil da qualidade dos cursos e das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Para tanto é necessário que cada instituição se conheça e reconheça suas potencialidades e limitações no fazer de suas atividades-meio e atividades-fim, um conhecimento referenciado na premissa de que a qualidade da percepção do todo está diretamente correlacionada à sutileza da percepção de suas partes integrantes. É necessária, portanto, a compreensão de que a avaliação institucional, realizada à luz de sua missão institucional e seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), deve ser assumida pela universidade pública como peça-chave para fazer frente ao desafio posto na busca de seu desenvolvimento e expansão.

Focando o olhar no dia a dia de uma universidade pública, são muitas as questões que merecem a atenção dos gestores e dos integrantes da comunidade universitária em relação à realização de um processo avaliativo de caráter participativo e emancipatório. Dias Sobrinho, veemente defensor da avaliação percebida e praticada como “processo participativo e social de reflexão e comunicação”, aponta seu caráter pedagógico ao afirmar que:

A avaliação é uma categoria imprescindível dessa produção contínua da Universidade. A instituição precisa saber, de forma permanente e integrada, quais são os valores dominantes nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e nas suas práticas administrativas. Ela precisa exercer continuamente os seus julgamentos de valor a respeito da finalidade de seu trabalho sistemático e das relações que tecem o conjunto. É um exercício com forte sentido pedagógico.

Num processo que ultrapasse o limite do obrigatório, da avaliação realizada por dever legal, surgem interrogações tais como: O que deve ser avaliado, por que e para quê? Qual o entendimento da comunidade universitária sobre avaliação? Que funções deve cumprir a avaliação na vida da Instituição? Qual o momento ideal para realização de uma avaliação? Quem serão os avaliadores? Qual o papel dos gestores nos processos avaliativos? Como será determinada a fundamentação conceitual, teórica e metodológica do desenho avaliativo? Como propor caminhos para o aperfeiçoamento de fragilidades identificadas? A quem servem os achados avaliativos? Como e para quem serão divulgados estes achados? De que modo a comunidade poderá fazer o acompanhamento da utilização dos resultados e recomendações de uma avaliação?

Frente a distintas compreensões do que seja o ato de avaliar, apropriamo-nos da definição de Brandão, Silva e Palos que entendem a avaliação como:

(...) um processo de aprendizagem sistemático e intencional que um indivíduo, grupo ou organização se propõe a percorrer para aprofundar a sua compreensão sobre determinada intervenção social, por meio da elaboração e aplicação de

critérios explícitos de investigação e análise, em um exercício compreensivo, prudente e confiável, com vistas a conhecer e julgar o mérito, a relevância e a qualidade de processos e resultados. A avaliação leva à ampliação de consciência sobre determinado programa ou projeto o que possibilita que escolhas e decisões maduras possam ser feitas.

Para a materialidade dos procedimentos avaliativos, visando à “condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP”, a lei de criação do SINAES estabeleceu no *caput* do artigo 11 a obrigatoriedade de constituição de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) em cada instituição de ensino superior, seja ela pública ou privada. A Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004, regulamenta os procedimentos de avaliação do SINAES e descreve as atribuições das CPAs, entre elas a de coordenar os processos internos de avaliação da instituição, assim como a sistematização e a prestação de contas das informações solicitadas pelo INEP. Aponta também, de modo particular, no § 1º do art. 7º, o grau de autonomia destas comissões. Ao determinar que “as CPAs atuarão com autonomia em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior”, registra o grau de responsabilidade que está depositado nas comissões e a importância do trabalho que têm a desenvolver como coordenadoras dos processos de autoavaliação institucional, conforme artigo 10 da mesma portaria.

A UNIRIO em seu processo avaliativo estabeleceu uma metodologia pautada em princípios que privilegiam a participação da comunidade universitária, o respeito à singularidade das unidades em seus diversos *campi* e a transparência nas informações das atividades que serão realizadas dando publicidade aos procedimentos do processo avaliativo. Para o desenvolvimento deste processo, opta pelas seguintes abordagens: centrada em objetivos, que se propõem a especificar metas e objetivos, assim como determinar a medida do alcance dos mesmos; centrada na administração que visa a auxiliar os que tomam decisões, tendo como proposta identificar as necessidades dos administradores e atender a estas; e centrada nos participantes, onde os interessados no objeto da avaliação participam de maneira determinante na definição dos valores, critérios, necessidades e dados da avaliação (WHORTEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p.125).

O propósito maior da avaliação institucional na UNIRIO diz respeito à consolidação de uma política transversal de avaliação em que todos os setores da Universidade sejam coautores, copartícipes e parceiros deste permanente processo de autoconhecimento.

8.2 OBJETIVOS E METAS PARA A AVALIAÇÃO NA UNIRIO

A avaliação pretendida deve buscar a objetividade, respeitar a contextualização e incentivar a busca pelo autoconhecimento, a coerência interna, a fim de validar seus referenciais e assegurar a relevância dos resultados e as estratégias de ação a partir destes (UNIRIO, 2006).

É importante mencionar o debate que aponta para a perspectiva de configuração de um campo político estabelecido pelo modelo democrático e o da regulação do sistema avaliativo. Esta polarização indica um embate entre o Estado brasileiro e a comunidade universitária, que

se materializa nas perspectivas encontradas para a realização da avaliação institucional, impactando-a em seu potencial propositivo.

Nesse sentido acreditamos que é o momento de a UNIRIO experienciar um processo de reflexão sistemática, metódica, organizada e intencional, que possibilite voltar-se a si mesma na busca da qualidade da Educação e tornar-se mais transparente e comprometida com as transformações sociais. Tal avaliação sistemática não poderá transformar-se em apenas mais um objeto de estudo acadêmico. Ressalta-se que os marcos doutrinários da Universidade voltados para o compromisso social, a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a integração de atividades-meio e atividades-fim são princípios norteadores desta proposta e, portanto, aponta-se para o uso da comunicação como um instrumento para compartilhar os problemas, os desafios, assim como propor as intervenções devidas e necessárias.

Outro ponto de destaque diz respeito ao fato de a Universidade ter como parte de seus objetivos disponibilizar para a comunidade elementos relevantes para a formulação e implementação da política de desenvolvimento institucional e para a tomada de decisões, dando maior visibilidade à atuação da Universidade, divulgando os resultados da autoavaliação e reafirmando seus compromissos com a qualidade e relevância social, num diálogo contínuo com a sociedade civil.

A UNIRIO já aponta desde 2004 que a autoavaliação institucional deve possibilitar a construção de um projeto acadêmico sustentado por princípios como a gestão democrática e a autonomia, que propiciem consolidar a responsabilidade social e o compromisso científico-cultural da Instituição, sistematizando e analisando os dados institucionais, produzindo informações fidedignas capazes de subsidiar e melhorar a gestão institucional – planejamento e implementação.

Os elementos anteriormente referidos nos remetem à construção do objetivo central do processo avaliativo da Universidade que é o de “implementar e consolidar a política de avaliação institucional na UNIRIO”.

No intuito de alcance do objetivo mencionado foram estabelecidas metas norteadoras e desafiadoras para a Universidade, visando a:

- Garantir que as Questões Avaliatórias contemplem as demandas institucionais e da comunidade universitária;
- Sensibilizar a comunidade universitária para a importância da avaliação dos cursos e programas como instrumento de autoconhecimento e aperfeiçoamento das ações institucionais;
- Estabelecer com a comunidade externa um monitoramento destas ações já existentes com vistas à percepção do estado da arte das mesmas e suas repercussões na sociedade;
- Promover a permanente melhoria da qualidade das atividades acadêmicas dos cursos por meio da análise e da reflexão sobre os dados obtidos nos processos avaliativos;
- Estabelecer proposta de assessoramento pela CPA a esses processos realizados pelos diretores de escolas e institutos da Universidade;

- Realizar monitoramento das ações do PDI com vistas ao acompanhamento das ações e metas estabelecidas pelo mesmo para a Instituição;
- Criar espaços de estudo e discussão do processo de avaliação institucional nos diferentes *campi* da Universidade, e fora dela, como forma de reafirmar a cultura de avaliação que se quer presente no ambiente institucional. Para tal propõe-se a criação de um Fórum Municipal composto pelas CPAs da IES do Município do Rio de Janeiro, e o Grupo de Estudos em Avaliação Institucional – GEAI, vinculado à Comissão Própria de Avaliação. Com o Fórum Municipal pretende-se criar um espaço permanente de articulação das diversas comunidades acadêmicas por meio de seus membros comprometidos com políticas de avaliação institucional no âmbito do ensino superior, que deverá caracterizar-se como uma instância plural fundamentada pela perspectiva de uma prática avaliativa democrática e emancipatória.

8.3 MONITORAMENTO E REVISÃO DO PDI

Tendo sido o PDI da UNIRIO elaborado com base em metodologias voltadas à gestão orientada a resultados, é natural que as metas estabelecidas sejam monitoradas durante e mesmo após a sua vigência. Assim vem sendo feito nos planos estratégicos da Administração Pública moderna, incluindo aqueles com os quais o PDI da UNIRIO está alinhado: PNE, PPA, PDE, PNAES, PNPG, entre outros.

O processo de acompanhamento e controle do PDI constará de uma autoavaliação institucional, realizada anualmente, sob a coordenação da CPA, e submetida à apreciação dos Conselhos Superiores para encaminhamento ao MEC. Esta autoavaliação, baseada no instrumento de Avaliação Institucional do SINAES, inclui uma verificação da coerência das políticas e ações institucionais, nas dez dimensões do instrumento do SINAES, com os objetivos, iniciativas e metas estabelecidas no PDI vigente.

Além da autoavaliação institucional anual, obrigatória pela legislação do SINAES, a UNIRIO, como órgão integrante da Rede Federal de Educação Superior, responde anualmente à coleta de dados do PingIFES, para efeito de distribuição orçamentária da Secretaria de Educação Superior do MEC, assim como ao Censo da Educação Superior coordenado pelo INEP. E, como órgão integrante da Administração Pública Federal, entrega anualmente o Relatório de Gestão do ano anterior ao TCU, com o fornecimento de dados para indicadores de auditoria do Governo Federal.

O monitoramento do PDI 2012-2016 da UNIRIO vai além dessas obrigações legais, prevendo o acompanhamento e controle da execução de ações de suas unidades organizacionais através do emprego da ferramenta de software público para gestão de plano estratégico GEPLANES, que implementa o ciclo P-D-C-A (do Inglês *Plan-Do-Check-Act*) do Gerenciamento por Diretrizes (<http://geplanes.unirio.br/>).

A Tabela 42 mostra a matriz de responsabilidades do monitoramento e revisão do PDI, com os diversos atores e suas atribuições neste processo:

Tabela 42 – Matriz de Responsabilidades do Monitoramento e Revisão do PDI

Conselhos Superiores	Como compete aos Conselhos Superiores deliberar, conjuntamente, sobre o PDI, qualquer revisão deve ser homologada pelos mesmos. Caberá também aos Conselhos Superiores apreciar o relatório anual de autoavaliação institucional elaborado pela CPA.
Administração Central e Unidades Organizacionais	São responsáveis pelo monitoramento das metas de suas respectivas áreas, conforme a tabela de indicadores e metas por objetivo estratégico. Elaboram e executam Planos de Ações decorrentes das iniciativas do PDI, sob controle do sistema de gestão do PDI (GEPLANES). Participam da avaliação institucional conduzida pela CPA. Propõem revisões do PDI a serem submetidas aos Conselhos Superiores.
Comunidades interna e externa	Participam da avaliação institucional conduzida pela CPA.
Comissão Própria de Avaliação – CPA	Segundo o Art. 3º do Regimento da CPA: tem por finalidade a coordenação, condução e articulação do processo interno de Avaliação Institucional, de orientação, de sistematização e de assessoramento às instâncias acadêmicas e administrativas da UNIRIO em suas decisões estratégicas e ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.
Pró-Reitoria de Planejamento	Coordena o processo de monitoramento e revisão do PDI, apoiando com a metodologia e ferramenta de gestão do plano estratégico (GEPLANES).

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento

Das revisões anuais do PDI resultarão novas versões a serem submetidas à deliberação dos Conselhos Superiores.

Os Planos de Ações decorrentes da aprovação deste PDI serão elaborados pelas Unidades Organizacionais, em alinhamento com os objetivos estratégicos e iniciativas estabelecidos no PDI, segundo cronograma e metodologia a serem estabelecidos pela Administração Central. Os Planos de Ações terão vigência anual, podendo ser bienal. A execução dos Planos de Ações será acompanhada pelos respectivos gestores e responsáveis pelas ações, utilizando metodologia a ser estabelecida pela Administração Central e aprovada pelos Conselhos Superiores.

9. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

A UNIRIO é uma fundação de direito público vinculada ao Ministério da Educação. É uma Unidade Orçamentária com dotação consignada no Orçamento da União (unidade 26269), assim como o Hospital Universitário Gaffrée e Guinle (unidade 26391). Desta forma, o Governo Federal é seu principal mantenedor.

Compete à Pró-Reitoria de Planejamento, através do seu Departamento de Orçamento, elaborar o orçamento anual, com base na Lei do Orçamento Anual e na legislação pertinente, em consonância com o PDI.

A UNIRIO iniciou, em 2011, a prática do planejamento da descentralização orçamentária. Esta prática visa a estabelecer limites orçamentários por natureza de despesa, para cada unidade organizacional responsável pela execução de despesas descentralizadas. O conceito de descentralização restringe-se ao aspecto orçamentário da Unidade UNIRIO, uma vez que as despesas são efetivamente executadas de modo centralizado pela Administração Central, através de um único ordenador de despesas. Esta restrição ocorre pela falta de pessoal técnico-administrativo para dar conta das atribuições adicionais necessárias para a descentralização administrativa nas unidades.

As unidades contempladas com orçamento descentralizado, para o orçamento de 2012, são:

- As cinco Pró-Reitorias,
- O Departamento de Assuntos Comunitários e Estudantis,
- A Coordenadoria de Educação a Distância,
- O Hospital Universitário Gaffrée e Guinle,
- A Coordenação do REUNI,
- A Biblioteca Central e
- Os cinco Centros Acadêmicos.

As despesas descentralizadas são de material permanente, diárias e passagens, assim como algumas despesas específicas de custeio que independem de contratos centralizados.

Nos anos seguintes, a UNIRIO pretende estender a descentralização orçamentária para outras naturezas de despesa, assim como implantar gradativamente a descentralização administrativa, com a atribuição de ordenadores de despesas nas unidades responsáveis pelas despesas.

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

As receitas da UNIRIO são provenientes dos Recursos do Tesouro, repassados diretamente pelo Ministério da Educação, e de Recursos Próprios, diretamente arrecadados através de ações específicas que demandam recolhimento de terceiros para a União.

A Tabela seguinte apresenta as receitas previstas para os anos de 2012 a 2016 que dependerão de aprovação de Projeto de Lei Orçamentária.

Tabela 43 – Previsão das receitas para o período de 2012 a 2016

RECEITAS			
Ano	Recursos do Tesouro	Recursos Próprios	Total
2012	230.591.147,00	10.157.837,00	240.748.984,00
2013	245.579.571,56	3.939.204,41	249.518.775,96
2014	261.542.243,71	4.195.252,69	265.737.496,40
2015	278.542.489,55	4.467.944,12	283.010.433,66
2016	296.647.751,37	4.758.360,48	301.406.111,85

Fonte: Departamento de Orçamento

Nota: As receitas são estimadas com base em previsão de correção anual de 6,5%.

A receita de Recursos Próprios de 2012 inclui um montante de retorno de verba do REUNI de 2008, da FURJ para a UNIRIO, no valor de R\$ 6.878.892,00 que ocorre somente em 2012.

Tabela 44 – Previsão das despesas para o período de 2012 a 2016

Orçamento Global					
Fonte: Recursos do Tesouro e Recursos Próprios					
Despesa	2012	2013	2014	2015	2016
Pessoal	172.538.905,00	183.753.933,83	195.697.939,52	208.418.305,59	221.965.495,46
Benefícios	6.970.935,00	7.424.045,78	7.906.608,75	8.420.538,32	8.967.873,31
Outros Custeios e Capital	61.239.144,00	58.340.796,36	62.132.948,12	66.171.589,75	70.472.743,09
Total	240.748.984,00	249.518.775,96	265.737.496,40	283.010.433,66	301.406.111,85

Fonte: Departamento de Orçamento

BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Naomar. Universidade Nova: Textos Críticos e Esperançosos. Brasília: Editora UnB; Salvador: EDUFBA, 2007.

ALMEIDA FILHO, Naomar; MARINHO, Maerbal Bittencourt; CARVALHO, Manoel José de; SANTOS, Jocélio Teles. Ações Afirmativas na Universidade Pública: o caso da UFBA. Salvador: CEAO, 2005.

ATHANÁZIO, Madeleine M. Processo de Planejamento Estratégico em Universidade Pública: o caso da Universidade Federal do Pará. 2010. 153 f. Dissertação (Mestrado em Administração). UFRN. CCSA. PPGA. Natal, 2010.

BRANDÃO, Daniel Braga; SILVA, Rogério Renato; PALOS, Cássia Maria Carraco. Da construção da capacidade avaliatória. São Paulo: Instituto Fonte, 2005. Disponível em: http://institutofonte.org.br/sites/default/files/Brandao%20DB%20et%20al%20Da%20construcao%20da%20capacidade%20avaliatoria%20em%20iniciativas%20sociais_artigo.pdf. Acesso em Out 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em Nov 2011.

_____. Decreto Legislativo nº 186, de 9/7/2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/DLG186-2008.htm. Acesso em Nov 2011.

_____. Decreto nº 5.773, de 9/5/2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm. Acesso em Nov 2011.

_____. Decreto nº 94.664, de 23/7/1987. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D94664.htm. Acesso em Nov 2011.

_____. Lei nº 10.861, de 14/4/2004. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em Nov 2011

_____. Lei nº 11.091, de 11/1/2004. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/111091.htm. Acesso em Nov 2011.

_____. Lei nº 11.784, de 22/9/2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11784.htm. Acesso em Nov 2011.

_____. Lei nº 12.314, de 19/8/2010. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2010/Lei/L12314.htm. Acesso em Nov 2011.

_____. Lei nº 12.425, de 17/6/2011. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2011/Lei/L12425.htm. Acesso em Nov 2011.

_____. Lei nº 7.596, de 10/4/1987. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7596.htm. Acesso em Nov 2011.

- _____. Lei nº 8.112, de 11/12/1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm. Acesso em Nov 2011
- _____. Lei nº 8.159, de 8/1/1991. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em Nov 2011
- _____. Lei nº 8.745, de 9/12/1993. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8745cons.htm. Acesso em Nov 2011.
- _____. Lei nº 9.394, de 20/12/1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em Nov 2011.
- _____. Plano Nacional de Educação 2011-2020. Projeto de Lei nº 8.035/2010. Disponível em www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=B9CD351823385C2FBC40782556D72501.node2?codteor=831421&filename=PL+8035/2010. Acesso em Nov 2011.
- _____. Plano Plurianual 2012-2015. Projeto de Lei nº 29/2011-CN. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/orcamentouniao/ppa>. Acesso em Nov 2011.
- BUARQUE, Cristovam. A aventura da Universidade. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. Escritos sobre a universidade. São Paulo: UNESP, 2001.
- DELANTY, Gerard. Challenging Knowledge: The University in the Knowledge Society. Buckingham: The Society for Research into Higher Education & Open Society Press, 2001.
- DEMO, Pedro. Qualidade e pesquisa na Universidade. Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Administração, v.1, n.1, 2009. p.52-64. Disponível em: <http://www.facec.edu.br/seer/index.php/docenciaepesquisaemadministracao/article/viewFile/11/25>. Acesso em Nov 2011.
- DIAS SOBRINHO, José e RISTOFF, Dilvo I. (orgs.) Avaliação e compromisso público: a educação superior em debate. Florianópolis: Insular, 2003.
- FETTERMAN, David M. Foundations of empowerment evaluation. Thousand Oaks, CA: Sage, 2001.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- HABERMAS, Jürgen. The Idea of the University: Learning Processes. New German Critique, Ithaca, nº 41, 1987. p 3-22. Disponível em: <http://forskpol-arkiv.pbworks.com/changes/f/Habermas1987NewGermanCritique-v41p3-22.pdf>. Acesso em Nov 2011.
- JASPERS, Karl. The Idea of University. London: Peter Owen, 1965.
- KAPLAN, Robert S; NORTON, David P. A Estratégia em Ação: Balanced Scorecard. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES. Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior. Brasília: MEC/CONAES, 2004.
- _____. Instruções para Elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional. Disponível em: <http://www4.mec.gov.br/sapiens/pdi.html>. Acesso em Nov 2011.
- _____. Plano de Desenvolvimento da Educação. Sinopse da Ações do Ministério da Educação, Setembro 2011.

_____. Plano Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=607&id=12302&option=com_content&view=article. Acesso em Nov 2011.

_____. Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020. Brasília: CAPES, 2010. 2v. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/plano-nacional-de-pos-graduacao/pnpg-2011-2020>. Acesso em Nov 2011.

_____. Portaria MEC nº 1.109, de 04/9/2008.

_____. Portaria MEC nº 1.984, de 29/10/1991.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Portaria nº 2.051, de 9/7/2004. Disponível em http://www.inep.gov.br/download/superior/2004/Legislacao/Portaria_2051_2004_SINAES_regulamentacao.doc. Acesso de Dez 2009.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Estratégia Geral de Tecnologia da Informação do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia de Informação (SISP). Secretaria de Logística e Tecnologia de Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), 2011. Disponível em: <http://www.governoeletronico.gov.br/sisp-conteudo/estrategia-geral-de-ti>. Acesso em Nov 2011.

ORTEGA Y GASSET, José. Misión de la Universidad. In: Obras Completas. 6. ed. Madrid: Revista de Occidente, 1966. p. 5-49.

PAULA, Luiza G. de. Balanced Scorecard, Planejamento Estratégico Situacional, Business Motivation Model e Geplanes. Relatório Técnico da disciplina Estudos Dirigidos I. Departamento de Informática Aplicada/CCET/UNIRIO. 2010.

PAULA, Luiza G. de; ARAUJO, R. M. ; TANAKA, A. K. . Formulação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação em Instituições Federais de Ensino Superior através de Pesquisa-Ação. In: 8º Congresso Internacional de Gestão de TI e Sistemas de Informação, 2011, São Paulo. Anais do 8º Congresso Internacional de Gestão de TI e Sistemas de Informação. São Paulo : Editora USP, 2011.

_____. Instrumento para Diagnóstico Institucional visando o Planejamento Estratégico de TI em Instituições Federais de Ensino Superior. In: VII Simpósio Brasileiro de Sistemas de Informação, 2011, Salvador. Anais do VII Simpósio Brasileiro de Sistemas de Informação. Salvador : Editora UFBA, 2011.

REYNAUD, Cibeli C. Avaliação por empowerment: uma aplicação no processo de autoavaliação institucional de uma universidade pública federal. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação) – Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, RJ, 2009.

RIBEIRO, Darcy. Universidade para quê? Brasília: Editora UnB, 1986.

SANTOS, Boaventura Sousa, ALMEIDA FILHO, Naomar. A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova. Coimbra, 2008. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf>. Acesso em Nov 2011.

SANTOS, Boaventura Sousa. A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Da idéia de universidade à universidade de idéias. In: Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SOBRINHO, José Dias. Qualidade, avaliação: do SINAES a índices. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n.3, p. 817-825, Nov. 2008.

TEIXEIRA, Anísio. Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: EDUF RJ, 2005.

TUTTMAN, Malvina Tânia. Compromisso social da universidade: os olhares da extensão. Rio de Janeiro. Tese de doutorado. UFF, 2004.

UNESCO. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI: Educação - Um Tesouro a Descobrir. Editora Cortez, 1997. Disponível em: http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf Acesso em Dez 2011.

UNIRIO. Comissão Própria de Avaliação Institucional. Projeto de Avaliação Institucional. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2004.

_____. Comissão Própria de Avaliação Institucional. Relatório Final. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2006.

_____. Estatuto. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2001. Disponível em: <http://www.unirio.br/propd/Estatuto-2001.pdf>. Acesso em Nov 2011.

_____. Gestão Estratégica na UNIRIO: Processo de Formulação do Plano de Desenvolvimento Institucional. PROPLAN-UNIRIO, 2010.

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional. UNIRIO, 2006. Disponível em: <http://www.unirio.br/propd/PDI-2006-2011.pdf>. Acesso em Nov 2011.

_____. Plano de Reestruturação da UNIRIO (REUNI). UNIRIO, 2007. Disponível em: http://200.156.24.155/Reuni/docs/proj_encaminhado_ao_mec.pdf. Acesso em Nov 2011.

_____. Projeto Pedagógico de Ensino de Graduação. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1995.

_____. Projeto Político-Pedagógico Institucional. UNIRIO, 2006. Disponível em: <http://www.unirio.br/propd/PPI-2006.pdf>. Acesso em Nov 2011.

_____. Relatório de Atividades. UNIRIO, 2010. Disponível em: <http://www.proplan.unirio.br/departamento-de-avaliacao-e-informacoes-institucionais/relatorio-de-atividades>. Acesso em Nov 2011.

_____. Relatório de Autoavaliação 2008/2009. Disponível em: <http://www.unirio.br/cpa/Auto-Avaliacao-2010-03-31.pdf>. Acesso em Nov 2011.

_____. Relatório de Gestão. UNIRIO, 2010.

_____. Relatório de Gestão 2004-2011. UNIRIO, 2010.

_____. UNIRIO em Números. DAINF, 2011. Disponível em: <http://www.proplan.unirio.br/departamento-de-avaliacao-e-informacoes-institucionais>. Acesso em Nov 2011.

WORTHEN, Blaine R. SANDERS, James R.; FITZPATRICK, Jody L. Avaliação de programas: concepções e práticas. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Gente, 2004.

NOTA FINAL SOBRE A APROVAÇÃO DO PDI

O presente Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016 da UNIRIO foi aprovado em Reunião Conjunta dos Conselhos Superiores – 348ª Sessão Extraordinária do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) conjunta com a 434ª Sessão Extraordinária do Conselho Universitário (CONSUNI), no dia 21 de dezembro de 2011.

A elaboração e aprovação do PDI compreenderam os seguintes eventos:

- Apresentação do Formulário de Captação de Metas e Ações para as Unidades Organizacionais em 28/06/2011;
- Prazo Inicial da Captação de Metas e Ações das Unidades Organizacionais: 15/08/2011;
- Prazo Estendido da Captação de Metas e Ações das Unidades Organizacionais: 31/08/2011;
- Nomeação da Comissão de Elaboração do PDI, presidida pelo Vice-Reitor empossado, em 21/09/2011;
- Prazo Final da Captação de Metas e Ações das Unidades Organizacionais: 30/09/2011;
- Disponibilização da proposta do PDI para o Grupo Gestor em 21/11/2011;
- Validação da proposta do PDI junto à Reitoria e Vice-Reitoria em 24/11/2011;
- Início de validação da proposta do PDI com o Grupo Gestor, Comissão e PROPLAN em 25/11/2011;
- Término de validação da proposta do PDI com o Grupo Gestor, Comissão e PROPLAN: 28/11/2011;
- Consulta Pública *on-line*, para a comunidade, da versão preliminar da proposta do PDI após revisão e validação pelo Grupo Gestor, a partir de 29/11/2011;
- Audiências Públicas presenciais com a comunidade, realizadas nos dias 2 e 5/12/2011;
- Disponibilização da proposta do PDI encaminhada aos Conselhos Superiores, com a incorporação das contribuições resultantes da Consulta e Audiência Públicas, a partir de 6/12/2011;
- Reunião Conjunta dos Conselhos Superiores, com item único de pauta para deliberação sobre a proposta do PDI, em 13/12/2011;
- Disponibilização de sucessivas versões da proposta do PDI, com a incorporação de contribuições dos conselheiros, a partir de 13 até 20/12/2011;
- Aprovação da proposta do PDI em sessão conjunta dos Conselhos Superiores, em 21/12/2011.

O processo de elaboração e aprovação do PDI está registrado na Página de Acompanhamento da Elaboração do PDI 2012-2016 (<http://www2.unirio.br/unirio/pdi>, último acesso em 26 de dezembro de 2011).